

RECONSTRUÇÃO

► Em 13 de Julho de 1975, a escalada terrorista da direita iniciava-se com a destruição do Centro de Trabalho do PCP em Rio Maior. Em 16 de Outubro de 1993, no passado sábado, Álvaro Cunhal inaugurou o novo Centro de Trabalho do PCP em Rio Maior. Quatro paredes que dizem como a luta continua, como se vê a força do PC!

Páginas centrais

CRÍTICA

► Carlos Carvalhas, em Coimbra, desmonta o descalabro da política cavaquista e a escalada da chantagem e das ameaças de um governo em crise. A Comissão Política, no seu comunicado de ontem, analisa o essencial da proposta de Orçamento do Estado.

Págs. 6 e 7 e pág. 3

CANDIDATURAS

► A CDU apresentou candidaturas em todos os municípios do País, excepto em Lisboa, Ponta Delgada e Corvo onde o PCP e o PEV concorrem coligados com outros partidos. A CDU apresentou igualmente candidaturas em cerca de 2000 freguesias. São mulheres 28 dos candidatos CDU às presidências municipais. 40% dos candidatos CDU são independentes. 33% têm menos de 40 anos; 26% dos candidatos à presidência em municípios de maioria CDU concorrem pela primeira vez.

Pág. 9 e Nota da Comissão Política nas págs. 3 e 4

CGTP anuncia intensificação da luta

Pág. 13

COMÍCIO FESTA PCP

6ª Feira - 5 NOV - 21.30 H.
PAV.DESPORTOS

CARLOS CARVALHAS
ÁLVARO CUNHAL

CDU é de confiança!

O desemprego e uma entrevista do secretário- -geral do PS

- artigo de
Agostinho Lopes

Pág. 18 e 19

PCP saúda Nobel para Mandela



Pág. 15



Trabalhadores da Função Pública manifestam-se em Lisboa contra o anunciado congelamento dos salários

RESUMO

13 Quarta-feira

A CGTP-IN considera inadmissível a proposta de um aumento salarial nominal de quatro por cento avançada pelo Governo, enquanto a UGT afirma publicamente que não assinará o acordo de concertação social para 1994. A União dos Sindicatos de Lisboa revela que cerca de 85 mil postos de trabalho podem ser destruídos no distrito até final do ano. Os ministros do Trabalho da CE fixam em 13/14 anos a idade mínima para começar a trabalhar. O Governo socialista de Andreas Papandreou toma posse, três dias após a vitória nas legislativas. O Presidente russo termina uma visita de três dias ao Japão sem conseguir desbloquear a desejada ajuda económica. Começam, no Egipto, negociações directas entre a OLP e Israel sobre os territórios palestinos ocupados.

14 Quinta-feira

O primeiro-ministro Cavaco Silva concede a sua primeira entrevista a uma estação de televisão privada. O Banco de Portugal prevê um défice na ordem dos mil milhões de contos; o INE aponta uma perda de 117 mil empregos entre o terceiro trimestre deste ano e o trimestre homólogo de 1992; a taxa de inflação de Setembro sobe para seis por cento contra os 5,8 verificados em Agosto. A Associação Portuguesa de Hemofílicos decide aceitar o Tribunal Arbitral imposto pelo Governo para atribuir o valor das indemnizações aos hemofílicos com sida. A Coligação «Com Lisboa» entrega no Tribunal de Lisboa as listas concorrentes às próximas eleições autárquicas.

15 Sexta-feira

Trabalhadores da Função Pública realizam concentrações em Lisboa, Porto e Coimbra contra o possível congelamento dos salários no próximo ano. O Governo entrega na AR a proposta de Orçamento de Estado para 1994. Álvaro Cunhal participa no primeiro cómicio da CDU desta pré-campanha, realizado no Porto. Os sindicatos que representam os trabalhadores da TAP anunciam que não vão assinar a proposta de acordo social feita pela administração da empresa. Meia centena de suínos manifestam-se frente ao mercado municipal de Leiria criticando a invasão de carne de suíno estrangeira a preços mais baixos que os praticados pelos produtores nacionais; entretanto, a autoridade sanitária nacional proíbe a importação de carne de suíno, horas depois da CE ter determinado o cancelamento por um mês da respectiva exportação. O Presidente da ASPP, José Carreiras, apresenta um pedido formal de anulação da ordem que o suspendeu da PSP enquanto decorre o inquérito disciplinar. Boris Ieltsin decreta que a Constituição da Rússia será referendada no próximo dia 12 de Dezembro, em simultâneo com as eleições legislativas. É atribuído o Prémio Nobel da Paz ao líder do Congresso Nacional Africano, Nelson Mandela, e ao presidente sul-africano, De Klerk.

16 Sábado

Carlos Carvalhas classifica, na Figueira da Foz, de «grosseiro engodo» a actualização do IRS em oito por cento, considerando que «representa apenas a actualização dos escalões face à verdadeira taxa de inflação e mesmo assim só beneficiando os contribuintes que estejam encostados aos limites máximos dos escalões». Mário Soares nega ter pressionado a UGT para rejeitar o acordo de concertação social. O Conselho de Segurança aprova um bloqueio militar ao Haiti a fim de assegurar o cumprimento do embargo petrolífero caso os militares continuarem a não entregar o poder ao presidente constitucional Jean-Bertrand Aristide.

17 Domingo

Um cargueiro de 147 metros encalha junto à praia do Castelo do Queijo, no Porto. Caçadores manifestam-se em Montemor-o-Novo para protestar contra a actual Lei da Caça. Dois milhões e meio de galegos voltam a dar maioria absoluta ao Partido Popular, segundo projecções após o fecho das urnas. Apoiantes do general Mohamed Farah Aidid manifestam-se em Mogadíscio contra a possível visita do secretário das Nações Unidas, Butros Ghali, à capital Somali. Partidários do ex-presidente georgiano, Zviad Gamsakurdia, entram na cidade de Samtredia, anuncia, em Tbilissi, o Ministério da Defesa.

18 Segunda-feira

A CGTP-IN anuncia «acções de grande impacto» para contestar o acordo social de Cavaco Silva e patronato. O Presidente Mário Soares chega ao Japão para uma visita oficial. O grupo Eurodisney anuncia em França a intenção de despedir 950 trabalhadores. O ex-sindicalista José Brandão afirma que Torres Couto e Cavaco Silva são cúmplices nas alegadas fraudes cometidas pela UGT nas acções de formação profissional. Os trabalhadores das Minas da Panasqueira recusam por unanimidade a proposta de autogestão feita pela administração da empresa proprietária. A livre circulação de pessoas prevista para Dezembro próximo no acordo de Schengen só deverá entrar em vigor em 1 de Fevereiro de 1994, anunciam, em Paris, os ministros da Administração Interna dos nove países signatários. O Líder do Partido Inkata da Liberdade rejeita a proposta de referendo multi-racial na África do Sul feita por Frederik De Klerk.

19 Terça-feira

O Presidente Mário Soares pede a solidariedade japonesa para com o caso de Timor. Num hotel em Lisboa, Álvaro Cunhal participa num debate sobre eleições autárquicas e a via para a alternativa democrática. A Comissão Política do PCP critica a direcção do PS pelo ataque desencadeado à gestão autárquica CDU em Almada. Entra em vigor o embargo decretado pela ONU ao Haiti.

EDITORIAL

Sem sombra de rigor

Será Cavaco Silva supersticioso? É a pergunta que ocorre quando se observa, como aconteceu na entrevista à SIC da passada quinta-feira, o cuidado com que evita o uso de certas palavras. Por exemplo, nunca usou a palavra crise, substituindo-a sempre por dificuldades e insurgiu-se, barafustando, contra o uso da palavra buraco para designar o colossal agravamento do défice do orçamento do ano corrente.

Não se trata, porém, de superstição, mas de prestigitação propagandística.

Cavaco Silva evita os termos - como *crise* e *buraco* - porque lembram e traduzem o generalizado insucesso da sua política.

Outro termo que Cavaco Silva também baniu da sua linguagem é a palavra rigor, tão cara ao Primeiro-Ministro e ao Governo no início do seu consulado.

Não é que a palavra rigor revestisse um significado muito positivo na acepção que lhe foi dada pelo cavaquismo. Serviu como argumento para a contenção e redução do défice orçamental, para a contenção das despesas públicas e em geral para dar cobertura às políticas restritivas, mas serviu também, numa extensão emblemática e polémica, para traduzir "o cuidado e a competência" no tratamento das contas públicas de que o cavaquismo se vangloriava, em contraste com o que tinha acontecido com os governos do PS.

É claro que com o fiasco das previsões mais importantes, o gigantesco buraco orçamental, o regabofe fiscal e o descontrolo económico generalizado, a palavra rigor só pode acentuar a demonstração de que não há sombra dele na actuação do Governo.

Na entrevista à SIC, Cavaco Silva não só não conseguiu contrariar este quadro geral que em si mesmo comporta uma pesada carga acusatória para o Governo, como na tentativa de se desresponsabilizar fez afirmações que não podem deixar de afectar gravemente a sua credibilidade como Primeiro-Ministro.

Assim, tentou justificar o fiasco das previsões atribuindo todas as culpas aos organismos internacionais, adiando que governos de outros países se enganaram ainda mais do que o seu, tudo isto sem a menor visão crítica das próprias posições, fingindo esquecer que o "oásis" foi precisamente inventado para significar que o nosso país seria uma excepção em relação às desgraças que atingem os outros.

Também levou a sua hipocrisia ao ponto de quase aplaudir o gigantesco buraco orçamental, ele que foi nos últimos anos um ardente paladino da redução do défice, argumentando agora com as virtudes do défice grande em tempos de crise, o que pode

conduzir à conclusão lógica de que em matéria de défice "quanto maior melhor".

Especialmente grave foi a afirmação de que o Governo tem fechado os olhos à fuga fiscal e à fuga às obrigações da segurança social por parte de algumas empresas, em atenção a alegadas questões de emprego.

Esta afirmação é de tal maneira grave que só por si deveria questionar a continuação de Cavaco Silva como Primeiro-Ministro.

A partir de agora, qual é a moralidade do Governo para exigir das empresas e dos cidadãos o pontual pagamento dos impostos?

Se houve quem beneficiasse do "fechar de olhos por parte do Go-

É claro que, com o fiasco das previsões mais importantes, o gigantesco buraco orçamental, o regabofe fiscal e o descontrolo económico generalizado, a palavra rigor só pode acentuar a demonstração de que não há sombra dele na actuação do Governo.

verno", por que é que os que não colheram idêntico benefício não hão-de beneficiar também? E os que prevaricaram uma vez sem penalização por tolerância do Governo, por que é que não hão-de prevaricar segunda vez?

É verdade que o Primeiro-Ministro tentou emendar a mão e anunciou para breve uma lei que até prevê penas de prisão (que defende pessoalmente, é o seu vício repressivo) para a fuga fiscal. Mas com que moralidade vai aplicá-la depois da sua grande revelação de quinta-feira, dia 14 de Outubro, de que o Governo tem feito este ano como que uma greve ao combate à fuga e fraude fiscais?

A entrevista mostrou também como Cavaco Silva recorre à mentira, sem qualquer escrúpulo, para atingir os seus objectivos.

No caso, foi apanhado a atribuir mentirosamente a Carlos Carvalhas a primeira afirmação de que a CGTP não assinaria o acordo de concertação social, o que o Secretário-Geral do PCP logo desmentiu: "Nunca o fizemos".

Que crédito podem merecer as afirmações e as promessas de um Primeiro Ministro que mente com esta irresponsabilidade e ligeireza? Como diz o provérbio, "Cesteiro que faz um cesto, faz um cento".

Centenas de mentiras é o que Cavaco anda a dizer a propósito do acordo de concertação social. Uma das mais gordas é a da proclamada "baixa de impostos" decorrente da alteração dos escalões do IRS, em 8%.

Já se sabia que a alteração é no fundamental a actualização imposta pela taxa de inflação e só bonifica os

rendimentos que estejam encostados aos limites máximos dos escalões.

Agora ficou-se a saber que o mesmo Orçamento que comporta a anunciada medida, que Cavaco enfatizou na entrevista, também reduz as isenções e deduções fiscais, o que ele manhosamente omitiu.

É a velha técnica de dar com uma mão e tirar com a outra.

Mas já se anuncia também novos aumentos de preços dos combustíveis domésticos e de outros bens de primeira necessidade, de modo que o "famoso benefício de 1% dos rendimentos familiares" decorrente da alegada "baixa de impostos" ainda vai custar bastante caro à grande maioria dos portugueses.

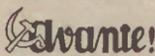
Entretanto, Cavaco Silva ainda não desistiu de atrair a UGT à assinatura do chamado acordo de concertação social, mas a firme recusa assumida pela CGTP e o amplo e implacável desmascaramento da manobra chantagista do Governo e de cada um dos expedientes apresentados fraudulentamente como benefícios para o mundo do trabalho, constituem poderosas razões impeditivas que a organização chefiada pelo deputado do PS, Torres Couto, não pode deixar de tomar em conta.

A contiguidade em várias matérias que se verifica entre o PSD e o PS, e que acaba de ser posta em evidência nas recentes entrevistas dos respectivos líderes, torna fácil o contágio entre os dois partidos e geralmente nas piores coisas.

Queremos atribuir a esse contágio a facciosa falta de rigor (para não lhe chamar pior) com que o PS está a conduzir a sua campanha autárquica nos concelhos de maioria CDU, pretendendo responsabilizar as respectivas câmaras pelos problemas de insegurança e a crise económico-social em que o Governo do PSD mergulhou o país, como a falência e o encerramento de empresas, a falta de novos investimentos, o desemprego, as barracas e a carência de habitação social, etc. É uma rematada desonestidade que não se diferencia da que costuma ser usada pela propaganda cavaquista.

As populações dos referidos concelhos têm, assim, a oportunidade de comparar a politiquerice do PS e dos seus candidatos, com o trabalho sério, perseverante, responsável e competente dos eleitos e das câmaras de maioria CDU e com a importante obra realizada que podem apresentar. Há pois razão para confiar no seu juízo.

Por todo o país, as listas da CDU que concorrem em todos os concelhos, salvo em Lisboa, Ponta Delgada e Corvo, onde o PCP e o PEV fizeram alianças com outros partidos, e em cerca de 2 mil freguesias, representam uma alternativa de poder e de trabalho, honestidade e competência, onde é sempre útil votar, tanto para benefício da população no plano local, como para impulsionar as condições que favoreçam uma viragem democrática na vida nacional.



Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX. Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex 18390 Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO: Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis — 90, 74A, 1100 Lisboa. Capital social: 15 000 000\$00. CRC matriculada: 47058. NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO: DISTRIBUIÇÃO ADE's Editorial «Avante!» — Av. Almirante Reis, 90, 74A, 1100 Lisboa — Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 Fax: 815 34 95

Alterações de remessa: Até às 17 horas de cada sexta-feira: Telef. (01) 815 34 87/8153511

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL INTERPRESS — Sociedade Distribuidora de Jornais e Revistas, Lda, Sector de Distribuição.

Sede: Rua do Norte, 115, 1.º, 1200 Lisboa. Telef. (01) 342 07 84/342 23 49/342 22 04. Delegação Centro: Praceta Dr. Alberto Oliveira, 4, 3000 Coimbra Telef. (039) 71 35 77

Delegação Norte: R. Monte dos Pípos, 326, Guilfões, 4450 Matosinhos Telef. (02) 953 15 66/953 17 49/953 17 50

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90-74A 1100 Lisboa — Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90-74A 1100 Lisboa — Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

Composto e Impresso na Heiska Portuguesa, SA R. Elias Garcia, 27 Venda Nova — 2700 Amadora Depósito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS*

PORTUGAL (CONTINENTE) — 50 números: 5.400\$00; 25 números: 2.790\$00

REGIÕES AUTÓNOMAS — 50 números: 6.786\$00

ESPAÑA — 50 números: 8.326\$00

MACAU — 50 números: 13.042\$00

GUINÉ-BISSAU E S. TOMÉ E PRÍNCIPE — 50 números: 14.056\$00

EUROPA (e ARGÉLIA, MARROCOS, TUNÍSIA) — 50 números: 14.960\$00

EXTRA-EUROPA — 50 números: 18.760\$00

* IVA e portes incluídos

Nome _____

Morada _____ Telef. _____

Código Postal _____

Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.

Nota da Comissão Política do Comité Central do PCP

Recuperação económica e a criação de empregos exigem outra política

A Comissão Política do Partido Comunista Português, na sua reunião de ontem, dia 18 de Outubro, para além de aspectos relacionados com a actividade corrente do Partido e o andamento da preparação das eleições autárquicas, dedicou particular atenção à gravidade da situação social e à operação de chantagem levada a cabo pelo Governo em torno da falsa dicotomia salários ou emprego.

1. A Comissão Política condena veementemente os intoleráveis e antidemocráticos processos de chantagem introduzidos pelo Primeiro-Ministro Cavaco Silva como forma de governação, para eludir a gravidade da situação económica e social e continuar a impor uma política que conduziu o país a uma profunda recessão económica.

Num quadro de crescentes factores de descontentamento e de avolumar de tensões sociais, o Governo não deixa margem para dúvidas que o seu entendimento de diálogo e de negociação se resumem às práticas de chantagem e às infames tentativas de responsabilização das organizações sindicais pelo aumento do desemprego que é da inteira responsabilidade da política governamental.

A Comissão Política chama a atenção do país para a insensibilidade e irresponsabilidade com que o Governo encara a destruição do aparelho produtivo português, o aumento do desemprego, a persistência dos salários em atraso, o proliferar do trabalho infantil, o descalabro do sistema de saúde, ensino e segurança social, realidades que nem as piruetas semânticas do Primeiro-Ministro e dos seus ajudantes conseguem já esconder.

O Primeiro-Ministro, apesar da abundante profusão de declarações públicas e do desmesurado tempo de antena que lhe é concedido, nem uma só vez conseguiu explicar como é que o Acordo Económico e Social, prosseguindo o Governo a mesma política produziria o milagre de assegurar a criação de empregos e a competitividade da economia portuguesa, quando todos os dias se encerram empresas e se anuncia a destruição de milhares de postos de trabalho.

As "receitas" de tentar garantir a competitividade da economia portuguesa à custa da descida do valor real dos salários, da precarização do mercado do trabalho e da limitação dos direitos dos trabalhadores são conhecidas, estão gastas e têm enormes custos sociais para os trabalhadores portugueses, os quais têm os mais baixos salários da Europa, são os que mais horas trabalham e os que menores garantias sociais disfrutam, sem que isso tenha contribuído, para a recuperação da economia e para melhoria da sua competitividade.

A Comissão Política chama ainda a atenção que o Primeiro-Ministro e o seu Governo, ao defenderem a "indexação" dos aumentos salariais dos trabalhadores portugueses aos que se verificarem em vários outros países comunitários, como condição para assegurar a competitividade da economia portuguesa, escamoteiam e falsificam dados elementares como seja o facto dos salários nesses países serem muitíssi-



Domingos Abrantes divulgou aos jornalistas as conclusões da reunião da Comissão Política da passada segunda-feira

mo mais elevados e as taxas de inflação serem inferiores às verificadas em Portugal.

O Governo, ao meter na gaveta as promessas eleitorais de aproximação dos salários portugueses aos níveis europeus, quer condenar irremediavelmente os trabalhadores portugueses a ganhar baixos salários e a manterem-se na cauda da Europa.

A Comissão Política considera que é altura de se pôr cobro a uma política que não pode garantir e ganhar o futuro e que está conduzindo o país ao desastre. Como a experiência demonstra, a penalização do factor trabalho, a única e exclusiva grande medida insistentemente defendida pelo Governo, não assegura a competitividade da produção nacional, crescentemente batida pela invasão de produtos estrangeiros e nem cria empregos.

A recuperação económica e a criação de empregos passam por uma política de abaixamento das taxas de juro, pela redução dos custos financeiros que pesam

sobre as empresas, por uma política que ponha fim à destruição do aparelho produtivo, por apoios à produção nacional.

A Comissão Política considera que a operação desencadeada pelo Governo em torno do chamado Acordo Económico e Social tentando convencer a opinião pública de que sem ele o país ficará numa situação difícil, mais não visa do que criar as condições para fugir às responsabilidades pelo falhanço da sua política, descarregando as culpas sobre os Sindicatos e as condições de vida de miséria dos trabalhadores portugueses.

A Comissão Política apoia a justa luta dos trabalhadores e do movimento sindical e em particular a acção corajosa da CGTP-IN na defesa dos interesses dos trabalhadores, contra a chantagem governativa e pela garantia da importante conquista democrática, que é o direito à negociação colectiva que o Governo e o patronato querem liquidar.

2. A Comissão Política, entretanto, chama a atenção para que a crise não é para todos. À sombra da crise crescem as grandes fortunas, as benesses ao grande capital e o Governo prepara-se para presentear os grandes agrários do Alentejo e Ribatejo com dezenas de milhões de contos a título de indemnizações - uma espécie de "renda" - pelo período em que as terras estiveram na posse dos trabalhadores.

Trata-se de mais uma intolerável prebenda a quem já recebeu mais de um milhão de hectares de terras trabalhadas e enriquecidas pelos trabalhadores da Reforma Agrária e mais valias que se estimam em mais de 20 milhões de contos (em infra-estruturas, equipamentos, gado, searas, cortiça) entregues aos agrários nos últimos anos com a destruição de mais de 500 UCP's/Cooperativas Agrícolas.

O governo opta pela entrega de volumosos dinheiros públicos aos proprietários latifundiários, para que estes, por sua vez concorram a novas privatizações do sector agro-alimentar e para pagamento das suas dívidas à banca.

Isto é, quando milhares de agricultores portugueses passam por inúmeras dificuldades para sobreviver, o Governo do PSD propõe-se para oferecer aos grandes proprietários mais 35 a 60 milhões de contos a somar ao património que já receberam.

A Comissão Política reafirma, nesta oportunidade, a necessidade de serem cumpridos os preceitos constitucionais quanto à eliminação dos latifúndios e sublinha que a Reforma Agrária continua a ser indispensável ao futuro da agricultura do Alentejo e Ribatejo.

3. A Comissão Política, independentemente da análise mais exaustiva e pormenorizada a que está a proceder em relação ao Orçamento do Estado para 1994, entende oportuno fazer desde já alguns comentários.

Assim, chama-se a atenção para as previsões optimistas do Governo no que respeita à evolução da economia portuguesa em 1994 (crescimento do PIB de 1 a 2%), tanto mais quanto o Governo continua a afirmar que não alterará o rumo das suas políticas que conduziram à actual recessão económica.

A Comissão Política do PCP relembra que foi idêntico optimismo irrealista há cerca de um ano que conduziu ao "buraco" dito de 500 milhões de contos consubstanciado no Orçamento Suplementar para 1993.

O segundo comentário reporta-se ao enorme logro resultante das declarações do Primeiro-Ministro relacionadas com a fiscalidade dos trabalhadores.

Por um lado é completamente falso que a actualização dos escalões do IRS em 8% gere um aumento do rendimento disponível em 1% para a generalidade dos trabalhadores.

Como se comprova com dados factuais (conforme mapa em anexo), a actualização dos escalões a um nível ligeiramente acima da taxa de inflação prevista pelo Governo apenas poderá gerar benefícios para algumas situações marginais, concretamente para níveis de rendimentos mais ou

MAPA COMPARATIVO DO IRS (em contos)

NÍVEL DE RENDIMENTO				IMPOSTO A PAGAR		
1993		1994		1993	1994	1994
MENSAL	ANUAL	MENSAL	ANUAL		A	B
96	1344	100	1398	1	0	0
97	1358	101	1412	3	2	2
100	1400	104	1456	9	9	9
110	1540	114	1602	30	31	31
120	1680	125	1747	51	52	52
130	1820	135	1893	72	74	74
150	2100	156	2184	114	118	118
160	2240	166	2330	135	140	140
180	2520	187	2621	177	183	183
190	2660	198	2766	198	205	205
194	2716	202	2825	298	306	214
200	2800	208	2912	319	328	328
250	3500	260	3640	494	510	510
300	4200	312	4368	669	692	692
330	4620	343	4805	774	801	801
360	5040	374	5242	1088	1119	910
370	5180	385	5387	1137	1170	1170
400	5600	416	5824	1284	1323	1323

NOTA: 1. Para cálculo do imposto a pagar, consideraram-se os contribuintes como casados, com um filho e com abatimentos e deduções garantidos.
2. Rendimentos brutos para 1994 actualizados em 4% (base de trabalho do Governo):
1994 A: actualização normal dos escalões ao nível da inflação prevista (5%)
1994 B: actualização dos escalões em 8%

Nota da Comissão Política

menos coincidentes com os limites máximos dos escalões. São excepções, não a regra!!

Aliás, se, por mera hipótese académica, fosse verdade o que diz o Primeiro-Ministro, então seria caso para lhe perguntar em quanto foram lesados os rendimentos disponíveis dos trabalhadores portugueses nos anos anteriores, em que o Governo apenas procedeu à actualização dos escalões pela taxa de inflação por ele prevista

Por outro lado, e como é usual na prática do actual Governo, as declarações do Primeiro-Ministro e de outros governantes procuram desvalorizar o significativo aumento da tributação indirecta consagrada no Orçamento apresentado.

De facto, o Governo prevê um aumento nominal do consumo privado da ordem dos 7% e, simultaneamente, estima que os impostos indirectos cresçam cerca de 12%, o que mostra um significativo aumento real da tributação indirecta sobre os consumidores.

O Primeiro-Ministro e o ministro das Finanças querem fazer crer que a actualização dos escalões do IRS em 8% seria um benefício geral enquanto que as medidas de agravamento fiscal só atingiriam alguns segmentos de contribuintes. A verdade porém é que é exactamente o contrário que se passa: a actualização dos escalões do IRS representa um pequeno benefício para alguns cidadãos, mas a redução dos salários reais e o aumento dos impostos indirectos prejudicam a generalidade dos trabalhadores.

Em suma, mais uma vez, o Governo deliberadamente aos portugueses.

4. A Comissão Política salienta ainda que do projecto de lei do Orçamento de Estado confirma que, em 1994, o Fundo de Equilíbrio Financeiro terá um «crescimento zero», eufemismo ridículo com que o Governo e o PSD pretendem escamotear o facto de se ir verificar um corte de verbas dos municípios e das freguesias equivalente à taxa de inflação. Este corte de verbas, que corresponde a um ostensivo desprezo pela Lei de Finanças Locais em vigor, aprovada por unanimidade, terá graves consequências para as populações, para o volume de emprego e mesmo para a capacidade de as autarquias apresentarem candidaturas a fundos comunitários, já que será diminuída a sua capacidade de co-financiamento. O corte de verbas é tanto mais grave quanto se segue a um corte de 53 milhões de contos em 1992 e 62 milhões de contos em 1993 em relação aos montantes de verbas a que as autarquias tinham legalmente direito. As declarações do ministro do Plano e Administração do Território preconizando despedimentos de trabalhadores das autarquias locais constitui, de resto, a confirmação das gravosas consequências que o Governo prevê que resultem da medida que quer impôr.

O PCP manifesta a sua solidariedade às acções de luta dos eleitos e dos trabalhadores autárquicos e das suas estruturas representativas e anuncia que, no debate do Orçamento para 1994 apresentará as propostas necessárias para garantir o cumprimento da lei de finanças locais em vigor.

5. Tendo terminado ontem o prazo para apresentação de listas para as eleições autárquicas, e sem prejuízo de um balanço a fazer no quadro da CDU, o PCP entende oportuno sublinhar a qualidade global das listas. No conjunto, a CDU concorrerá a todos os municípios do continente, a todas as câmaras municipais da Madeira, e a todos os municípios dos Açores, com excepção de Calheta e Santa Cruz da Graciosa em que se verificaram dificuldades de ordem técnica e a cerca de duas mil freguesias. Ao contrário de outros partidos, confirma-se que a CDU optou por tomar como critério a ligação às populações e às realidades locais dos candidatos. Os números revelam, por outro lado, uma grande

abertura, traduzida não só na participação de candidatos do PCP, PEV e ID, bem como, em diversas situações, de outros partidos, mas também em cerca de 40% de independentes. Mesmo ao nível de candidatos a presidentes de câmaras, haverá 21% de independentes. É de sublinhar igualmente a larga participação de juventude (por exemplo no distrito de Évora, nas autarquias de maioria CDU, os jovens representam mais de 16% dos candidatos) e uma mais larga participação de mulheres, que confirmará certamente a CDU como a força política que maior percentagem de mulheres eleitas terá nos órgãos autárquicos. A percentagem de mulheres candidatas a órgãos municipais será, por exemplo, de 26% no distrito de Setúbal. Finalmente, o PCP regista o facto de as listas aliarem a participação de numerosos candidatos experientes e com provas dadas com uma considerável renovação, de que é exemplo o facto de 26% dos candidatos a Presidente de Câmaras em municípios de maioria CDU se candidatarem pela primeira vez a esse cargo e ainda de nos Concelhos da Área Metropolitana de Lisboa o serem pela primeira vez 62% dos candidatos.

6. A Comissão Política não pode deixar de registar negativamente o facto de o PS, na pré-campanha em municípios que a CDU administra, por vezes com intervenção directa do seu secretário-geral e de outros dirigentes nacionais, persistir numa linha de responsabilização dos municípios por acções e omissões que cabem ao Governo, como acontece com a insegurança, o desemprego, a existência de dramas humanos e de marginalidade social, grande parte do problemas dos acessos a Lisboa ou as carências em matéria de habitação para as camadas mais pobres e insolventes. Conhecedora desses problemas e dos dramas humanos que o PS parece só ter descoberto em período eleitoral, a CDU levantou estas questões ao longo dos anos, nas autarquias e fora delas, recorrendo a todos os meios legais; mas não pode, como é evidente, assegurar a resolução de problemas que não cabem na esfera de atribuições e competências das autarquias locais e em relação aos quais estas não têm possibilidades legais e financeiras de actuar.

A honestidade de processos do PCP e da CDU faz com que não retribuam nos mesmos termos, acusando o PS dos muitos e graves problemas que existem nestes mesmos sectores na área dos 116 municípios que administram. Não se pode, entretanto, deixar de chamar a atenção para o facto de que constituiria um procedimento da mais elementar lisura democrática concentrar o debate político-eleitoral nas questões que são da responsabilidade das autarquias. Parece que, por falta de matéria para criticar a CDU nestas áreas, o PS é obrigado a recorrer à aberrante estratégia de culpar as autarquias por não assegurar o que é da responsabilidade do Governo. Quem não é capaz de conduzir uma campanha eleitoral com lisura e honestidade não pode pretender ter credibilidade para gerir com lisura e honestidade um município.

7. A Comissão Política do CC do PCP anuncia a realização de um grande comício em Lisboa, no próximo dia 5 de Novembro, no Pavilhão dos Desportos, com âmbito correspondente à Área Metropolitana de Lisboa, que contará com a participação de Carlos Carvalhas e de Álvaro Cunhal.

Ao mesmo tempo, a CP congratula-se com o elevado ritmo e intensidade das iniciativas do PCP e da CDU que decorrem por todo o país, para apresentação de contas do trabalho realizado, apresentação de candidatos, debate ou apresentação de programas eleitorais ou em torno de problemas locais e regionais.

Lisboa, 19 de Outubro de 1993

A Comissão Política do CC do PCP

PCP solidário com José Carreira

«O PCP manifesta toda a sua solidariedade e associa-se à exigência do arquivamento de todos os processos disciplinares» contra o dirigente da ASPP, José Carreira, lê-se numa nota emitida pelo gabinete de imprensa do Partido.

O texto refere que «a suspensão, pelo Comandante-Geral da PSP, do dirigente da ASPP, José Carreira, constitui uma inaceitável atitude de cariz autoritário que não pode deixar de merecer o mais vivo protesto».

«Esta decisão vem na sequência de outros processos disciplinares levantados aos dirigentes associativos e integra-se na estratégia do Governo PSD de calar todas as vozes incómodas contra a sua política impopular».

«Na verdade, trata-se de uma medida punitiva ditada exclusivamente por razões políticas. Não é o profissional da PSP que se pretende atingir, mas sim o dirigente

prestigiado, e a própria ASPP, por ousarem discordar publicamente da política do ministro Dias Lourenço».

«Os dirigentes da ASPP, nas suas tomadas de posição e iniciativas públicas em defesa dos associados, fazem-no com toda a legitimidade, como representantes da classe que os elegeu e no pleno respeito pela lei da Assembleia da República que define o quadro do associativismo policial».

«O dirigente José Carreira e a Associação Sócio-Profissional da Polícia têm toda a razão e a lei do seu lado.»

Escalada repressiva

Por seu turno, a CGTP-IN qualifica a suspensão de José Carreira como «mais um passo na escalada repressiva do Governo contra a Associação Sócio-Profissional da PSP e em especial

contra os seus dirigentes e activistas».

A Central considera que «a decisão de suspender o subchefe José Carreira consubstancia uma ilegalidade, pois as declarações que lhe servem de fundamento foram por ele feitas no exercício da sua função de dirigente da ASPP e na defesa dos interesses e direitos dos profissionais da PSP. Esse é um direito que a Lei do Associativismo Policial lhe reconhece».

A CGTP-IN repudia «veementemente esta arbitrariedade» e exige a «reintegração imediata do subchefe José Carreira na sua actividade profissional».

A central sindical reafirma a sua solidariedade e apoio ao dirigente suspenso e afirma que vai efectuar «um conjunto de diligências junto do Governo, da Assembleia da República e outros órgãos de soberania, para que intervenham no sentido de que esta ilegalidade seja rapidamente reparada».

Emigrantes ocupam embaixada em Berna

Os trabalhadores temporários na Suíça ocuparam simbolicamente, na passada sexta-feira, a embaixada portuguesa em Berna, para sensibilizar a opinião pública e exigir do Governo português que resolva rápida e definitivamente a questão do subsídio de desemprego há muito reivindicado.

A acção foi promovida pelo SBI, estrutura sindical suíça dos sectores da construção e indústria, onde se encontram filiados muitos imigrantes portugueses.

Em declarações à Agência Lusa, Manuel Beja, secretário do SBI, considerou que a

inexistência de subsídio de desemprego para os trabalhadores sazonais portugueses na Suíça, durante os períodos de inactividade, é «inaceitável e degradante».

O PCP divulgou, entretanto naquele país, um comunicado em que apoia os trabalhadores temporários da construção civil na obtenção do direito ao subsídio desemprego em Portugal.

Os comunistas recordam que o Governo helvético prontificou-se já a participar no pagamento do subsídio de desemprego, em Portugal, mas Lisboa considerou insuficiente a verba proposta.

Nova lei prejudica sinistrados no trabalho

A Associação Nacional dos Deficientes Sinistrados no Trabalho veio a público denunciar o conteúdo de um recente Decreto-Lei, publicado no passado dia 1 de Setembro, que, segundo afirma, «privilegia os grandes grupos económicos - as seguradoras - retirando direitos às vítimas de acidente de trabalho, e viola o princípio da proibição do retrocesso dos direitos sociais e o princípio da igualdade, consagrados na Constituição».

A Associação cita o exemplo de dois sinistrados, com 30 anos de idade, que tiveram um acidente de trabalho no mesmo dia. Ganhavam um salário igual de 70 mil escudos, e em resultado do acidente ficaram com a mesma

incapacidade permanente, sendo-lhes fixada a mesma pensão de 69 832 escudos.

Estes dois sinistrados requereram ao Tribunal a remição das suas pensões o que conseguem através dos despachos, um datado de 25 de Agosto e outro datado de 10 de Setembro. O primeiro ainda abrangido pela lei anterior obriga a Seguradora a pagar ao sinistrado a quantia de 1 533 590 escudos. O segundo, por força da nova lei entretanto publicada, obriga a Seguradora a pagar apenas 1 080 484 escudos.

Como conclui a Associação, o Governo permite que as companhias de seguros retirem mais de 450 contos aos sinistrados, através da alteração «para pior» de um despacho de 1971.

A Associação condena a nova lei lembrando que, enquanto «por todo um mundo, em especial na Europa Comunitária, os Governos se preocupam cada vez mais com os direitos das pessoas incapacitadas, em Portugal retrocede-se, limitando-se, ainda mais, os poucos direitos das pessoas incapacitadas».

Exigindo a revogação do «bizarro Decreto-Lei», a Associação pretende ainda a alteração do regime jurídico dos acidentes de trabalho que data de 1965 bem como o «paupérrimo esquema de cálculo das pensões, que permite que, ainda hoje, milhares de pensionistas recebam pensões inferiores a 100 escudos mensais».

Concelhia de Setúbal crítica má planificação da Câmara Municipal

A abertura do ano lectivo e os problemas que a Câmara não resolveu e, por outro lado, a visita do eurodeputado comunista Joaquim Miranda a empresas do concelho, são objecto de uma nota da Comissão Concelhia de Setúbal que transcrevemos a seguir:

Não bastava a má planificação do sector de obras da Câmara Municipal de Setúbal que não permitiu a abertura normal do ano escolar nas escolas da Azeda e Monte Belo, obrigando crianças a ficar em casa e perturbando a actividade diária de muitas famílias: agora é a Escola Preparatória Luísa Todi que, segundo informação dada aos pais pelo Conselho Directivo, terá que encerrar a partir da próxima terça-feira a cantina, por falta de verbas.

Assim se contradiz com a realidade dos factos a recente operação mediática do governo que, ao divulgar medidas restritas quanto ao parque escolar do distrito, quis fazer crer que com um toque de varinha mágica solucionava as graves carências que afectam as escolas de todos os graus de ensino.

A Comissão Concelhia de Setúbal do PCP, reunida a 17 de Outubro de 1993, apela aos professores, pais e alunos que reajam a esta afronta a um dos mais elementares direitos que a Constituição da República

consigna no seu texto.

Parafrazeando um político local, é caso para dizer que nesta tão sensível matéria, **ao PS e ao PSD «Deus assim os criou, Deus assim os juntou».**

A Comissão Concelhia, tomando conhecimento pela forma como decorreu a visita de Joaquim Miranda, deputado do PCP ao Parlamento Europeu, à Renault e à Metalimex, exige uma clara definição da postura do Governo quanto ao futuro daquela empresa de montagem de automóveis, perante a onda de boatos cuja origem tudo leva a crer situarem-se ao mais alto nível, os quais apontam para a retirada de acções que o IPE, na base do acordo com a Regie Renault (francesa), detém no consórcio.

No quadro da resposta de todos os sectores laborais e sócios profissionais a esta desastrosa política do governo, a luta dos trabalhadores das Renault não deixará de voltar a desenvolver-se em defesa dos postos de trabalho e de direitos e regalias adquiridos.

Quanto à Metalimex, a propósito da anunciada disponibilização de verbas da OID para o ensacamento das escórias de alumínio, a Comissão Concelhia recorda que esta retardada medida foi objecto de uma moção apresentada pelos vereadores da CDU em sessão de Câmara e aprovada por unanimidade, mantendo-se porém a necessidade de proceder urgentemente ao repatriamento daquele prejudicial lixo oriundo da Suíça.

A CDU voltou a honrar a tradição de, no concelho de Setúbal, ser a primeira força política a formalizar no Tribunal da Comarca a entrega de listas concorrentes aos órgãos autárquicos nas próximas eleições de 12 de Dezembro.

Entre as várias iniciativas a decorrer na próxima semana, com destaque para contactos directos com a população e entidades ou instituições sediadas no concelho (União Setubalense, NERSET, Parque Natural da Arrábida e RENES), candidatas e activistas da CDU levarão a cabo no sábado, 23, da parte da manhã, nos Bairros da Camarinha e Humberto Delgado, uma acção de propaganda em que participará Carlos Carvalhas, Secretário-Geral do PCP.

Edgar Correia no Porto Sector educativo completamente à deriva

«O sector educativo, cuja importância estratégica para o país é reconhecida por todos os quadrantes e até por analistas externos, encontra-se completamente à deriva. É o fracasso da política do Governo, a incapacidade do ministro, a falta de credibilidade que atinge as actuações do Ministério», afirmou o camarada Edgar Correia, membro da Comissão Política do CC do PCP, na sua intervenção no debate sobre a Reforma do Ensino, no Porto. Este debate, que teve lugar no passado sábado, no Auditório da Junta de Freguesia de Santo Ildefonso, contou com viva e animada participação, e Edgar Correia teve a oportunidade de se referir a alguns dos mais importantes aspectos e problemas do ensino em Portugal:

«A reforma educativa, cujos objectivos democratizadores e modernizadores do ensino em Portugal a Lei de Bases do Sistema Educativo consagra, está moribunda. Consequência acumulada falta de medidas estruturais fundamentais; da desordenação e do improvisado; da incapacidade de diálogo com professores, estudantes e pais; do corte drástico e indiscriminado de despesas com o ensino; da ausência de condições para uma real participação democrática;

da tentativa de imposição de um sistema de gestão antidemocrática das escolas; das alterações na avaliação dos alunos dos ensinos básico e secundário reduzidas na prática ao branqueamento das estatísticas do insucesso e da redução rápida dos contingentes escolares e docentes.»

E mais adiante: «A política do Governo de desvalorização e de desqualificação da escola pública, em geral, e do ensino básico, universal e obrigatório de 9 anos em especial, não pode continuar. A linha geral da negação neo liberal do direito à educação e da mercantilização do ensino que tem comandado desde há 14 anos a acção dos sucessivos Ministérios da Educação da responsabilidade do PSD, não só não permitiu vencer o atraso quantitativo e qualitativo em relação ao nível educativo dos países mais desenvolvidos, como fez acumular tensões e contradi-

ções no nosso sistema de ensino.

«O PCP assume, convicentemente, a defesa de uma política diferente e oposta à que vem sendo realizada pelo Governo. Política cujo eixo fundamental seja a concretização dos princípios, objectivos e valores da política educativa democrática consagrados na Constituição e na Lei de Bases do Sistema Educativo. Que concretize o direito de cada português aceder a níveis de ensino de acordo com as suas capacidades e apenas limitado por elas. Que construa uma escola verdadeiramente para o nosso tempo. E que assegure a plena valorização dos recursos humanos do país, condição para o desenvolvimento económico moderno num contexto de crescente internacionalização, condição para a defesa e para o reforço da própria soberania nacional.»

Protestos de portugueses emigrantes na Suíça

Durante uma hora, numa acção de protesto, 40 portugueses acompanhados de uma delegação do Sindicato da Construção e Indústria suíço — GBI, estiveram na Embaixada de Portugal, em Berna, no passado dia 15, para mais uma vez exigir «o subsídio de desemprego para sazonais portugueses, durante os períodos de inactividade em Portugal», situação que só este ano atinge mais de 40 mil trabalhadores que brevemente vão regressar a Portugal sem direito a receber o respectivo subsídio de desemprego para o qual descontaram.

No comunicado divulgado neste mesmo dia, o GBI afirma que em Julho o Governo português rejeitou uma proposta suíça mas que até hoje ainda não apresentou nenhuma proposta alternativa. A responsabilidade do Governo do PSD é tanto maior quanto é sabido que as autoridades suíças chegaram a acordo com os governos espanhol e italiano nesta matéria.

O GBI afirma que irá continuar a luta para que seja posto termo a esta injustiça. Entretanto a mesma estrutura sindical emitiu um postal dirigido ao Embaixador de Portugal na Suíça a exigir a criação do subsídio de desemprego.

Pelo seu lado, a Organização do Partido na Suíça divulgou uma nota que transcrevemos:

1. A Organização do PCP na Suíça, solidariza-se com os trabalhadores temporários da Construção Civil que, através da ocupação simbólica da Embaixada de Portugal em Berna, pretendem sensibilizar a opinião pública e exigir do Governo português uma solução rápida e definitiva desta sua já longa e justa reivindicação do direito ao subsídio de desemprego em Portugal.

2. Ao mesmo tempo, chamamos a atenção para o facto de a radicalização das formas de luta dos trabalhadores portugueses ser sintomática da exigência de uma outra política para a emigração, voltada para a resolução concreta dos seus problemas, ao diálogo permanente com as organizações representativas dos emigrantes.

Neste sentido o PCP considera que, para além de outras medidas, o DL 101/90 que criou as «estruturas representativas» dos emigrantes em substituição do Conselho das Comunidades Portuguesas, deve ser revogado e que o Governo dialogue com as diversas estruturas das Comunidades Portuguesas, tendo em conta a sua diversidade de interesses e opiniões.

3. A Organização do Partido Comunista Português na Suíça reitera, mais uma vez, a sua determinação e empenhamento político na defesa dos direitos dos emigrantes portugueses.

Mague Célula do PCP quer viabilização da empresa

«A um, podemos enganar sempre, e só durante algum tempo, mas enganar a todos é impossível», diz um comunicado da Célula da Mague do PCP, comentando o processo de «reestruturação» da empresa. Afirmando-se contra a destruição desta e pela sua viabilização, os comunistas da Mague recordam:

Desde o início do processo «Reestruturação», que os administradores, directores, sub directores e restantes chefias nos foram dizendo que reestruturar era modernizar; que a fábrica seria uma grande empresa, moderna flexível e competitiva, gerida pelos melhores e mais sofisticados processos de gestão, na qual haveria lugar para a criatividade, competitividade e mais humanização nas relações de trabalho.

Disseram-nos muitas coisas, mas a realidade desmente e condena frontalmente este processo.

Ao longo de todo este tempo, a administração do grupo «Senete» foi educando, promovendo e mandando instalar na cadeia hierárquica, o gestor de «Novo Tipo», cujo perfil corresponde ao do

«Analfabeto secundário». É um individuo desinteressante.

Pode mesmo ter um diploma universitário, mas é um sub-homem, aprecia a sua incapacidade, olha como vantagem a sua ignorância, possui uma grande incompreensão de tudo o que acontece à sua volta.

Este «Analfabeto secundário» é, no dizer de Enzebsberger, o produto de uma nova fase de industrialização, um ser condicionado pelo que vê na TV.

Com o gestor «Novo Tipo» instalado na empresa perdeu-se a capacidade e o sentido crítico das ideias e dos actos. Os resultados estão à vista.

A célula do PCP na Mague acusa os responsáveis da empresa por:

– Delapidação do seu património.

– Destruição de milhares de postos de trabalho, «criação sistemática e cadenciada de excedentários».

– Gastos de milhares de contos no faz e desfaz, em trabalhos nas diversas instalações da empresa.

– Gastos de milhares de contos para sustentar a rotatividade das chefias.

– Gastos de milhares de contos na criação de gabinetes, cuja finalidade se desconhece.

– Gastos de milhares de contos no processo de reclassificação.

– Gastos de milhares de contos na criação, promoção e valorização de uma «Guarda Pretoriana» para implementar no terreno as malfetorias do processo «Reestruturação».

Inverter o processo

Acreditando que «é possível inverter este processo», a célula aponta algumas medidas de carácter imediato:

No plano interno: – Aguentar os postos de trabalho, «os lucros tam-

bém devem servir para isso».

– Tornar mais agressivos e competitivos os sectores que têm a responsabilidade de ganhar concursos.

– Reorganização dos sectores «a sério e não a fingir».

– Promoção de quadros com qualidade profissional.

– Fim da valorização da mediocridade.

No plano nacional:

– Concorrer para ganhar os grandes empreendimentos nacionais «Alqueva, Expo 98, etc.»

– Procurar a diversificação de novos mercados.

No plano internacional:

– Concorrer para ganhar os empreendimentos que se perspectivam nos diversos domínios da metalomecânica. É ainda indispensável responsabilizar o governo PSD/Cavaco Silva, no plano político, económico e social, exigindo medidas, designadamente na reorientação dos grandes projectos de investimento nacional, definindo propriedades e a utilização planeada e coordenada da metalomecânica pesada.

Carlos Carvalhas em Coimbra, Montemor-o-Velho e Figueira

Pré-campanha ganha nova dinâmica

Reforço das posições CDU mobiliza candidatos e ganha apoio popular

Concluído o processo de elaboração e apresentação das listas - o fechar de um ciclo que no caso do distrito de Coimbra não defraudou nem as expectativas nem as metas inicialmente estabelecidas - já uma nova etapa foi aberta para a corrida eleitoral de Dezembro próximo. Trata-se agora de tomar a iniciativa política, promovendo acções orientadas para a acção, o esclarecimento e a mobilização. Neste novo quadro, em plena pré-campanha, deve inscrever-se a deslocação do secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, no passado sábado, aos concelhos de Coimbra, Montemor-o-Velho e Figueira da Foz.

Uma visita que ficou marcada pela diversidade de iniciativas, num contexto de crescendo da dinâmica partidária e da CDU, e onde foi notória a preocupação de privilegiar o contacto directo com as populações.

Contactos que proporcionaram ao longo de todo o dia, nas várias iniciativas que preencheram a carregada agenda do secretário-geral do PCP, não apenas momentos de animado convívio, como recíprocas e vantajosas trocas de conhecimento e experiência.

Manifestações de simpatia

Participação, adesão às propostas da CDU e manifestações de simpatia que nalguns casos assumiram mesmo expressões de entusiasmo, foram ainda características dominantes de toda a Jornada por terras do Baixo Mondego, uma Jornada onde se evidenciou ainda de forma acentuada uma enorme confiança na obtenção de um bom resultado eleitoral.

É que para além da actual influência eleitoral da CDU, traduzida na existência de algumas freguesias geridas por comunistas e seus aliados, "com um trabalho que se distingue", como salientou ao "Avante!" Sérgio Teixeira, da Comissão Política do PCP,

há neste momento uma convicção profunda de que "está ao alcance da CDU - as palavras são ainda suas - o reforço das posições em termos gerais, quer em termos de ganhos de freguesias, quer em número de eleitos".

Tráfico de eleitos

Num quadro distrital em que o PS e o PSD dominam as câmaras e em que se assistiu no processo de constituição das listas a uma escandalosa traficância de eleitos de uns para outros, como sucedeu em Pampilhosa da Serra e na Figueira da Foz, a eleição de candidatos CDU assume ainda maior relevância, como factor essencial para impedir fenómenos de bipolarização e, no caso vertente, de maiorias absolutas que se evidenciaram castradoras para o desenvolvimento dos respectivos concelhos.

Mas esta confiança não decorre, importa registar, de qualquer expressão mais ou menos voluntarista - "não uma confiança cega", como repetidas vezes frisou Carlos Carvalhas -, antes se alicerça no trabalho realizado pela CDU, um trabalho de reconhecido mérito sempre orientado para a defesa dos interesses das populações.

Um exemplo disso mesmo foi possível observar na freguesia de Santo Varão, uma das etapas cumpridas ainda na manhã de sábado, sob intensa chuva, depois de uma passagem de Carlos Carvalhas por Pereira do Campo e por Coimbra, onde tudo começou com uma arruada pela baixa da cidade.

Trabalho exemplar

Apesar dos magros recursos e do esforço financeiro para dar resposta aos problemas que afligem Santo Varão, a verdade é que em todos os lugares da freguesia, a começar por For-

moselha, é visível o bom trabalho do executivo da Junta. Um trabalho em estreita colaboração com a população que mudou a face da freguesia nestes últimos quatro anos, como sublinhou ao "Avante!" o presidente da Junta, João Filipe, e que pode ser testemunhado, entre outros domínios, no apoio social, na gestão dos cemitérios ou na pavimentação de estradas e ruas.

Santo Varão é, aliás, uma das freguesias que já beneficiou de dinheiros da AECOD (Associação dos Eleitos Comunistas e Outros Democratas), isto é, produziu melhoramentos com receitas provenientes dos honorários prescindidos pelos eleitos da CDU nas autarquias.

Nota de realce merece ainda a qualidade da composição das listas apresentadas pela CDU em qualquer dos concelhos visitados, constituídas por homens e mulheres votados ao interesse público, com provas dadas e com um único compromisso: defender os interesses das populações.

No jantar que reuniu mais de 300 apoiantes em Coimbra, sem dúvida um dos momentos altos que marcou a Jornada de sábado, a par do almoço em Formoselha e do encontro de candidatos na Figueira da Foz, o candidato que encabeça a lista da CDU à Câmara resumiu exemplarmente a postura dos eleitos da CDU: "Os trabalhadores não pressionam os eleitos da CDU a favor de políticas que levam a que os ricos sejam cada vez mais ricos e os pobres cada vez mais pobres. Por isso podemos afirmar-nos como verdadeiramente independentes, mas comprometidos politicamente na defesa da qualidade de vida da grande maioria dos cidadãos, contra interesses minoritários."



Mais de 300 pessoas participaram em Coimbra num jantar de apoio à CDU. Foi um dos pontos altos da Jornada de esclarecimento em terras do Baixo Mondego, onde não faltaram intercalares de poesia e bom humor «servidos» por elementos dos Jograis de Bonifrates

Em terras do Baixo Mondego CDU tem projectos para um futuro de progresso

Montemor-o-Velho - iniciar uma nova era

"Iniciar uma nova era no concelho", conferindo-lhe a dimensão de "verdadeiro centro cultural do distrito", tal é a aposta da equipa dirigida pelo Dr. Jorge Camarneiro, que se candidata pela CDU à Câmara municipal de Montemor-o-Velho. Um objectivo que, de acordo com as suas palavras, passa pela resolução dos problemas essenciais do município, através de uma correcta gestão dos seus recursos, tendo em vista o bem-estar e a qualidade de vida das populações.

Anunciado por Jorge Camarneiro no decorrer de um almoço em Santo Varão, freguesia de maioria CDU, este tema da qualidade de vida é de resto um dos que mais preocupa os candidatos da CDU, que erigiram igualmente como lema da sua campanha a questão do emprego.

"Pouco ou nada se tem feito para incentivar a instalação de indústrias e captar investimentos", sublinhou a propósito o cabeça de lista da Coligação, numa crítica explícita ao actual Executivo camarário, igualmente responsável, em sua opinião, pelo estado de abandono a

que está votado o concelho.

Num animado convívio que reuniu pouco tempo depois num "pub", em pleno coração de Montemor-o-Velho, algumas dezenas de apoiantes, os objectivos da CDU voltariam a ser tema de conversa, desta feita pela voz de Capinha Lopes, oficial de Justiça, que, depois de enaltecer a qualidade da lista, pôs em evidência o propósito dos candidatos em "responder aos anseios da população" sem se envolverem em "querelas estérteis", como as que têm rodeado a acção de outras forças políticas.

"Montemor não pode estar só ao abrigo da sua história. É preciso mudar!", afirmou outro dos presentes, antecedendo breves palavras de Carlos Carvalhas com substanciando no essencial a ideia de que "Montemor, coração do Baixo Mondego, precisa da ambição de progresso e modernidade".

Figueira da Foz - faz falta um vereador CDU

Eleger Nelson Fernandes, cabeça de lista à câmara, conquistar a presidência da junta de freguesia de Vila Verde, reforçar o número

total de eleitos, tais são, em síntese, por sua vez, os grandes objectivos que se colocam à CDU no concelho da Figueira da Foz. A revelação foi feita por Domingos Oliveira, mandatário concelhio da Coligação, no decorrer de um encontro de candidatos que encheu o salão de um hotel daquela cidade, e que contou com a presença do secretário-geral do PCP, que interveio no final dos trabalhos.

Foi um dos momentos fortes da Jornada do passado sábado, facto explicável, estamos em crer, não apenas devido ao elevado número de participantes, como também por força do clima de confiança que se respirou na sala. Um espírito que não será certamente alheio à forma como se desenvolveu o processo de preparação das listas à câmara, assembleia municipal e a 13 freguesias, envolvendo mais de 200 candidatos, num quadro de grande discussão e participação democrática, sem atribuições de qualquer espécie, ao contrário do que sucedeu com outras forças partidárias.

Acresce ainda, no que se refere à composição das listas, que mais de 50 por cento dos lugares estão preenchidos por independentes, merecendo igual realce o facto

de cerca de 21 por cento dos candidatos serem mulheres, o que em qualquer dos casos confirma de forma inegável o carácter aberto, unitário e abrangente do projecto CDU.

Para este mesmo aspecto chamou a atenção Domingos Oliveira, sem deixar de pôr simultaneamente em realce - e este é seguramente outro dos aspectos que pode explicar o clima de confiança existente - a circunstância de hoje estar generalizada e ser comumente aceite a ideia de que nestes últimos quatro anos fez falta um vereador CDU na câmara da Figueira da Foz.

Com efeito, ainda segundo as suas palavras, "fez falta um vereador CDU para intervir na fiscalização e por vezes na denúncia da gestão municipal, quantas vezes altamente desastrosa para os interesses do concelho", bem como, acrescentou, "para intervir com as nossas propostas e soluções na luta pelo progresso e bem-estar da nossa terra".

Apostando numa campanha essencialmente dirigida para o "contacto directo com os eleitores", como observou Domingos Oliveira, a CDU tem ainda um motivo acrescido de confiança, o qual tem a ver com a circunstância de em 1989 ter

existido a real possibilidade de eleger um vereador. Por outras palavras, a diferença de votos na CDU da assembleia municipal para a câmara teria permitido, então, manter o vereador da Coligação, uma vez que 23 por cento dos seus votantes para a assembleia votaram para a câmara noutra força política.

Coimbra - o único compromisso é com os cidadãos

"Independentes dos jogos de poder e dos interesses de grupos económicos, mas politicamente comprometidos na defesa da qualidade de vida da grande maioria dos cidadãos". Nestes precisos termos se apresentam ao cidadão eleitor de Coimbra os candidatos que integram as listas CDU para a câmara e assembleia municipal, encabeçadas respectivamente pelo Dr. Santos Cardoso, actual vereador, e pelo Prof. Dr. António Avelãs Nunes.

Num jantar que reuniu mais de 300 participantes que encheram por completo o pavilhão da Escola Secundária Quinta das Flores e que constituiu sem dúvida o ponto mais alto desta Jornada de esclarecimento

pelo distrito de Coimbra, foi ainda a voz dos candidatos a concitar as atenções gerais.

Do papel da assembleia municipal, enquanto local privilegiado para o debate em "clima de diálogo aberto e sem barreiras" de todos os problemas que dizem respeito à vida do município, desse papel que do seu ponto de vista importa "valorizar e prestigiar", falou detalhadamente Avelãs Nunes. O reforço da sua acção como órgão de "acompanhamento e de fiscalização", a par da sua valorização como "local de debate e de participação dos cidadãos", foram dois dos aspectos invocados por aquele prestigiado professor de Coimbra, que não deixou de lhe associar outras virtualidades, como sejam, o "potenciar a importância da presença dos presidentes das juntas de freguesia, aprofundando a ligação à vida e às pessoas de carne e osso, fortalecendo a solidariedade entre os municípios, ampliando a descentralização de meios e de responsabilidades".

Recordado por Avelãs Nunes foi ainda o elevado número de independentes que integram as listas da CDU. Adiantando explicações para o facto, apontou

PCP

Carlos Carvalho desmascara Chantagem do Governo visa concentração económica

Uma "descarada operação de chantagem", assim classificou Carlos Carvalho, secretário-geral do PCP, as múltiplas declarações recentemente proferidas por Cavaco Silva a propósito da assinatura do chamado acordo social, acordo que do ponto de vista do dirigente comunista visa, no fundamental, "passar os custos mais gravosos da crise para cima dos trabalhadores". Foi no último sábado, na Figueira da Foz, no decorrer de um encontro da CDU para apresentação dos candidatos aos órgãos autárquicos do concelho. Com as principais questões relacionadas com o acto eleitoral de Dezembro próximo a preencherem grande parte do seu discurso — um tema que de resto estaria presente em todas as intervenções que proferiu nos vários actos públicos em que participou nesse dia no distrito de Coimbra —, Carlos Carvalho não deixou porém de se deter noutros aspectos da actualidade política, abordando designadamente o problema dos rendimentos do trabalho e as políticas do Executivo no plano social, em particular no ensino.

Sobre estas duas matérias, transcrevemos de seguida breves passagens da intervenção do secretário-geral do PCP:

Chantagem e a repressão

(...) O Primeiro-Ministro nas suas múltiplas declarações tem vindo a insistir na sua descarada operação de chantagem visando pressionar a assinatura de um acordo que procure no fundamental passar os custos mais gravosos da crise para cima dos trabalhadores.

A sua pseudoposição equidistante entre as confederações sindicais e patronais é claramente desmentida pelas suas propostas e pela sua política. O proclamado "diálogo social" não passa, para o Governo, de uma mera cobertura para a sua política ao serviço da centralização e concentração de capitais. Ainda na última entrevista à SIC, o Primeiro-Ministro repetiu a sua chantagem e mostrou que a sua única receita é a penalização de quem trabalha. E, ao contrário do que afirmou, é necessário ter presente que, em Portugal, os desempregados são cidadãos desprotegidos, os mais desprotegidos da Europa Comunitária. Aliás, numa postura de verdadeiro charlatão, teve o desplante de afirmar mentirosamente que fomos nós quem primeiramente dissemos que a CGTP não iria assinar o acordo! Nunca o fizemos! É uma falsidade que mostra bem a seriedade com que o sr. Primeiro-Ministro se posiciona também nesta questão do Acordo Social.

Mas creio que vale ainda a pena, neste nosso encontro, rebater as duas principais ideias que o PSD anda a espalhar para ver se confunde e ilude os portugueses.

A primeira diz respeito à ideia de que a aceitação da redução dos salários reais seria a melhor maneira para se manter o nível de emprego, quando a verdade que nenhum trabalhador deverá esquecer é que a política do Governo está deliberadamente apostada na redução dos salários e no aumento do desemprego e que o Governo não tenciona rectificar nenhuma das suas opções e orientações que estão na base do crescente desemprego.

A segunda é a de ligar exclusivamente a produtividade e a competitividade da economia nacional aos custos salariais esquecendo o peso determinante que neste âmbito têm a política cambial, a política energética, a política fiscal e orçamental, as taxas de juros, a reestruturação do aparelho produtivo, a organização, gestão e métodos das próprias empresas, a qualidade do ensino e da formação profissional.

Depois, ao procurar equiparar os níveis de aumentos salariais em Portugal com os aplicados noutros países da CEE em muitos casos com firme oposição dos trabalhadores e dos suas organizações sindicais, faz lembrar o dito dos trabalhadores da Função Pública a um célebre aumento do tempo da outra senhora: dá-me o teu aumento (trabalhador francês, alemão e mesmo espanhol) que eu dou-te o meu vencimento!

Esquecer que nesses países os salários são muito mais altos e a inflação muito mais baixa é uma verdadeira mistificação.

Aliás, se os salários portugueses ficassem atrelados à percentagem do aumento dos espanhóis isso significaria que o fosso entre os níveis salariais dos dois países continuaria a aumentar.

Por último, é ainda de sublinhar que a "magnânima" actualização dos escalões do IRS em 8% não é nada. Representa apenas a actualização dos escalões

face à verdadeira taxa de inflação e mesmo assim só beneficiando os contribuintes que estejam encostados aos limites máximos dos escalões.

É um grosseiro engodo que se desmonta com meia dúzia de exemplos e operações (...)

As concepções autoritárias e a desresponsabilização do Governo

(...) São inaceitáveis as concepções autoritárias que crescentemente se manifestam nas declarações do Primeiro-Ministro, mesmo quando este opta por uma postura angélica e afável com que procura fazer esquecer a dureza da sua política, bem assim como nas acções do Governo. E isto num quadro visível de crescente desagregação do tecido empresarial e do alastramento da crise económica, com as falências e o desemprego sem pararem de aumentar e com a Segurança Social em ruptura.

É a qualificação de inimigos do progresso do país de todos os que se opõem ao PSD e à sua política, é a sua continuada contestação e hostilidade ao exercício por outros órgãos de soberania das suas legítimas competências, é o desrespeito pelas leis como foi o caso ainda ontem em relação à audição das oposições acerca do Orçamento do Estado, é a chantagem em relação aos trabalhadores, é a repressão aos dirigentes associativos da Polícia de Segurança Pública (ASPP) como é o caso de José Carreira, tudo a configurar um quadro de arrogância tipo "quero, posso e mando".

E tudo isto acompanhado da desresponsabilização do Governo em áreas vitais como a saúde, a habitação e a educação.

Em relação à educação é bom lembrar que há dois anos o PSD prometeu no seu manifesto eleitoral um ensino superior para todos os jovens que o pretendessem. Em vez disso, mais de 25 mil jovens ficaram à porta e a percentagem de candidatos admitidos baixou de 68 para 53%. É o fracasso completo e é o desprezo cínico pelas promessas eleitorais e pelas aspirações da juventude com as consequências negativas em relação às necessidades de desenvolvimento do país.

A questão do acesso ao ensino superior constitui um dos problemas que fere mais profundamente as justas aspirações dos jovens e um obstáculo real à indispensável elevação do nível educativo e ao desenvolvimento do nosso país.

Quando a comparação do nível de instrução da população activa do nosso país, com 20 anos e mais, em relação a outros países europeus, mostra que só 9% dos portugueses têm um nível de instrução igual ou superior ao secundário, em contraste com os 43% da Espanha ou os 64% da Alemanha, qual é a política do Governo?

Acabar com as restrições quantitativas de carácter global no acesso ao Ensino Superior Público (os numerus clausus que em má hora um antigo ministro da Educação do PS estabeleceu) e aumentar significativamente o número de vagas nos estabelecimentos públicos do ensino superior? Cumprir os imperativos constitucionais que incumbem o Estado da democratização do sistema de ensino e de garantir a todos os cidadãos, segundo as suas capacidades, o acesso aos graus mais elevados do ensino? Nada disso.

Como já afirmámos, no presente ano lectivo para quase 58 mil candidatos ao ensino superior, apenas cerca de 31 mil tiveram a possibilidade de entrar nos estabelecimentos públicos do ensino superior. Nós perguntamos: quantos, dos cerca de 27 mil estudantes excluídos do ensino público, vão deixar de estudar? E dos que entraram, quantos vão frequentar cursos que não correspondem às suas preferências ou inclinações profissionais? E quantos vão ter que se deslocar para longe das suas regiões de origem?

O PCP tem-se manifestado de uma forma muito crítica em relação ao sistema de acesso ao ensino superior estabelecido pelo Governo. Porque ele restringe drasticamente a entrada nas escolas públicas do ensino superior. Ao mesmo tempo que facilita a todos os alunos que terminaram o 12º ano a entrada a pagar numa "privada", quantas vezes sem qualquer qualidade, e à custa de pesados sacrifícios pessoais e familiares.

É necessária a rápida expansão do ensino superior público e da eliminação das restrições quantitativas globais, do sistema de numerus clausus. Pela nossa parte iremos proximamente apresentar ao país um detalhado Programa de Desenvolvimento do Ensino Superior. (...)

da Foz



Em Santo Varão, freguesia de maioria CDU, não faltaram os bombos e gaiteros para animar uma acção, que foi de festa e convívio, e em que foi privilegiado o contacto directo com as populações



Em S. Paulo de Frades, na Associação Cultural, erguida pela vontade colectiva de um grupo de cidadãos, Carlos Carvalho ouviu os protestos de quem reclama melhores transportes e saneamento básico para a freguesia



como primeira razão o entendimento da Coligação quanto à ideia de que a "democracia participativa proclamada na Constituição não se esgota nos partidos", sublinhando em seguida a confiança da CDU nos homens e nas mulheres que "no dia-a-dia dão provas de interesse pela coisa pública e de capacidade para intervir correctamente na defesa dos direitos e dos interesses das populações".

A ausência de sectarismo, por um lado, e uma prática (trabalho, honestidade e competência) que não está dissociada de princípios e valores, por outro, foram igualmente lembrados por Avelãs Nunes como factores explicativos para o projecto unitário da CDU, sublinhando por fim que "as pessoas sabem que, ao aceitarem trabalhar conosco não sofrerão qualquer constrangimento nem serão instrumentalizadas por grupos de pressão ou por interesses que não sejam os interesses das populações".

Interesses das populações que constituíram no fim de contas o mote da intervenção de Santos Cardoso, quer no que se refere ao balanço do seu mandato, quer relativamente às propostas e linhas de acção a desenvolver futuramente.

Discordando de prioridades assumidas pela maioria absoluta do PS ao longo da gestão que agora termina, Santos Cardoso não hesitou em considerar que a câmara "foi muito mal governada", facto que lamentou, citando, a título de exemplo as "excessivas despesas correntes em prejuízo de despesas de investimento", que vão levar, alertou, "ao buraco financeiro da câmara que se adivinha no próximo ano".

Verberado pelo actual vereador e candidato à presidência do município foi também o que considerou o "desprezo pelo desenvolvimento industrial do concelho, privilegiando as obras que «enchem o olho», isto quando Coimbra continua a ser um concelho - foi ainda Santos Cardoso a lembrá-lo - "dos mais atrasados do País relativamente a infra-estruturas, como, por exemplo, rede de esgotos".

Uma realidade que Carlos Carvalho pôde constatar "in loco" poucas horas antes no decorrer da visita a S. Paulo de Frades, freguesia onde subsistem problemas sérios ao nível do saneamento básico, para não falar das acessibilidades e transportes. Isto a "dois passos" de Coimbra...

Álvaro Cunhal no Porto, Gaia e distrito de Santarém

CDU pode reforçar as suas posições

Festa Popular no Porto

Com a presença do presidente do Conselho Nacional do PCP, Álvaro Cunhal, realizou-se no passado dia 15, no Ginásio da Escola Secundária Carolina Michaelis, no Porto, uma Festa Popular para a apresentação pública dos candidatos CDU às autarquias do Porto. Apesar da noite invernal, o recinto estava repleto de uma assistência entusiástica. A juventude, fortemente representada nesta Festa, fazia-se distinguir pela sua alegria esufiante e contagiante.

Macedo Varela, mandatário das listas da CDU para a cidade do Porto, abriu a sessão com a apresentação dos candidatos, dos quais deu uma ideia muito genérica. São camaradas e amigos ligados aos mais variados sectores de actividade, desde profissões indiferenciadas, cooperativistas e associativistas, sector dos serviços, intelectuais, artistas, advogados, engenheiros, arquitectos, professores, da comunicação social, etc.

Mais à frente, numa alusão à gestão do PS na Câmara do Porto disse que não se é de esquerda só por se dizer que se é de esquerda. É imperioso que as palavras acompanhem os actos, assim, só se

pode ser de esquerda, se se tiver uma prática de esquerda, ou seja, consentânea com aquilo que se diz. E para exemplificar as suas palavras afirmou que não é possível, com uma política de esquerda, que se alindem os bairros ricos esquecendo os bairros pobres. Não é política de esquerda quando a Câmara se confina a uma elite, retirando aos bairros camarários as necessidades mais prementes.

Maioria em Miragaia

Falou em seguida Joaquim Nascimento, presidente da Junta de Freguesia de Mira-

gaia, começando por afirmar que a candidatura CDU naquela freguesia da cidade do Porto é para ganhar a maioria absoluta, apoiando esta sua afirmação no trabalho desenvolvido ao longo destes últimos quatro anos junto das populações, apesar dos constantes obstáculos que a Câmara de Fernando Gomes lhe tem posto no caminho, o que não tem sido suficiente nem o será para obstar a que consiga que se cumpra com as promessas feitas aos habitantes de Miragaia.

Seguiu-se-lhe no uso da palavra, Carla Barrias, do Partido Ecologista «Os Verdes» e candidata à Assembleia Municipal do Porto, que começou por falar de formas de democracia participativa e de exercício directo do poder das populações que tem como consequência a gestão do quotidiano e a melhoria das condições de vida. Segundo Carla Barrias, uma gestão autárquica para o ambiente pressupõe uma perspectiva de longo prazo.

O ambiente não pode ser um chavão folclórico para fazer e por ser moda. Cabe ao Governo desenvolver as medidas para a defesa e preservação do ambiente, sendo da competência das autarquias zelar e exigir pelo seu cumprimento.

Continuando, afirmou que «Os Verdes» defendem uma política para o Ambiente que deve passar pela resolução dos problemas emergentes dos resíduos sólidos e a sua reciclagem; dos resíduos líquidos e o tratamento dos efluentes domésticos e industriais; pelo controlo dos recursos hídricos e qualidade da água e do ambiente urbano. Disse ainda que entendem o desenvolvimento assente na realidade local com base nos recursos naturais e humanos existentes. Acrescentou que a regionalização e a descentralização devem ser mais eficazes para aliviar o litoral do País; travar a desertificação do interior; corrigir as assimetrias regionais e assegurar a gestão racional dos recursos.



CDU é alternativa

Ilda Figueiredo, candidata à Presidência da Câmara Municipal do Porto, começou por afirmar que a iniciativa que se estava a realizar era mais um contributo importante para a afirmação da candidatura da CDU no Porto e para construir a alternativa de gestão municipal de que a cidade precisa.

Com mais de trinta visitas já efectuadas a diversas zonas do Porto, mantiveram-se contactos com milhares de moradores com autarcas comerciantes, técnicos, artistas e intelectuais, efectuaram-se reuniões com várias colectividades e associações, tendo ficado a certeza de que é necessário alterar os objectivos, os métodos e os processos de gestão municipal. Estas iniciativas a que a Comunicação Social deu uma razoável cobertura foram um importante contributo para um melhor conhecimento público dos problemas da cidade e para a denúncia das inúmeras carências e injustiças das várias áreas do Porto, praticamente esquecidas e abandonadas pelo actual executivo camarário. E esta situação é ainda mais chocante por aí viver cerca de 40 por cento da população da cidade.

Hoje é possível afirmar, com conhecimento directo, que muitos milhares de moradores do Porto estão desiludidos com a actual gestão camarária.

De facto, a proliferação das grandes superfícies comerciais preocupa os pequenos e médios comerciantes que vêem o seu futuro ameaçado.

As obras nas ruas, viadutos e parques de estacionamento centrais facilitam a entrada de carros na cidade mas tornam a circulação cada vez mais difícil.

A conclusão de algumas obras de recuperação do centro histórico e o lançamento de outras não se fez para melhorar a vida dos seus moradores e muito menos para os realojar, mas sim para o transformar em zona habitacional de luxo.

A opção no desporto pelos vultosos investimentos no Pavilhão Rosa Mota não serviu para dinamizar a prática desportiva na cidade.

Os meios financeiros disponibilizados para a animação cultural foram mais do que insuficientes.

No ensino e gestão de rotina impediu uma eficaz construção de edifícios e de equipamentos da responsabilidade da Câmara.

A generalidade das escolas do 1.º ciclo está a funcionar sem cantinas.

A cidade do Porto mantém das piores situações em termos de escolas infantis e pré-escolares.

Se a estes exemplos se juntar os protestos dos madores cansados da burocracia da Câmara e das muitas promessas não cumpridas, ficamos com uma ideia mais precisa desta gestão camarária.

Também é clara a marca de classe dos responsáveis pela gestão municipal. Quando se trata de defender interesses de grupos económicos a voz do presidente da Câmara ouve-se de imediato em sinal de aprovação.

Com confiança e determinação a CDU vai divulgar a sua alternativa, continuar as visitas às diversas zonas da cidade, motivar as populações e demonstrar que é possível uma gestão autárquica diferente para muito melhor e que só a CDU tem as propostas e as pessoas capazes dessa nova gestão a que o Porto tem direito.

Obra da CDU é conhecida

A encerrar a sessão, usou da palavra o presidente do Conselho Nacional do PCP, Álvaro Cunhal que, em improviso, começou por defender ser desejável que nos órgãos autárquicos estejam pessoas que defendam os interesses das populações e que cumpram com as promessas eleitorais. Por isso, fazer um apelo ao voto na CDU é ter a certeza de que os seus candidatos vão cumprir escrupulosamente as suas promessas.

Candidaturas de Gaia entregues no Tribunal

Álvaro Cunhal na Afurada com a população ribeirinha

Nas instalações da Junta de Freguesia da Afurada, Álvaro Cunhal, presidente do Conselho Nacional do Partido Comunista Português, estabeleceu um vivo diálogo com a população desta freguesia ribeirinha, na tarde de sexta-feira passada.

Com a presença dos candidatos municipais e de Francisco Crista, cabeça de lista à Assembleia de Freguesia da Afurada, que saudou a presença deste dirigente do PCP naquela que foi a sua primeira visita à Afurada, Álvaro Cunhal alertou para as consequências da política do Governo do PSD no agravamento das já difíceis condições de vida dos portugueses, em especial dos trabalhadores, com incidências bem conhecidas no caso concreto dos pescadores e agricultores.

De seguida, Álvaro Cunhal deteve-se na importância dos resultados das próximas eleições autárquicas, defendendo que uma derrota do PSD pode criar condições para uma alteração da política de direita e provocar a substituição do Governo. Mas para que isso seja possível, acrescentou ainda Álvaro Cunhal, é fundamental que seja a CDU a subir a votação e a ter um maior número de eleitos, pois quanto mais forte for o PCP e a CDU mais fácil será levar o PS aos entendimentos necessários à criação de uma alternativa democrática. Só assim foi possível estabelecer uma coligação em Lisboa.

Logo após o encontro com a população da Afurada, Álvaro Cunhal participou num jantar realizado em Canidelo, o qual reuniu perto de 200 dos candidatos da CDU aos órgãos autárquicos de Freguesia e municipais de Gaia.

Castro Henriques, independente, cabeça de lista da CDU à Assembleia de Freguesia de Canidelo, saudou a presença de Álvaro Cunhal na orla marítima de Gaia, zona belíssima, e com tão grandes potencialidades turísticas e de lazer, mas tão maltratada e abandonada pela Câmara do PS.

Honório Novo, cabeça de lista à Câmara, fez uma intervenção em que realçou a capacidade de trabalho dos eos CDU e apelou à forte votação na CDU, como única verdadeira alternativa às desastrosas gestões do PS e PSD.

A encerrar o jantar, Alvaro Cunhal sublinhou, dirigindo-se aos presentes, que o voto útil, seguro e certo que o povo português pode ter em 12 de Dezembro para combater a política do PSD e para permitir uma alternativa e um novo Governo é o voto na CDU.

A encerrar estes contactos com populações de diferentes Freguesias, Honório Novo e Alberto Andrade estiveram presentes no salão da Junta de Freguesia de S. Félix da Marinha, onde decorreu uma sessão pública de apresentação dos candidatos da CDU à Freguesia local.

António Rocha, independente, membro da Direcção do Clube de Futebol de S. Félix da Marinha, e cabeça de lista da candidatura, apresentou na circunstância as linhas programáticas da CDU para resolver os problemas da população local.

A abertura imediata do Centro de Saúde, encerrado, apesar de concluído há quatro anos -, a luta pela instalação de uma Farmácia (inexistente na Freguesia), a construção da rede de água e saneamento que quase não existem em S. Félix, bem como a construção de uma nova escola do primeiro ciclo do ensino básico no Juncal e de uma rede de salas para o ensino pré-primário, foram alguns dos aspectos defendidos para S. Félix da Marinha pelos candidatos da CDU.

Ao princípio da tarde de 6.ª feira, Honório Novo, Alberto Andrade, os igualmente candidatos à Câmara, Daniel Spain e António Pires, acompanhados pelo mandatário concelhio da CDU, Manuel Macedo, fizeram a entrega no Tribunal de Gaia dos processos de candidatura da CDU aos órgãos autárquicos de Vila Nova de Gaia.

Na circunstância, Honório Novo anunciou que a CDU se candidata às Assembleias de todas as 24 Freguesias do Concelho, para além de concorrer também à Câmara e Assembleia Municipal.

O candidato da CDU à Presidência da Câmara de Gaia destacou ainda «o número extremamente elevado de candidatos independentes, o que constitui desde já a concretização do primeiro objectivo que a CDU defendia no projecto eleitoral que apresentou em Março deste ano».



Determinação e confiança da CDU no distrito de Santarém

Uma visita a localidades do distrito de Santarém preencheu o programa de sábado passado do Presidente do Conselho Nacional do PCP, Álvaro Cunhal, a começar com um almoço de apoiantes da CDU em Fazendas de Almeirim e terminando com um jantar-convívio onde foram apresentados os candidatos da mesma coligação em Rio Maior, depois da inauguração do novo Centro de Trabalho do PCP na localidade, assunto sobre o qual apresentamos desenvolvida reportagem nas páginas centrais desta edição do «Avante!». Pelo meio ficaram duas outras visitas: a primeira na freguesia da Carregueira (em Chamusca) e a segunda ao novo e excelente edifício que simultaneamente é nova sede dos bombeiros de Alpiarça e da Sociedade Filarmónica Alpiarcense 1.º de Dezembro.

Um conjunto de visitas e encontros cuja característica principal, para além das numerosas pessoas que acorreram às diversas iniciativas - ultrapassando muitas vezes as expectativas mais optimistas das próprias estruturas organizativas -, foi o elevado grau de interesse manifestado pelos participantes em ouvir a interpretação do Partido e da CDU sobre as grandes linhas da actualidade política, social e económica no nosso país e sobre as perspectivas eleitorais que se desenham para a coligação nas próximas autárquicas. Foi até necessário, em Alpiarça e prejudicando o cumprimento do rigoroso horário a cumprir nesse dia pela delegação do PCP - onde se incluíam o deputado comunista eleito pelo círculo de Santarém, Luís Peixoto, e o responsável pela Organização Regional de Santarém do Partido, António Orcinha -, improvisar uma sessão pública, extraprograma, no salão da nova sede dos bombeiros, já que depois da visita às instalações recentemente concluídas graças à iniciativa da Câmara local, de maioria CDU, o número de pessoas presentes obrigou o Presidente do Conselho Nacional a anuir à solicitação de proferir algumas palavras.

Os concelhos visitados, em termos autárquicos, apresentam-se, apesar da sua vizinhança, com características distintas. Em Alpiarça a Câmara é de maioria CDU, coligação que concorre ao próximo acto eleitoral com um novo candidato para a presidência da edilidade, Nuno Figueiredo, cujas perspectivas de nova vitória são animadoras. Em Almeirim - onde na Freguesia de Fazendas durante um almoço convívio se apresentaram os novos candidatos, entre os quais Gabriel Duarte, um independente que volta a encabeçar a lista para a Câmara - a CDU tem a presidência de várias freguesias e apresenta-se com possibilidades de vencer as eleições, já que nas últimas isso não aconteceu por apenas 400 votos. Na Carregueira, onde Álvaro Cunhal teve um encontro com a população e visitou o novo edifício da Junta, a maioria dos votos nas autárqui-

cas tem ido para a CDU, sendo legítimo esperar a repetição ou até a melhoria do resultado. Finalmente em Rio Maior, onde, por razões conhecidas, o trabalho da CDU é especialmente difícil, os membros da CDU no concelho esperam obter a eleição de dois deputados municipais e, talvez, uma surpresa agradável em algumas freguesias, sendo o cabeça de lista apresentado à Câmara pela coligação o camarada João Narciso da Costa.

De um olhar às listas, publicamente apresentadas no sábado passado, ressalta o elevado número de independentes que se apresentam em lugares elegíveis para os diversos órgãos autárquicos e, também, o elevado número de jovens e mulheres que delas fazem parte, factos que seriam de resto assinalados e saudados por Álvaro Cunhal em algumas das diversas intervenções que nesse dia fez, por demonstrarem, por um lado, a elevada adesão e capacidade unitária da CDU e, por outro, a capacidade de mobilizar e interessar pessoas dos diversos concelhos em integrar estruturas que irão ajudar à resolução de alguns dos problemas mais importantes das suas terras.

Outras linhas dominantes das intervenções do Presidente do Conselho Nacional do Partido referiam-se à importância das próximas eleições, quer em termos locais, quer no que diz respeito à possibilidade - caso se confirme uma derrota nacional do PSD e um reforço da votação da CDU - de criação de condições objectivas para um futuro derrube do actual Governo de Cavaco Silva e a perspectiva do surgimento de uma alternativa à política de direita que nos tem governado nos últimos anos.

Dos diversos aspectos abordados nas múltiplas intervenções do camarada Álvaro Cunhal - que naturalmente nos é impossível reproduzir em tão exíguo espaço - destaque-se ainda a constatação de que o *slogan* «Trabalho, Honestidade e Competência», que habitualmente se associa ao trabalho autárquico da CDU, teve demonstrações evidentes de realidade - por vezes mesmo emocionantes, como demos conta em alguns dos locais visitados - provando ser essa característica da coligação, não uma figura de retórica ou arma de demagogia eleitoralista, mas sim uma qualidade única, real, verdadeira, que se transforma numa arma exemplar para apresentar nos diversos combates eleitorais em que os homens e as mulheres da CDU vão estar envolvidos, em todo o país, até ao próximo dia 12 de Dezembro.

Aliás, esta afirmação está mais do que comprovada pela obra da CDU nas autarquias, que se pode ver e conhecer em todos os seus aspectos fundamentais. Assim sendo pode-se afirmar, sem receio de desmentido que há razões mais do que suficientes para se fazer um apelo ao voto na CDU. Aliás, uma forte votação na CDU é um objectivo que não se pode esquecer, dadas as consequências que poderão advir dos resultados eleitorais das eleições de 12 de Dezembro.

Como se sabe, a democracia política corre perigos reais dada a governamentalização do poder.

Se o Tribunal Constitucional veta uma lei passa a ser uma força de bloqueio e é imperioso pressioná-lo.

Se o Tribunal de Contas verifica que as contas do Governo não estão correctas castiga-se o seu presidente por ter ousado afirmar que houve uma gestão errada da coisa pública.

Na Assembleia da República, a maioria PSD obedecerá cegamente à «voz do dono», invertendo-se assim os papéis deste Órgão de Soberania e do Governo.

Este passa a determinar o que a Assembleia da República deve ou não fazer e por sua vez esta demite-se das suas funções de fiscalizar os actos do Governo passando este a fiscalizar e determinar o comportamento da Assembleia da República.

No plano económico, entregam-se as empresas mais rentáveis ao grande capital permitindo-se assim o ressurgimento dos grandes grupos económicos; renuncia-se a projectos de desenvolvimento com graves reflexos para os trabalhadores, como sejam as reformas antecipadas, a perda de direitos adquiridos com muita luta, os salários em atraso, os despedimentos e a chaga social que é o desemprego.

A tentativa de impor a todo o custo um acordo de Concertação Social é uma intolerável chantagem.

Mas no que respeita à

Concertação Social a CGTP rejeitou liminarmente aquele acordo e a UGT depois de indisfarçáveis hesitações acabou por dizer não ao famigerado acordo de Concertação Social mas, há fortes indícios de manobras de bastidores que poderão, eventualmente, fazer alterar a actual posição da UGT neste domínio.

É necessário que se afirme com convicção que tal acordo é contra os trabalhadores, por lhes impor condições de vida mais gravosas.

Aliás, Cavaco Silva, quando confrontado com os números e as realidades socioeconómicas, mostra nervosismo e insegurança na sua argumentação, de que são exemplos acabados as suas últimas entrevistas nas televisões.

Por isso, é necessário derrotar a direita e aqueles que se dizem de esquerda e têm uma política de direita. Aliás, o PSD tem graves responsabilidades, desde o início, nas ofensivas do Governo contra os trabalhadores e o enriquecimento dos capitalistas.

Voltando a falar do acto eleitoral do próximo dia 12 de Dezembro, Álvaro Cunhal afirmou que é necessário ter grande confiança na vitória mas não uma confiança cega. Para isso torna-se necessário trabalhar muito fazendo passar a mensagem da CDU junto das populações.

Dirigindo-se à Juventude, Álvaro Cunhal, disse que é necessário que a CDU a estimule no sentido de passarem a ter uma intervenção mais activa na vida política do País.

Apelou ainda à participação das mulheres, pois que são tão capazes como os homens.

A terminar, Álvaro Cunhal, sempre muito e entusiasticamente aplaudido durante a sua intervenção, afirmou que temos condições para que a CDU possa reforçar as suas posições.

Mas a Festa não acabou com as diversas intervenções políticas, pois que continuou animada e participada.

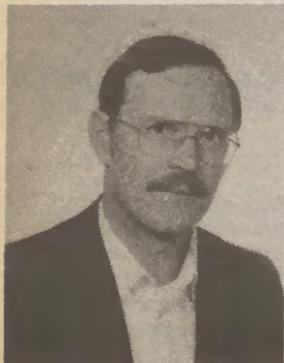


As imagens começam por reproduzir o encontro com a população na Freguesia da Carregueira e o almoço-convívio em Fazendas de Almeirim, onde se apresentaram os candidatos da CDU no concelho. O mesmo aconteceria em Rio Maior, ao jantar, depois de no final da tarde Álvaro Cunhal ter visitado em Alpiarça as novas instalações dos bombeiros locais e da Filarmónica 1.º de Dezembro, onde se inteirou de alguns dos problemas vividos por bombeiros e bandas filarmónicas portuguesas

PODER LOCAL

Vouzela

António Alexandrino de Figueiredo Matos é o candidato da CDU à Presidência da Câmara Municipal de Vouzela. Tem 49 anos, é professor do Ensino Secundário e membro da DORV do PCP. Presidente do Conselho Directivo da Escola Secundária de Vouzela desde 1981, é também Presi-



Dr. Alexandrino de Matos



José Maria Ferreira

dente da Assembleia Geral da Associação Cultural e Recreativa de Vouzela, tendo sido candidato pela CDU em anteriores eleições para os órgãos autárquicos e presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Vouzela 1974/75.

Para a presidência da Assembleia Municipal de Vouzela, a CDU apresenta José Maria Ferreira, de 62 anos, comerciante, delegado concelhio por Vouzela, da Associação Comercial do Distrito de Viseu. Foi membro da Direcção dos Bombeiros Voluntários de Vouzela em vários anos e Secretário da Banda Sociedade Musical Vouzelense. Foi também membro da Comissão de Festas de Vouzela como Secretário e Vogal e candidato pela CDU em anteriores eleições para os órgãos autárquicos.

Celorico da Beira

O cabeça de lista à Câmara Municipal de Celorico da Beira, pela CDU, é Eduardo Simão Marques, comerciante, 66 anos, natural e residente em Celorico da Beira a seguir ao 25 de Abril e foi membro da Assembleia Municipal do mesmo Concelho de 1982 a 1989.

Para a presidência da Assembleia Municipal a CDU apresenta António Carlos Figueiredo Martins, professor do Ensino Preparatório, de 33 anos, presidente do Conselho Directivo da Escola Preparatória de Trancoso. Nasceu na Lageosa do Mondego, Celorico da Beira, onde reside.

Trancoso

José Mendes, de 69 anos, ajudante de notário/reformado, é o cabeça de lista da CDU à Câmara de Trancoso. Natural da Freguesia de Fiães, residente em Trancoso, foi membro da Assembleia Municipal de Trancoso de 1976 a 1979.

Quanto ao cabeça de lista à Assembleia Municipal de Trancoso, a CDU apresenta Manuel da Caridade Santos, de 53 anos, industrial. Natural e residente em Trancoso, foi membro da Assembleia de Freguesia dos Tamanhos - Trancoso de 1982 a 1985.

Tondela

O dr. Célio Pereira Correia é o candidato pela CDU à presidência da Câmara Municipal de Tondela. Com 36 anos, casado, é natural e residente em Canas de Sta. Maria - Tondela. Médico de profissão, é membro do Executivo da DORV do PCP, do Conselho Nacional da Federação Nacional dos Médicos, da Direcção do Sindicato dos Médicos da Zona Centro e do Conselho Redactorial da «Revista dos Médicos». Colaborador em jornais regionais e locais, foi candidato da CDU à Assembleia da República pelo distrito de Viseu (cabeça de lista) em 1992 e à Câmara Municipal de Tondela e outros órgãos autárquicos em anteriores eleições.

O prof. Carlos Alberto Antunes Dias é o primeiro candidato da CDU à Assembleia Municipal de Tondela. Nascido a 6 de Junho de 1949, é casado e professor do EBS efectivo. Comandante dos Bombeiros Voluntários de Vale de Besteiros desde 1989 e de Operações do CCL/Viseu. Vice-presidente do Conselho Directivo da Escola Secundária de Tondela 1982/86, é ainda membros das CEFF's Municipais do Concelho de Tondela e foi dirigente Sindical da Região Centro até 91/92.



Dr. Célio Pereira Correia

Defender a cultura num «Porto para todos»

Em Conferência de Imprensa realizada recentemente, a CDU apresentou as suas propostas para a renovação da vida cultural do Porto. Estiveram presentes Jorge Sarabando, Ilda Figueiredo, ambos membros da DORP do CC do PCP e candidatos à CM do Porto pela CDU, e ainda o pintor Rodrigo Cabral, também candidato nas listas da CDU.

Eis algumas das propostas avançadas pela CDU, consideradas fundamentais na área da cultura e que serão inseridas no programa da CDU «Porto para todos».

– Criação de um Conselho Municipal de Cultura, instituição de diálogo e

consulta formado por agentes culturais que aconselhe a Câmara na política de investimentos, apoios, subsídios e projectos e iniciativas artísticas e culturais, nas relações intermunicipais e com a SEC;

– Criação de uma rede de Casas de Cultura, com base nas freguesias ou grupos de freguesias, a cooperação das respectivas Juntas, das escolas e colectividades, formadas por biblioteca, videoteca e auditório, apoiadas por equipas de animadores culturais;

– Criação de uma rede de mini-bibliotecas de bairro e salas polivalentes, com base nos mais populosos bairros da cidade, apoiadas por animado-

res culturais e associações e colectividades de bairro;

– Organização de um Festival Anual, em colaboração com as Escolas Artísticas da região;

– Concretização de um plano de animação permanente dos espaços e equipamentos culturais da cidade, alargando-o aos jardins e outros espaços públicos, durante o Verão, em colaboração com as colectividades e outros agentes culturais do Porto;

– Criação de um Museu da Cidade, com núcleos museológicos diversos, como da indústria, imprensa, teatro e outros;

– Definição de um projecto para o Teatro Muni-

cipal Rivoli, visando o seu melhor aproveitamento, designadamente como sede de uma Companhia Municipal de Teatro, de uma Cinemateca, ou outras actividades;

– Promoção de uma rede metropolitana de Equipamentos e Serviços Culturais, com vista a articular o funcionamento de arquivos, bibliotecas, museus, e a incentivar programas de itinerância;

– Apoiar toda a actividade artística e cultural das associações e colectividades populares, sem esquecer o FITEI, o Fantporto, as Jornadas de Arte Contemporânea e outras iniciativas de artistas portugueses.

Tudo a postos em Setúbal

A exemplo de anos anteriores, a CDU foi a primeira força política a fazer entrega das listas concorrentes aos órgãos autárquicos do concelho de Setúbal no Tribunal da Comarca – processo que se realizou no final da passada semana.

A lista da Câmara Municipal é composta por:

– Heitor Matos, professor do ensino secundário; Regina Marques, vereadora e professora do Ensino Superior; Fernando Ferra Inácio, arquitecto; Hilário Cabaço, vereador e empregado bancário; Manuela Gago da Silva, economista; Jerónimo Lopes, técnico de informática; Júlio Rodrigues, comerciante; Jacinto Patarra, dirigente cooperativo; Filipe Leandro Martins, jornalista e escritor; Daniel Avenida, mecânico; Joaquim Faria Pereira, engenheiro técnico; José Teófilo Duarte, artista plástico; Fátima Monteiro, médica; Ricardo Jorge Fialho Oliveira, estudante do ensino superior; José André Canhoto Antunes, advogado; Maria Clementina Pereira, actriz de teatro; José Carlos Silvestre, mecânico; Pedro Soares, fotógrafo.

Na lista da Assembleia Municipal, seguem-se, entre outros:

– Francisco Lobo, gestor; Odete Santos, deputada e advogada; Adilo Oliveira Costa, advogado; Afonso Luz, economista; Jerónimo Lopes, técnico de informática; Fernando Alves, desenhador gráfico; Hélio Bexiga, desenhador; José Armando de Carvalho, advogado; Alberto Sousa Pereira, professor; Rogério Palma Rodrigues, médico; Luís Tomás, animador cultural; Ricardo Santos, director cooperativo.

As listas da CDU integram membros do PCP, do PEV, da Intervenção Democrática, da UDP e muitos democratas sem filiação partidária, e serão em breve apresentados publicamente. Recorde-se que o dr. Manuel Salazar, advogado, é o mandatário.

Em Junho passado, a CDU fez – também em primeiro lugar – a apresentação de todos os cabeças de lista à Câmara e Assembleias Municipais e às Freguesias.

Listas completas no Distrito de Aveiro

Como foi anunciado durante a visita do Secretário-Geral do PCP, Carlos Carvalhas, ao distrito de Aveiro, está concluído o processo de escolha de todos os cabeças de lista da CCD concorrentes aos órgãos autárquicos municipais do Distrito de Aveiro. Sendo já do conhecimento público os de 14 concelhos, a divulgação completa-se com os candidatos de cinco municípios, que a seguir se enunciam:

AROUCA

Câmara Municipal – Joaquim Brandão, 46 anos, advogado, candidato independente.

Assembleia Municipal – Carlos Alberto Correia Pinho, 36 anos, professor do ensino preparatório, candidato independente.

CASTELO DE PAIVA

Câmara Municipal – António José Martins Aires, 72 anos, engenheiro. Foi membro da Assembleia Municipal de Castelo de Paiva. Membro do PCP.

Assembleia Municipal – José Maria Seabra Strecht Ribeiro, 46 anos, professor do Ensino Básico, candidato independente.

MEALHADA

Câmara Municipal – José Carlos Duarte da Silva, 41 anos, funcionário da DGCI. Membro do PCP.

Assembleia Municipal – Isabel Maria Fonseca Vieira, 51 anos, professora do Ensino Secundário, delegada sindical. Fez parte da Assembleia Municipal da Mealhada. É membro da DORAV do PCP.

SEVER DO VOUGA

Câmara Municipal – Décio Rodrigues, 58 anos, dirigente da Associação da Lavoura do Distrito de Aveiro. É membro da Assembleia Municipal de Sever do Vouga. Candidato independente.

Assembleia Municipal – Manuel Santiago Barbosa de Almeida, 34 anos, vendedor, praticante de futebol, membro do PCP.

VAGOS

Câmara Municipal – Evangelista José Maranhão, 38 anos, funcionário público, membro da Direcção do Orfeão de Vagos. Foi dirigente sindical. É membro do PCP.

Assembleia Municipal – Maria Alice Sarabando, 41 anos, professora. Fez parte da Direcção dos Bombeiros Voluntários de Vagos. Candidata independente.

Arruda dos Vinhos

Decorreu no passado sábado, dia 16 de Outubro, a sessão de apresentação dos candidatos da CDU ao concelho da Arruda dos Vinhos. Abel Ribeiro e Rogério Quirino encabeçam, respectivamente, as listas da CDU à Câmara e Assembleia Municipais. Caracterizadas pela juventude e uma alargada presença de independentes (58%), as candidaturas da CDU «confiam na obtenção de um resultado eleitoral que se traduza num significativo reforço da CDU». No acto público, o candidato à CM, Abel Ribeiro, de 36 anos, independente, sociólogo, depois de fundamentadamente demonstrar que «PS e PSD não merecem exercer o Poder Local no concelho», sublinhou as razões pelas quais a CDU se assume como a alternativa e a diferença.

Loures

A CDU — Coligação Democrática Unitária já entregou no Tribunal as listas para os Órgãos Municipais e para as 25 Assembleias de Freguesia do Concelho de Loures. Composta por mulheres (151-22%) e homens «com provas dadas nos mais variados domínios da intervenção social — Órgãos Autárquicos, Colectividades, Sindicatos e Instituições de Solidariedade Social», entre outras, as listas da CDU «garantem uma profunda ligação à população do Concelho de Loures, aos seus problemas, necessidades e anseios», como salienta o comunicado da Coligação, que acrescenta:

«Os 658 candidatos da CDU, e destes 41,9% pela primeira vez, oriundos dos mais variados estratos socioprofissionais, 28,6% — Operários 37,8% — Empregados, 11,1% — Quadros Técnicos e Intelectuais, 4,7% — Comerciantes e Industriais, 11,8% — outras profissões, e entre os quais se encontram 287 (41,8%) independentes, assumem com a população do Concelho o compromisso solene de trabalharem empenhadamente no Órgão para que vierem a ser eleitos e aqueles, que nesses Órgãos tenham funções a tempo inteiro (Câmara Municipal), o de a elas se dedicarem em regime de exclusividade».

Cascais

A CDU fez também entrega de todos os processos de candidatura aos Órgãos Autárquicos do Concelho de Cascais, onde, até à data, não tinha entrado nenhuma candidatura de outras forças políticas.

«Podemos, em primeira mão — afirmou, na altura, o mandatário das listas, Aníbal Guerreiro —, dar-vos nota de que estas listas integram elementos do Partido Comunista Português (PCP), do Partido Ecologista «Os Verdes», da Intervenção Democrática (ID), da União Democrática Popular (UDP) e um largo número de independentes. É uma equipa de dezenas de homens, mulheres e jovens capazes, dispostos e empenhados em mudar Cascais.

É uma equipa onde a experiência, o conhecimento técnico e a realidade do dia-a-dia dos cidadãos se ligam à vontade de trabalhar por Cascais, para Cascais», frisou o mandatário da CDU, acrescentando:

«Neste momento que fazemos a entrega de todas as listas aos Órgãos Autárquicos do nosso Concelho, queremos solenemente afirmar que com Honestidade, Trabalho, Competência e também Experiência, esta equipa irá tudo fazer para corresponder aos anseios de mudança dos Cascaenses.»

Manteigas

José Duarte Saraiva Baptista, 47 anos, natural de Manteigas, é licenciado em Filosofia pela Universidade Clássica de Lisboa, é o cabeça de lista da CDU à Câmara de Manteigas.

Escritor (3 livros publicados) e pintor autodidacta, colaborador da imprensa regional, exerceu funções de Director no «Notícias de Manteigas». Sócio da Associação Portuguesa de Escritores. Reside em Lisboa há mais de 25 anos, sendo actualmente Quadro Técnico Superior da TAP-AIR PORTUGAL. É membro da Assembleia Municipal de Manteigas.

O dr. José Manuel Novo de Matos, 39 anos, natural de Lisboa, encabeça a lista CDU para AM de Manteigas; é médico especialista em Cirurgia Geral no Hospital São José. Desempenhou as funções de médico de clínica geral em Manteigas no ano de 1979/80 no Serviço Médico à Periferia tendo, juntamente com a equipa de que fazia parte, posto a funcionar o serviço de urgências do Hospital. É Professor de Patologia Cirúrgica e presidente, desde 1982, da direcção da Associação Cultural «Amigos da Serra da Estrela», com sede em Manteigas.

Comunicado da CDU sobre as listas de candidatos

A propósito da entrega das listas de candidatos às eleições autárquicas (cujo prazo terminou no passado dia 17), a Comissão Coordenadora da Comissão Nacional da CDU emitiu um comunicado fazendo um balanço deste trabalho, que publicamos na íntegra.

Tendo terminado hoje o prazo para apresentação de listas para as eleições autárquicas, a CDU, sem prejuízo de um balanço mais profundo que apresentará em breve, confirma que apresentou listas em todos os municípios, excepto em Lisboa, Ponta Delgada e Corvo em que o PCP e o PEV participaram em coligações com outros partidos, e em cerca de 2 mil freguesias. Julga oportuno sublinhar, como característica essencial das listas CDU, a ligação

dos candidatos às populações e às realidades locais, a forma democrática e participada como foram elaboradas e a sua grande abertura política, traduzida no facto de não só se registar a participação de candidatos do PCP, PEV e ID, e em muitos casos, de outros partidos, mas também de cerca de 40% de independentes.

É de sublinhar igualmente, como característica geral, a larga participação de juventude. Mesmo a nível de candidatos a presidentes de

câmaras a percentagem de candidatos com menos de 40 anos é de 33% mas, no conjunto de listas, é consideravelmente superior. Verifica-se igualmente uma mais larga participação de mulheres que, apesar de dificuldades que permanecem, confirmará certamente a CDU, que neste momento já detém 57% das mulheres que são presidentes de câmaras como força política que maior percentagem de mulheres eleitas terá nos órgãos autárquicos que serão eleitos a 12 de Dezembro. Existem 28 candidatas da CDU a Presidentes de Câmaras que são mulheres mas, ao nível do total de candidatos, tudo indica que a percentagem seja superior.

É de registar ainda o facto de as listas aliarem a participação de numerosos candidatos experientes e com provas dadas com uma considerável renovação, de que é exemplo o facto de 26% dos candidatos a Presidentes de Câmaras em municípios de maioria CDU se candidatem pela primeira vez a esse cargo ou o facto de 66,4% dos candidatos do distrito de Setúbal concorrerem pela primeira vez ao respectivo cargo.

Ao nível dos candidatos a presidentes de câmaras verifica-se que 51% são intelectuais e quadros técnicos, 31,5% são empregados, 7,5% são operários, três são agricultores e um candidato é estudante.



A CDU foi a primeira força política a entregar as listas, em Sintra (Lino Paulo, candidato da Coligação à presidência da Câmara, à direita, na foto)



Momento da visita ao complexo turístico da Penha Longa, onde Lino Paulo foi acompanhado pelo Secretário-Geral do PCP, Carlos Carvalhas

Acompanhado de Carlos Carvalhas

Lino Paulo inicia pré-campanha em Sintra

A CDU iniciou já a sua pré-campanha eleitoral e a semana que passou foi recheada de diversas iniciativas por parte dos comunistas de Sintra.

Na passada quinta-feira, 18, a CDU visitou a ANODIL, a maior empresa ibérica de anodização e coloração de alumínio. Estiveram presentes Lino Paulo, o candidato comunista à Câmara de Sintra, Carlos Carvalhas, o secretário-geral do PCP, para além de outros candidatos à CMS.

A ANODIL, com 25 anos de existência, representa no mercado nacional cerca de 40%, enquanto que a nível do mercado internacional a sua participação se situa nos 30%. Mas mesmo com a representatividade referida, esta unidade empresarial não vê com bons olhos o futuro e adivinha grandes dificuldades. Uma oportunidade para Carlos Carvalhas fazer referência «à necessidade de estimular a actividade produtiva, o que implica o desenvolvimento do País.»

A presença dos candidatos comunistas na ANODIL fez com que alguns trabalhadores colocassem certos problemas que afectam o

Cacém, como sejam, a questão das acessibilidades, a rede viária, a falta de passeios...

Entre a recuperação e o golfe

No final da manhã, a CDU visitou o Complexo Turístico da Quinta da Penha Longa, que não pára de crescer. No próximo dia 10 de Novembro é inaugurado o Hotel da Penha Longa, com 177 quartos.

Os responsáveis por este empreendimento turístico fizeram referência à possibilidade do Open de Golfe de 1994 e 1995 se realizar na Penha Longa, o que será de extrema importância para o Complexo Turístico da Quinta da Penha Longa que consegue conciliar, no entender dos seus responsáveis, o Turismo, a Cultura e o Desporto. É que para além da prática do Golfe, esta unidade hoteleira quer também ser conhecida pelas actividades culturais de que vai ser palco, assim como da existência de monumentos históricos recuperados e conservados.

Esta visita à Quinta da Penha Longa foi justificada por Lino Paulo «visto ser a maior unidade empregadora do Concelho de Sintra, no sector do turismo. A CDU está seriamente preocupada com o investimento que é feito no Concelho de Sintra e com as dificuldades que

enfrenta, nomeadamente a máquina burocrática, que entrava o aparecimento de novos projectos», salientou.

Entretanto a CDU já entregou, em Sintra, as suas listas concorrentes às autarquias do Concelho, sendo mais uma vez a primeira força política a fazê-lo.

Gastronomia em Grândola

A Câmara Municipal de Grândola, junto com a Região de Turismo de Setúbal/Costa Azul e empresários de hotelaria e restauração do concelho, vai promover a V Mostra de Gastronomia do Concelho, que decorrerá durante todos os fins-de-semana de Outubro.

Trata-se de uma ocasião para divulgar um aspecto fundamental da Etnografia Regional, onde o «contraste da múltiplas influências sociogeográficas do concelho está presente. Daí que seja natural encontrarmos, a par dos pratos tradicionais alentejanos, alguns «compromissos» com a gastronomia de outras regiões», assinala-se na nota de imprensa.

Essencialmente, a «Mostra» é mais uma ocasião em que a autarquia pretende apostar no reforço da identidade entre o cidadão e a sua terra, ao mesmo tempo que promove aquilo que de melhor tem para oferecer: «a hospitalidade singela, mas orgulhosa, das suas gentes».

TRABALHADORES

ESTAÇÃO ZOTÉCNICA DISPONIBILIZA UM TERÇO DO PESSOAL

Cerca de cem trabalhadores da Estação Zootécnica Nacional, situada na Fonte Boa, começaram na passada sexta-feira a receber cartas do Instituto Nacional de Investigação Agrária informando-os de que, devido ao processo de reestruturação dos quadros de pessoal, vão ser disponibilizados - revelou a delegação de Santarém do Sindicato da Função Pública do Sul e Açores, que considera ser este o mais grave de todos os processos de definição de «disponíveis» em curso nos diversos organismos e serviços oficiais sediados no distrito. Correspondendo a um terço do efectivo da Estação, esta disponibilização levará à paralisação total de serviços de manutenção de instalações e equipamentos; com especial impacto nas freguesias de Póvoa da Isenta e Vale de Santarém, a colocação no quadro de excedentes implica a redução progressiva de vencimentos e abrigo, em vários casos, marido e mulher. O sindicato considera esta medida «de uma absoluta irresponsabilidade, inteiramente imputável ao Governo, que decidiu a redução de pessoal, a todo o custo, no Ministério da Agricultura».

MÍNIMOS NOS STCP

Quando da greve da semana passada nos Serviços de Transportes Colectivos do Porto, os Ministérios dos Transportes e do Emprego determinaram como serviços mínimos a prestar pelos trabalhadores o «normal e regular funcionamento» de mais de um terço das linhas dos STCP - revelou a Lusa, referindo que o pré-aviso de greve, com recolha de viaturas, para realização de um plenário no dia 13, foi subscrito por seis sindicatos que estão em desacordo com a administração. Numa moção aprovada por unanimidade e aclamação - refere o «Jornal de Notícias» da passada quinta-feira - os trabalhadores exigem a salvaguarda do património e dos postos de trabalho e a revogação da lei que autoriza a venda de carreiras a privados, objectivos por que estão dispostos a fazer uma greve de dois dias, caso não sejam satisfeitos até dia 25 de Novembro.

CASAL NÃO PAGA

Até anteontem, a administração da Metalurgia Casal ainda não tinha pago os salários de Setembro aos seus trabalhadores. Num plenário realizado dia 14, a única garantia que os responsáveis da empresa deram foi o pagamento de 50 contos a cada trabalhador, promessa que também ainda não fora cumprida terça-feira. A denúncia pública foi feita pelo Sindicato dos Metalúrgicos de Aveiro, numa nota de imprensa em que revela ainda que a administração da Casal afirmou não dar garantias de pagamento dos salários a partir do próximo mês, enquanto continuam as pressões para que os trabalhadores aceitem a rescisão de contratos.

A. P. VIDAL

A firma «António Pereira Vidal», de Arrancada do Vouga, deu ordens para que 36 trabalhadores permanecessem na cantina em armazém, sem lhes serem distribuídas quaisquer tarefas, denunciou na semana passada o Sindicato do Têxtil de Aveiro, acusando os responsáveis da empresa de terem a clara

intenção de exercer assim uma coacção psicológica com o objectivo de levar aquelas pessoas, ou parte delas, a aceitarem rescindir os contratos sem garantia dos seus direitos.

O sindicato recorda, numa nota que distribuiu dia 14 à comunicação social, que após as férias a empresa decidira concentrar os trabalhadores dos vários turnos num só; no dia 8 de Outubro, foi determinado o regresso ao anterior sistema de turnos, mas a nova distribuição do pessoal deixou de fora 36 trabalhadores que receberam ordem para permanecer na cantina até que seja decidido o seu destino.

UDP

No seguimento dos contactos com partidos políticos, organizações sociais e órgãos de soberania, uma delegação da CGTP-IN transmitiu dia 14 à direcção da UDP os dados recolhidos durante a Estafeta da Solidariedade. As delegações foram chefiadas por Carvalho da Silva e Mário Tomé.

CGTP QUER DISCUTIR O «BURACO» DA SEGURANÇA SOCIAL

Os representantes da CGTP no Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social requerem ao presidente do respectivo Conselho de Gestão uma reunião urgente deste órgão para discutir a situação financeira da Segurança Social. No ofício enviado pela central refere-se que «apesar das funções que lhe cabem, a verdade é que o Conselho de Gestão não tem sido informado nem tem discutido os problemas resultantes da situação financeira», enquanto «surtem diariamente» notícias sobre o grave défice da Segurança Social, apresentado pelo Governo como uma das razões que determinaram o Orçamento de Estado Suplementar para 1993. «Sucessivos pedidos, por escrito, da CGTP-IN, solicitando informações, não obtêm qualquer resposta, o que, além do mais, constitui falta de respeito por este órgão», afirmam os representantes da Inter.

A despeito das garantias governamentais Prossegue a estratégia da Renault para abandonar Portugal

A acusação é feita pela comissão de trabalhadores, que insiste na exigência de cumprimento dos compromissos assumidos pela parte francesa.

Reunida na semana passada, a CT da Renault acusou os responsáveis da empresa de, «a coberto da crise económica nacional e europeia», manterem uma estratégia não declarada «tendente à redução/supressão da actividade industrial em Portugal», apesar das garantias dadas ao Governo português pelo governo francês.

Considerando que «esta forma de proceder é inaceitável no quadro das relações económicas, sociais e políticas estabelecidas pelos acordos da Comunidade Europeia», a comissão de trabalhadores - numa nota de imprensa divulgada após a reunião de dia 13 - afirma que «estas atitudes não têm bases económicas ou financeiras, mas são claramente motivadas por razões externas às unidades portuguesas, enquadrando-se no comportamento típico das transnacionais de rapina, responsáveis pela situação de miséria de dois terços da população mundial».



O comportamento da Renault é ditado por razões externas às unidades portuguesas, acusa a comissão de trabalhadores (foto de arquivo)

A CT reconhece que o Governo português, «quando pressionado pela opinião pública, desdobra-se em declarações», logo contrapondo que «na prática não são visíveis acções concretas de defesa do interesse nacional».

Embora admita que «comercialmente, o relativo insucesso

da empresa tem razões externas e não controláveis pela Renault Portuguesa», a CT manifesta a opinião de que tal insucesso «está agravado pela falta de capacidade da nova equipa dirigente, mais preocupada com a afirmação pessoal» e que tem «comportamento de novo-riquismo bacoco», «limi-

tando-se na prática a macaquear em Portugal as receitas mal estudadas aplicadas ao mercado francês».

À cabeça dos exemplos desta incapacidade, a CT coloca a estratégia de «publicidade de imagem», que pode ser adequada ao mercado francês, mas é «desadequada de um mercado em que o objectivo principal deve ser chamar clientes aos pontos de venda». São ainda referidos o agravamento das condições de exploração dos concessionários, o desajustamento da política de preços face à concorrência e a «incapacidade de definição de produtos adequados a nichos de mercado, mesmo quando representam volumes locais importantes».

A comissão de trabalhadores da Renault denuncia o agravamento das condições de trabalho nas fábricas: os responsáveis da unidade de Cacia «comportam-se como pequenos caudilhos, desrespeitando a política acordada centralmente», enquanto em Setúbal «a reorganização do trabalho subsequente aos despedimentos verificados foi feita com a lesão dos interesses remuneratórios dos trabalhadores» e «a implementação do novo horário de trabalho está a ser aproveitada para intensificar os ritmos de trabalho».

Depois de assinalar que «o momento é de grande unidade e solidariedade entre todos os trabalhadores» e que «infelizmente, por parte dos órgãos de gestão não há vontade de diálogo», a CT revela que decidiu «intensificar a troca de informação com todos os trabalhadores», «reiterar as exigências de informação e correcção de política à administração» e «insistir com o poder político no sentido de ser restabelecido o cumprimento dos contratos firmados com a Renault».

Reunião com o Governo aumenta apreensões dos médicos

Os resultados práticos da reunião que, na semana passada, uma delegação da Federação Nacional dos Médicos teve no Ministério da Saúde «foram quase nulos e aumentaram substancialmente as nossas apreensões quanto às perspectivas de solução dos graves problemas existentes», afirma a FNAM numa nota de imprensa distribuída dia 14.

Em discussão esteve - «finalmente», como comenta a Federação - o caderno reivindicativo da classe, apresentado em Maio ao Governo. Só que, logo à partida, os responsáveis do Ministério recusaram discutir 8 pontos daquele documento, alegando que se tratava de questões resultantes da sua política; outros 3 pontos (sobre concursos e destacamentos compulsivos) não mereceram qualquer solução, pois «trata-se de aplicar a lei»; houve ainda 6 pontos do caderno reivindicativo sobre os quais o Ministério de Arlindo Carvalho disse que não tinha possibilidade de decisão política isolada, uma vez que eram questões que tinham a ver com o Ministério das Finanças.

No fim de contas, sobram 14 pontos (menos de metade do caderno reivindicativo), para cuja solução o Ministério da Saúde «manifestou abertura». «Mas não

se comprometeu com quaisquer prazos para a sua discussão e nalguns deles remeteu-nos para uma decisão a comunicar posteriormente» - protesta a FNAM, anun-

ciando que vai reunir o seu Conselho Nacional em Novembro «para analisar a evolução da situação e adoptar as adequadas medidas reivindicativas».

Trabalho infantil Proíba-se, mas pouco

O Conselho de Ministros dos Assuntos Sociais dos Doze adoptou recentemente uma directiva sobre a «protecção dos jovens no trabalho».

Graças à acção dos sindicatos e associações que o Grupo Coligação de Esquerda representou no Parlamento Europeu, a proposta inicial da Comissão Europeia foi modificada, acabando por fixar explicitamente como «primeiro objectivo a proibição do trabalho infantil». Apesar disso, a proposta autoriza numerosas derrogações para o trabalho das crianças com menos de 15 anos que são perigosas e correm o risco de ser utilizadas, designadamente para reduzir a idade da escolaridade obrigatória.

Com efeito, a proposta - que afirma pretender garantir que os jovens não sejam admitidos em nenhum trabalho que possa prejudicar o seu desenvolvimento físico, psicológico e social - estabelece uma distinção entre os adolescentes (dos 15 aos 18 anos, que já não estão submetidos à escolaridade obrigatória a tempo inteiro) e as crianças (menos de 15 anos, submetidas a essa obrigação).

Mas a proposta prevê um conjunto de excepções à interdição do trabalho infantil, quer relacionadas com a idade quer com o tipo de trabalho prestado. Assim, no que se refere ao tipo de trabalho, aceita-se a ocupação de crianças em trabalhos de natureza cultural, artística, desportiva e publicitária, por exemplo. Quanto às excepções referentes à idade, continua por regular o respeitante à idade mínima das crianças que efectuem «trabalhos ligeiros» (trabalhos que não prejudiquem a saúde, segurança, desenvolvimento, assiduidade escolar). O limite dos 14 anos é apresentado como regra geral, mas admite-se a possibilidade de os Estados-membros definirem uma idade mais baixa, com um limite inferior de 13 anos em certas circunstâncias.

A questão não está ainda encerrada. O Parlamento Europeu voltará a debater o assunto, em segunda leitura, e até lá o Grupo Coligação de Esquerda propõe-se continuar a sua acção, em ligação com os movimentos sindical e associativo, pela supressão das derrogações perigosas e pelo respeito das convenções internacionais sobre os direitos das crianças.

TRABALHADORES

Em reunião do Conselho Nacional CGTP analisa amanhã acções concretas

Além de recusar o Acordo, é preciso combater a política errada que o sustenta e o esforço do Governo para lhe dar credibilidade - sublinhou Carvalho da Silva em conferência de imprensa, manifestando «empenhamento total» da *Inter* para a unidade na acção

«Ao afirmar que é importante e imprescindível um acordo social, dando a entender que ele só não existe por pressões das forças de oposição e por pequenos desacertos com a UGT, e, por outro lado, ao fazer que ignora os protestos dos trabalhadores e a acção da CGTP-IN, o primeiro-ministro tem por objectivo credibilizar junto da opinião pública as suas propostas de redução dos salários, de diminuição da protecção social, de aumento do desemprego e de redução dos direitos dos trabalhadores», acusou o coordenador da Intersindical Nacional, na conferência de imprensa em que deu a conhecer as mais relevantes conclusões da reunião da

ais, para os anos de 1993, 94 e 95, equivalem tão-somente à verba que tentam captar para gerir o desemprego»: «não se trata de sacrifícios para aguentar o número de postos de trabalho, trata-se de sacrifícios (redução de salários) para suportar os custos do desemprego, sob a capa de que se está a apresentar ao País uma política de emprego».

A CGTP considera que «são falaciosas as bases de comparação que o primeiro-ministro faz com a realidade dos outros países da Comunidade». Carvalho da Silva comparou, a título de exemplo, alguns indicadores de Espanha e Portugal: o salário médio por hora é em Portugal

A resposta virá

Falando sobre a reacção às graves dificuldades sociais e à política do PSD e de Cavaco Silva, bem como à ofensiva do patronato, o coordenador da CGTP-IN expressou a sua confiança: «Que se desiluda o Governo ao fazer que ignora os protestos e a mobilização dos trabalhadores. A resposta surgirá, vai surgir com certeza, com a força necessária. Nós estamos conscientes da identidade das nossas propostas e das nossas posições com as aspirações dos trabalhadores e também com os protestos de largos sectores da sociedade portuguesa, e decidimos que vamos prosseguir a

tas dezenas de milhares de trabalhadores. A nossa posição, na Comissão Executiva, é de que a resposta agora vai ter uma evolução qualitativa. Todas as formas de luta são equacionáveis, daqui para a frente, numa aceleração que deve corresponder à dinâmica e à capacidade com que o Governo e o patronato desencadearem a ofensiva contra os trabalhadores. De certeza que os portugueses vão assistir nos tempos próximos a greves de grande impacto.»

Solicitado a comentar a possibilidade de acções com a UGT, Carvalho da Silva afirmou que «pela nossa parte, o empenhamento na unidade na acção é total», recordando que «desde Abril temos feito desafios, no sentido mais positivo da palavra, para se encontrarem sintonias para a unidade na acção em torno destes problemas. O nosso desejo é que haja da parte da UGT mais disponibilidade a nível dos sectores e a nível nacional.»

Alentejo

Recordando que no Alentejo a taxa de desemprego é de 18%, a inflação está em 8,5% e o salário médio líquido é de 68 mil escudos (quase 20 contos inferior à média nacional), a União dos Sindicatos de Évora, numa nota de imprensa distribuída na semana passada, denuncia a política do PSD «que continua a marginalizar esta vasta região» e prevê no PDR a perda de população até ao ano 2000, e reafirma que «reforçará a mobilização dos trabalhadores contra os objectivos que a ela presidem».

Professores

A Comissão Executiva do Sindicato dos Professores da Grande Lisboa decidiu sexta-feira «accionar todos os mecanismos que, no respeito pela vida democrática do SPGL, permitam à direcção, ouvidos os professores, acompanhar a proposta da CNS (da Função Pública) que aponta para a greve no próximo dia 29, com manifestações de rua, e o recrudescimento das acções de luta na semana de 8 a 12 de Novembro». Assim, convocou para ontem uma assembleia de delegados sindicais e para dia 25 uma assembleia geral de sócios.

UGT

As pressões para que a UGT aceitasse o Acordo Económico e Social suscitaram tomadas de posição públicas exigindo daquela estrutura que recusasse subscrever o documento proposto pelo Governo. À nossa redacção chegaram, nomeadamente, um abaixo-assinado de representantes eleitos pelos trabalhadores de Seguros nos sindicatos do Sul e Regiões Autónomas e do Norte, uma tomada de posição da direcção do Sindicato dos Seguros do Norte, e uma nota de imprensa de dirigentes sindicais dos Bancários do Sul e Ilhas, dos Seguros do Sul e Regiões autónomas, e de eleitos nas comissões de trabalhadores e estruturas sindicais de empresa na Banca e Seguros.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Interpelação do PCP marca "rentrée"

Diagnóstico da crise responsabiliza Governo

Reabertos ontem oficialmente os trabalhos em plenário da Assembleia da República só hoje ganham verdadeira relevância com a interpelação do PCP ao Governo centrada na «degradação da situação e dos direitos sociais, a recessão económica e as políticas do Governo». Trata-se sem dúvida do primeiro grande debate político na «rentrée» parlamentar, um debate que está a ser aguardado com alguma expectativa e que pode de algum modo antecipar e mesmo clarificar posicionamentos em matéria de política económica e orçamental em discussões futuras.

Preparada com particular cuidado pelos deputados comunistas, que nas últimas semanas se desdobraram em múltiplas iniciativas e contactos cobrindo os mais variados sectores da vida nacional, a interpelação afirma-se como uma iniciativa oportuna, desde logo pela possibilidade que oferece de confrontar o Governo com as suas responsabilidades pela grave situação de crise económica que atinge o País.

Com as previstas intervenções em nome da bancada comunista dos deputados Carlos Carvalhas (abertura), Octávio Teixeira (encerramento), Lino de Carvalho e Luís Peixoto, no centro do debate estará designadamente um exaustivo levantamento da grave situação social no País.

É um retrato pouco abonatório para o Executivo de Cavaco Silva e de onde avultam as suas graves responsabilidades por uma situação económica e social que, do ponto de vista da formação comunista, está em «acelerada deterioração».

Os números a este respeito não deixam margens para dúvidas, como testemunham as 200 mil pessoas que ficaram sem emprego (ao ritmo de 25 mil por mês) entre Janeiro e Agosto deste ano, engrossando deste modo a corrente de desempregados que ultrapassou em muito as três centenas de milhar.

Significa isto, como referiu Lino de Carvalho em declarações ao «Avante!», que os 120 mil empregos que o Governo dizia pretender criar com o PDR (Plano de Desenvolvimento Regional) não chegam sequer para compensar o desemprego entretanto gerado.

Acresce ainda - e esta será a que soubemos uma das questões a que a bancada comunista prestará particular atenção - que do total de desempregados (334 597) só 187 749 é que recebem o respectivo subsídio, ou seja, apenas cerca de 56 por cento.

Em termos regionais, a situação assume contornos ainda mais dramáticos, como sucede no Alentejo, região onde se calcula, segundo fontes sindicais, que o número de desempregados chegue aos 41 mil, isto é, 18 por cento da população activa, taxa que é uma das maiores da Europa e a maior de sempre desde o 25 de Abril na região.

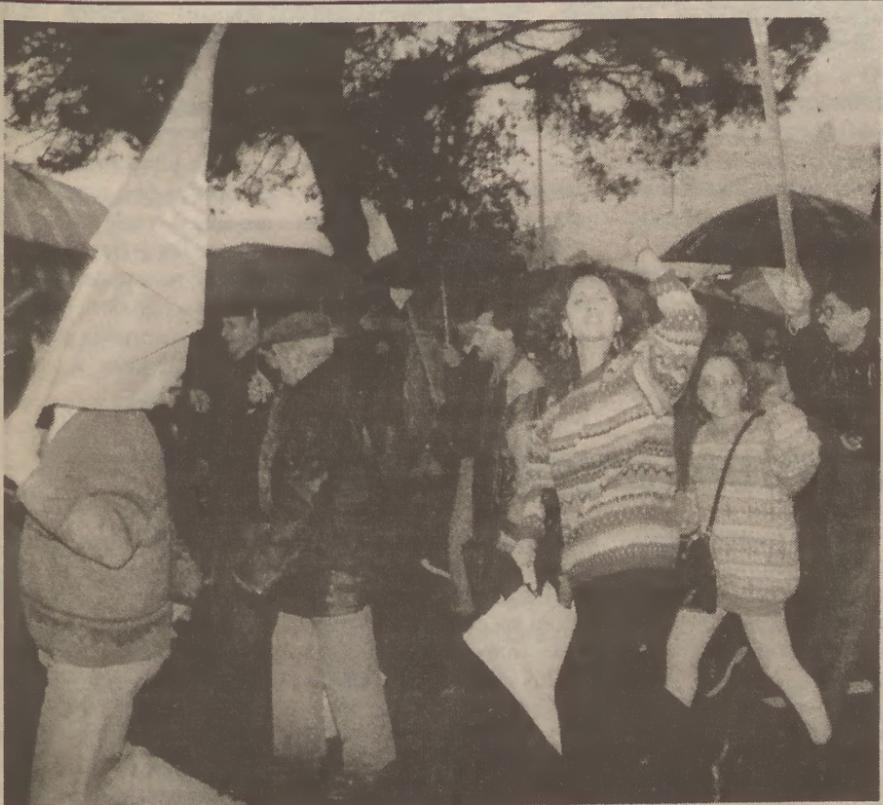
Elucidativo do quadro actual é ainda o facto de só em Lisboa, no ano em curso, ter sido destruído, do primeiro para o segundo trimestre, mais de 10 por cento do emprego, aumentando para 22 por cento o número de trabalhadores a receber subsídio. Apenas em onze ramos de actividade, por encerramento ou falência, de acordo com o balanço apurado pela bancada comunista, foram destruídos em 60 empresas cerca de cinco mil postos de trabalho, sendo que estão detectadas outras 21 empresas onde estão ameaçados 15 mil postos de trabalho. Tudo isto a par do aumento dos salários em atraso que, ainda no caso de Lisboa, afecta mais de 3500 trabalhadores.

Um panorama em tudo idêntico caracteriza também o distrito de Setúbal, onde o ritmo de crescimento do desemprego no primeiro semestre de 1993 foi à média de 500 por mês.

Mas a situação conhece um agravamento ainda maior, como nos referiu Lino de Carvalho, quando se olha do litoral para o interior, verificando-se neste último um processo de alegada reestruturação de grandes empresas de serviços (Telecom, CP, EDP, entre outras), que tem sido acompanhado pela redução dos postos de trabalho e, tão grave como isso, pela própria redução ou extinção de serviços prestados às populações, desta maneira acentuando desequilíbrios e agravando o isolamento dos distritos do interior.

Degradação do nível dos rendimentos dos trabalhadores (como sucede na Função Pública), degradação da qualidade dos serviços prestados às populações, quebra de direitos, acções de pressão psicológica, entre outros aspectos, constituem ainda traços da situação actual, num pano de fundo onde a realidade é pior do que aquilo que as estatísticas referem.

Será tudo isto que estará no centro do debate de hoje por iniciativa do PCP.



Depois da jornada nacional da passada sexta-feira, com concentrações de trabalhadores em Lisboa (na foto, com deslocação do Rossio até à Secretaria de Estado do Orçamento, no Terreiro do Paço), no Porto e em Coimbra, os sindicatos da administração pública preparam agora uma greve para dia 29 e a intensificação das acções de luta na segunda semana de Novembro

Comissão Executiva da central, realizada em Lisboa na passada sexta-feira.

Reafirmando que as posições do executivo *laranja* «merecem clara e inequivocamente uma rejeição», Manuel Carvalho da Silva (acompanhado por Adélino Carvalho, Manuel Lopes, Maria do Carmo Tavares e Manuel Freitas) sublinhou que «não basta dizer não a um acordo social na base das posições avançadas pelo Governo»: «Exige-se também, e essencialmente, uma denúncia da falsidade dos argumentos e das posições do primeiro-ministro e do seu Governo e o combate à credibilização que o Governo procura fazer dessas posições.»

A propósito, recordou que «não está na mesa nenhuma proposta de salvaguarda do emprego», referindo como exemplo (que se poderia «multiplicar por dezenas») o caso da TAP, onde «os sacrifícios que são propostos aos trabalhadores, em termos salaria-

de 460 escudos, e em Espanha de 1250 escudos; o salário mínimo é, em Portugal, de 47400 escudos e, em Espanha, de mais de 75 contos; o Estado gasta em Portugal, com protecção social 758 ecu por habitante, e em Espanha 1690 ecu; os espanhóis gastam em alimentação e bebidas apenas 22% do salário, e em Portugal gastamos 37,1%. «Isto demonstra a falsidade de um conjunto de argumentos que o Governo tem avançado», comentou o coordenador da confederação.

Analisando a proposta de Orçamento de Estado para 1994 apresentada pelo Governo, Carvalho da Silva afirmou que «os dados que vieram a público mostram claramente o que dissemos desde o início quanto aos impostos», uma vez que os impostos indirectos e o agravamento do custo de vida comerão qualquer alteração mais favorável a nível dos impostos directos e em particular do IRS.

mobilização e o enquadramento da luta social.»

Carvalho da Silva revelou, a propósito, que a Executiva preparou «propostas que submeteremos ao Conselho Nacional no próximo dia 22 e que vão definir as formas de luta em concreto até ao fim de Outubro e durante o mês de Novembro». Entretanto, confirmou o «apoio e empenho» da CGTP na preparação da luta reivindicativa a nível da administração pública (onde está marcada uma greve para dia 29) e seus subsectores (designadamente, os enfermeiros e os professores, que estão a tomar decisões no mesmo sentido), a nível do calçado e de outros sectores.

Respondendo aos jornalistas, adiantou que «todas as formas de luta começam a ser postas sobre a mesa»: «Tivemos uma grande jornada que foi a Estafeta da Solidariedade, que trouxe ao de cima um conjunto de problemas e foi suportada pela movimentação de muitas e mui-

INTERNACIONAL

EUA

Praticamente um norte-americano em cada oito tem fome e a nível mundial uma em cada quatro pessoas, ou seja, 1,3 mil milhões não comem o suficiente para terem condições normais de trabalho e de vida, segundo um estudo recentemente divulgado.

O Relatório sobre a pobreza nos Estados Unidos foi apresentado pelo Instituto para o mundo, organização que defende o alargamento dos programas antipobreza.

"Entre o final dos anos 60 e meados dos anos 70, os Estados Unidos reduziram a fome e o país tem aparentemente meios para eliminar a fome dentro das suas fronteiras", disse David Beckman, presidente do Instituto, na apresentação do seu quarto relatório anual, para sublinhar entretanto que "os EUA têm agora mais fome do que há 10 ou 15 anos".

O número total de pessoas com fome nos Estados Unidos é provavelmente superior a 30 milhões, disse Larry Brown, director do Centro universitário "Tufts" para a fome, pobreza e nutrição.

Em Junho, 12 milhões de norte-americanos com fome tinham menos de 18 anos, segundo cálculos avançados por Brown.

O gabinete de estatística norte-americano revelou que o número de pobres subiu para 36,9 milhões em 1993. A linha de pobreza estabelece um rendimento de 14 335 dólares (cerca de 2310 contos) por ano para uma família de quatro pessoas.

De acordo com o Instituto, a fome nos Estados Unidos aumentou 50 por cento desde 1985, apesar de cerca de 150 000 organizações distribuírem anualmente entre três e quatro mil milhões de dólares em alimentos.

Suíça

A economia suíça atingiu uma situação de depressão, segundo um documento distribuído pela União dos Bancos Suíços (UBS).

O documento refere que apenas no sector das exportações os industriais esperam uma ligeira melhoria e que, por outro lado, a procura interna neste quarto trimestre apresenta valores inferiores aos dois últimos três meses do ano passado.

Referindo um estudo realizado junto de 200 empresas ligadas à exportação, o documento diz que apenas 5 por cento das mesmas registaram um aumento, mas quanto ao emprego 35 por cento das empresas estão em vias de reduzir novamente os postos de trabalho.

Cuba

Quinze embarcações da organização norte-americana "Basta", que luta pelo fim do embargo económico imposto pelos Estados Unidos contra Cuba, chegaram o passado fim-de-semana a Havana com cinquenta toneladas de ajuda humanitária destinada a centros de saúde de Cuba.

O carregamento foi entregue no hospital pediátrico "William Soler" de Havana e em lares de terceira idade e de crianças deficientes.

A ajuda inclui nomeadamente medicamentos e alimentos, entre os quais mais de sete toneladas de leite em pó adquiridas com fundos recolhidos em mais de quarenta cidades norte-americanas.

Esta "flotilha humanitária" é a segunda a deslocar-se a Cuba para transportar uma tal ajuda. A anterior, realizada em finais de Abril, transportou para a ilha dez toneladas de víveres e material hospitalar.

O criador da "Basta", o jornalista John Young, afirmou que existem hoje nos Estados Unidos "muitas pessoas opostas ao bloqueio económico, incluindo alguns políticos, e esperamos que essa situação termine um dia".

A chegada a Havana desta segunda "flotilha humanitária" coincide com a visita à ilha de cerca de 180 turistas norte-americanos que se opõem também ao bloqueio contra Cuba.

Angola

O governo dos Estados Unidos está interessado em estreitar relações económicas com Angola, mas afirma que para isso "é preciso a aplicação de uma série de reformas económicas".

Em declarações à imprensa, o porta-voz da embaixada norte-americana em Luanda, Joseph Schreiber, considerou que o recomeço do processo negocial entre o governo e a Unita terá de ser feito "no espírito dos acordos de Bicesse".

Sobre a retirada da Unita das zonas que actualmente ocupa em Angola, Schreiber reiterou a posição do seu governo segundo a qual se trata de uma questão "incontornável e que se insere em todas as resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas".

Em relação às sanções em curso contra a Unita, o porta-voz da embaixada norte-americana em Luanda referiu que "elas são positivas mas de difícil fiscalização, dada a extensão do território angolano".

Moçambique

Representante do governo moçambicano na Comissão de supervisão e controlo (CSC), Armando Guebuza, rejeitou qualquer renegociação do acordo de paz para Moçambique durante a visita do secretário-geral da ONU, Butros Ghali.

Guebuza considerou importante a vinda de Ghali na medida em que "neste momento existem situações pouco claras em termos de perspectivas de cumprimento das tarefas fundamentais que visam a implementação do acordo geral de paz".

Um calendário revisto do processo de paz moçambicano tem estado a ser discutido entre a ONU, o governo e a Renamo, mas a sua aprovação pelas partes enalhou em Setembro, depois que a Renamo formulou novas condições para o acantonamento das tropas.

Argélia

Em clima de crise intelectuais assassinados

Um jornalista da televisão argelina, Ismail Yef-Sah, foi assassinado segunda-feira passada, frente ao seu domicílio, nos arredores de Argel. Nada se sabe, para já, sobre as circunstâncias da morte ou sobre os autores do crime. Mas difícil será desligá-lo da série de assassinatos que têm vindo a vitimar a intelectualidade argelina. Há dias, um professor em pediatria, Djillali Belkhenchir, foi assassinado em Argel. Era a quarta vítima - desde 28 de Setembro - de uma vaga de atentados contra intelectuais no país. As outras vítimas foram um professor de Filosofia e militante político de esquerda, um professor de direito islâmico e um jornalista.

Dezasseis intelectuais e jornalistas, 13 dos quais assassinados, foram alvo de atentados desde Março passado.

A violência sobe de tom no país, e os movimentos que entretanto se têm organizado contra tal escalada não parecem ter para já efeitos sensíveis. Em 22 de Março passado, por toda a Argélia, multidões desceram às ruas para afirmar o seu repúdio à violência. Não apenas em Argel. Mas também em Constantina, Saida, Oran e todas as grandes cidades do país. Mesmo em Medea, a sul de Argel, considerado um bastião do islamismo. Mas sem consequências no imediato da realidade sociopolítica da Argélia.

Os intelectuais argelinos constituem neste momento um alvo fácil - e pelo menos quatro dezenas estão incluídos nas listas dos assassinos. Entre um poder em que não confiam e a ameaça totalitarista da FIS (movimento islâmico extremista), a intelectualidade - em particular as correntes "modernistas", ou seja, não islâmicas - é de alguma forma associada a um poder que lhe é alheio, mas que nela se apoiou para a anulação das eleições legislativas de Dezembro de 1992, que deram a vitória à FIS (partido cuja legalidade é entretanto contestada, por ser de base assumidamente religiosa).

Trinta anos após a independência, a Argélia vive um dos mais críticos períodos da sua história enquanto nação independente.

Uma realidade despolexada com a explosão de Outubro de 1988, em que ao longo de três dias de manifestações de jovens se viveram em Argel e

arredores situações de revolta e motins. Um levantamento cujo protagonismo é pouco claro e que foi brutalmente reprimido - mais de 160 mortos segundo os números oficiais.

No início de 1991, o movimento fundamentalista FIS tenta uma greve insurreccional. Num quadro de graves problemas socioeconómicos e de generalizada falta de confiança no regime, a FIS vence as eleições legislativas de Dezembro do mesmo ano, num processo eleitoral posteriormente suspenso.

O assassinato, em Junho de 1992, de Mohamed Boudiaf, em tempos de crise aguda colocado à frente do Alto Comité de Estado, e um dos "históricos" da revolução argelina, rouba aos argelinos a esperança que a sua nomeação fez renascer. Numa linguagem directa, Boudiaf diri-



giu-se às mulheres, à juventude, às forças vivas do país para "acabar com a mafia político-financeira" que ocupava o essencial das engrenagens do poder. O seu assassinato não será alheio a tal orientação.

Hoje são heterogéneas as forças que partilham o poder. A violência continua a devastar o país e o regime recusa de facto um processo de democratização que poderia abrir caminhos para a superação da crise.

Imprensa argelina de luto

Todos os matutinos argelinos aparecem impressos a negro, sinal de luto pelo assassinio, segunda-feira, do jornalista da televisão Ismail Yef-Sah.

A maioria dos jornais decidiram não sair quarta-feira como «primeiro sinal de protesto e indignação» contra este «plano de eliminação física dos jornalistas e intelectuais argelinos, perpe-

trado pelas forças fundamentalistas».

O diário «El Watan» apareceu apenas com oito páginas e com um «Não ao genocídio» na primeira página.

Num editorial assinado pelo seu director, Omar Belhouchet, diz-se que «o protesto nacional que os jornalistas vão iniciar contra o terrorismo e o fundamentalismo religioso é o sinal evi-

dente de uma firme determinação de lutar para que a liberdade de imprensa não seja sufocada, presa entre um projecto de sociedade totalitária, mesmo se de inspiração islâmica, é uma vontade, mal escondida, de uma parte do poder de se colar aos privilégios e aos hábitos de gestão do país que conduziram à catástrofe que nos atinge».

Haiti

Militares contra regresso à democracia

Escolas, escritórios e lojas estão encerrados em Port-au-Prince, milhares de haitianos começaram a abandonar a capital, onde se ouviram tiros de armas ligeiras em diversos bairros.

Em vésperas do regresso de Aristides, o presidente afastado por um golpe militar em 30 de Setembro de 1991, sobe a tensão no país, enquanto a aplicação do embargo reimposto por determinação do Conselho de Segurança da ONU é vigiado, ao largo, por seis barcos norte-americanos.

A crise que nestes dias se vive no Haiti tem a ver com a recusa, por parte do governo militar de Raoul Cédras, de cumprir o acordo de Governors Island, que estabelecia um calendário de normalização democrática e previa o regresso do presidente Aristide a 30 de Outubro.

O acordo, assinado em 3 de Julho, em

Nova Iorque, por Aristide e Raul Cédras, foi ainda condição do levantamento das sanções decretadas pela ONU em Junho.

A resolução agora adoptada pela ONU para forçar a aplicação dos acordos para o reestabelecimento da democracia no Haiti, não só determina a reimposição do embargo de armas e produtos petrolíferos e derivados, como manda congelar todos os bens financeiros dos responsáveis militares haitianos no estrangeiro, caso não cumpram o acordo de Governors Island.

Esta última fase da vida política do Haiti, tem-se caracterizado pela acção terrorista dirigida contra os partidários mais activos de Aristide. A semana passada foi assassinado Guy Malary, ministro da Justiça do governo de Malval, chefe do executivo nomeado pelo presidente Aristide, actualmente ainda no exílio.

“Neues Deutschland” A caça às bruxas

O “Neues Deutschland”, que se apresenta como um diário socialista e que é hoje o mais importante jornal de oposição de esquerda na Alemanha, é agora uma vez mais alvo de uma tentativa de o reduzir ao silêncio. Uma semana apenas após um julgamento no tribunal de Berlim, em que provisoriamente não foi considerado um pedido infundado de reembolso por parte da organização encarregada das privatizações no leste do país, a sociedade editora é novamente ameaçada.

Agora é a Deutsch Reichsbahn que passa à

ofensiva, exigindo a expulsão do “Neues Deutschland” das instalações que ocupa, a pretexto de que o prédio onde o jornal funciona está construído em terrenos que lhe pertencem. Naturalmente que o jornal recusa tal exigência. Facto significativo - o grupo de imprensa oeste-alemão que recentemente adquiriu a tipografia do quotidiano socialista, instalado no mesmo terreno, não foi alvo de qualquer ameaça por parte da Deutsch Reichsbahn.

Em causa está, sem dúvida, uma ofensiva contra a

imprensa de esquerda, e em particular contra uma publicação que, como o “Neues Deutschland” (ND), tem particular impacto nesta área.

Actualmente o ND tem uma edição quotidiana de 85 000 exemplares, e apesar de todas as dificuldades conseguiu manter-se num mercado que dispõe de 390 títulos de imprensa diária.

Ligado ao Partido do Socialismo Democrático (PDS), mas sem estar dependente do controlo da direcção do partido, o ND afirma-se como diário pluralista das forças de esquerda.

A central federal do PDS edita actualmente duas publicações. Uma revista dirigida aos membros do partido, “Disput”, com uma edição bimensal de cerca de 11 000 exemplares, que dá cobertura aos debates teóricos e políticos no e sobre o partido.

Para além desta publicação, há um serviço de informação semanal, com carácter de boletim, e que publica documentos oficiais do PDS. São ainda publicados, de forma mais ou menos regular, pequenos periódicos, com carácter local.

Telegrama a Nelson Mandela

Por ocasião da atribuição do Prémio Nobel da Paz, Álvaro Cunhal e Carlos Carvalhas enviaram a Nelson Mandela o seguinte telegrama:

«Querido camarada Nelson Mandela: Foi com enorme satisfação que tomámos conhecimento da atribuição que lhe foi feita do Prémio Nobel da Paz, a qual é inteiramente justa, por toda a sua vida de combatente anti-apartheid, plena de sacrifícios, de honra e dignidade, à frente do ANC, em prol da liberdade, da democracia e da emancipação do povo sul-africano.



Rússia

A corrida às eleições e as ambições de poder

Dar um ar de normalidade a Moscovo, apresentar a vida política do país como se de um comum processo democrático se tratasse, garantir a Ieltsin - o mais rapidamente possível - o apoio de poderes formalmente legitimados por um processo eleitoral - parecem ser neste momento preocupações centrais do Kremlin. Os trabalhadores municipais desmontaram as barricadas, divulgaram-se números oficiais sobre as mortes (150 pessoas). O estado de emergência e o recolher obrigatório, impostos em Moscovo, foram entretanto levantados, embora se mantenha “um regime especial de ordem pública”, nas palavras do chefe do departamento jurídico da presidência, Alexandre Kotenkov, que na sua indefinição poderá talvez cobrir quaisquer medidas repressivas.

Exemplo do que se entende por direitos e liberdades democráticas - foi “oferecido” aos jornais entretanto proibidos, como é o caso do “Pravda”, a curiosa alternativa de poderem reabrir... mudando de nome, de linha editorial e mesmo de alguns jornalistas.

Entretanto, o “partido do Presidente”, como de facto é conhecido o Movimento Opção da Rússia (MOR), prepara aceleradamente as eleições marcadas para 12 de Dezembro.

Dois factos sugestivos a assinalar desde já neste movimento:

● Segundo Serguei Filatov, dirigente da administração presidencial, o MOR deve transformar-se “num bloco de coligação de todas as forças demo-

cráticas em que o Presidente se apoiará para levar até ao fim as suas reformas”. Todas as “forças democráticas”... ou seja, apenas as “não-democráticas” ficarão de fora. Excluídas da vida política? O caminho para um outro partido único?

● Andrei Kozirev, actual ministro dos Negócios Estrangeiros, defendeu que Ieltsin deve “ficar no cargo até ao fim do seu mandato”, em 1996. Uma opinião - não exclusiva - que indica a intenção, no caso de as forças pró-Ieltsin saírem maioritárias nas duas câmaras da Assembleia Federal, de anular as eleições presidenciais antecipadas marcadas para 12 de Junho de 1994.

Os jogos de poder somam e seguem.

Neste momento são inúmeras as perguntas que se colocam, as questões sem resposta.

Que significado pode ser atribuído à pronta reacção de generalizado apoio a Ieltsin por parte dos Estados Unidos e dos países industrializados da Europa? Que relação entre tal apoio e as pressões do Fundo Monetário Internacional (FMI) no sentido de se entrar numa outra fase de “aceleração das reformas” que, na análise do conhecido investigador Jean-Marie Chauvier se deveria traduzir por “uma completa libertação dos preços da energia, a supressão dos subsídios às empresas, o que terá necessariamente consequências muito graves para a indústria, com encerramentos de empresas, falências, e consequentemente desemprego em massa”?

Uma tal política não tornaria indispensável ainda seguindo o questionar de Jean-Marie Chauvier, “um regime autoritário”?

A terminologia utilizada pela comunicação social conduz, em si, a uma viciação das realidades.

Afirma-se que o Parlamento representa o sector conservador. Mas quem estava “do outro lado da barricada”, contra Ieltsin, neste confronto de poderes e de ambições de poder? O general Routsokoi, vice-presidente da Rússia, tal como o presidente do Parlamento, Rouslan Khasboulatov, foram os principais aliados de Ieltsin, como grande parte do Parlamento, no confronto com Gorbachov, e que acabou por levar ao afastamento deste.

No Verão de 1991, Routsokoi era visto como um herói de Ieltsin. O que aconteceu nestes dias pode assim também ser interpretado como o estilhaçar da coligação ligada a Ieltsin, onde se entrecruzam diferentes interesses e ambições de poder.

Os recentes acontecimentos em Moscovo não podem também ser isolados de uma situação socio-económica desastrosa.

A desindustrialização do país é uma realidade, com a exportação de energia a representar já 60% das exportações, contra 40% há quatro anos atrás. A média salarial é tão baixa que a maioria das famílias russas destina 80% dos seus orçamentos à alimentação - ou seja à sobrevivência pura e simples. Facto simbólico - o departamento do mercado

de consumo de Moscovo é actualmente dirigido pelo presidente da McDonald na Rússia.

Esta realidade esteve presente em algum do apoio angariado por Routsokoi. Não estava em causa uma alternativa política, mas uma nebulosa de descontentamentos. Que aglutinou alguns excluídos do sistema. Mas não só. Uma contraditória e estranha aliança se estabeleceu nesses dias. Recorrendo ainda ao comentário de Jean-Marie Chauvier, uma “oposição dita patriótica, que agrupa nostálgicos da URSS e nostálgicos do império do czar, toda a espécie de humilhados - humilhados pela política do FMI”. O que torna muito difícil o avanço de “uma oposição democrática à política de capitalismo selvagem”, num contexto em que “se está preso entre um regime autoritário como aquele que parece estar a afirmar-se e uma oposição polarizada por correntes populistas, nacionalistas”.

Um dado mais - entre muitos outros que necessariamente aqui faltam.

Numa recente sondagem sobre a confiança da opinião pública russa nas forças políticas em presença - os diferentes partidos que se afirmam como comunistas recolhiam 3%, os “democratas” no poder outros 3%, e os “centristas” (que agrupam desde a nomenklatura industrial, agrícola, até aos pequenos proprietários) 16%. A imensa maioria recusou responder ou disse não ser capaz de o fazer. O povo russo ainda não construiu as suas alternativas.

Sobre a evolução da situação na Rússia

Os mais recentes desenvolvimentos da situação da Rússia, com um vastíssimo conjunto de decretos e medidas discricionárias do poder, confirmam que o golpe de 21 de Setembro e a sangrenta repressão de 3 e 4 de Outubro se inscrevem numa opção deliberada de instaurar na Rússia um regime ditatorial.

A vida veio dar razão ao PCP que logo no dia 22 de Setembro, através de nota do seu Gabinete de Imprensa, caracterizou as medidas ilegais e anticonstitucionais anunciadas na véspera por Boris Ieltsin como um golpe de Estado visando «eliminar quaisquer obstáculos institucionais à instauração de um poder pessoal ditatorial e arbitrário».

A expressão concreta que um tal poder poderá assumir não é ainda inteiramente clara. Nem mesmo Ieltsin e o seu grupo de conselheiros se terão ainda entendido completamente quanto a numerosas questões. A nível da nova classe capitalista verificam-se disputas e cálculos políticos diferenciados. Muita coisa dependerá do posicionamento e intervenção do processo das forças democráticas e progressistas que, apesar de duramente golpeadas (silenciadas, proibidas e perseguidas) não se conformam nem se rendem perante a lei da força.

Mas é um facto que Ieltsin e o seu grupo conseguiram já aquilo que há muito vinham procurando através dos sucessivos golpes de força, ou seja, governar à revelia da Constituição e das leis assumindo poderes ditatoriais. Uma vez liquidada a resistência das instituições (Parlamento, Tribunal Constitucional, Soviets Locais), silenciadas as forças políticas da oposição, instaurado um clima de ameaças e de repressão, uma procura organizar uma mascarada de referendos constitucionais e de eleições tendo como objectivo institucionalizar um novo sistema de poder que seja instrumento eficiente ao serviço da política da restauração forçada e violenta do capitalismo na Rússia.

É esta a questão central subjacente aos trágicos acontecimentos na Rússia. Trata-se de impor «ordem» e assegurar uma «estabilidade» que permitam a «aceleração das reformas» e a «irreversibilidade da transição para a economia de mercado». Que isso passe pelas violações mais flagrantes de direitos humanos e liberdades democráticas fundamentais, incluindo o bombardeamento do edifício do Parlamento (instituição que se tinha tornado num importante obstáculo à política de Ieltsin) ou que isso possa significar (como significarão certamente as chamadas «reformas radicais») ainda maior miséria e sofrimento para o já tão martirizado povo russo, pouco importa aos apoiantes internos e externos de Ieltsin. O que lhes importa é acabar com resistências e oposições à rápida restauração do capitalismo. O «Estado de direito» que perconizam para a Rússia é aquele que melhor sirva os seus interesses de exploração do povo russo, pilhagem das suas riquezas, de destruição do seu potencial económico, técnico/científico, cultural e mesmo militar. É aquele que melhor possa resistir (e se necessário sufocar) às inevitáveis explosões de descontentamento, protesto e luta popular resultantes da dramática situação existente e do seu previsível agravamento.

O PCP é solidário com o povo da Rússia, com os comunistas e outras forças democráticas e progressistas que resistem e lutam contra a instauração de um regime ditatorial e contra a política de ruína económica, desastre social e submissão nacional protagonizada por Ieltsin.

É ao povo da Rússia que cabe decidir, sem ingerências externas, o seu próprio destino. Condenando o apoio dado do estrangeiro a Ieltsin e aos seus projectos despóticos e autoritários, designadamente por parte do governo de Cavaco Silva e do Partido Socialista, o PCP faz votos para que os trabalhadores e o povo russo possam resistir e vencer a dura prova que estão enfrentando.

■ Pedro Tadeu

Abertura do novo Centro de Trabalho em Rio Maior

Uma vitória dos comunistas da liberdade e da democracia

A inauguração de um novo Centro de Trabalho do Partido Comunista Português é sempre um acto relevante na vida partidária, sobretudo por demonstrar a evidência da vitalidade de um projecto político que alguns teimam em condenar. Mas o significado pode ser muito mais profundo, quando a abertura de um espaço próprio dos comunistas portugueses ocorre num local onde há alguns anos um anterior edifício fora assaltado e queimado; onde durante muito tempo as pessoas que defendiam as posições do PCP eram, pura e simplesmente, ameaçadas ou perseguidas. Um novo Centro de Trabalho do PCP foi inaugurado, sábado passado, em Rio Maior, numa cerimónia simples mas cheia da emoção dos acontecimentos especiais, que se guardam na memória. Serenamente a casa lá está, bem no meio do centro histórico da localidade, servindo aos comunistas de Rio Maior como prova da diferença existente entre os verdadeiros sentimentos e tradições democráticos do povo do concelho, daqueles que em 1975 instigaram, orientaram e comandaram acções como as que resultaram na destruição do dia 13 de Julho. Para os comunistas de Rio Maior, um dia para a história será o de 16 de Outubro de 1993, a data em que de novo um espaço de liberdade e democracia voltou a funcionar na terra dos salineiros.

Dezoito anos de esperança dezoito anos de esforço

A história da reabertura de um Centro de Trabalho do PCP em Rio Maior, dezoito anos depois de o anterior ter sido destruído, foi recordada ao «Avante!» por Augusto Figueiredo, o homem que serviu de «cicerone» aos presentes, durante a apresentação pública do pequeno edifício, repleto de gente curiosa e de comunicação social, da qual pontificava a imprensa e a rádio da região. «O povo riomaiorense tem um espírito democrático, muitas e muitas vezes comprovado, sucede é que determinadas estruturas e alguns cabecilhas dos concelhos envolventes tentaram, de facto, mover uma perseguição a todos os comunistas ou pessoas que perfilhassem ideias aproximadas - na altura bastava não se ser «da cor» para se ser perseguido, com ameaças ou mesmo agressões físicas, com perdas de emprego, etc.» um reparo e um relembrar do passado que o professor e membro da Comissão Concelhia do PCP em Rio Maior insiste em fazer, antes de começar a contar-nos o que foi sucedendo ao longo dos anos, até se conseguir inaugurar uma sede do Partido na terra dos salineiros.

«O tempo foi passando e nós fomos resistindo», diz Augusto Figueiredo, «a partir de 1980, segundo a orientação da Comissão Concelhia de então - que reunia aqui e ali, quase na clandestinidade - entendeu-se por bem tentar alugar um edifício. Não fomos bem sucedidos porque muitas pessoas tinham receio de nos alugar a casa. Em 1983, no entanto, conseguimos alugar uma casa a um emigrante mas, qual é o nosso espanto, dias depois da afirmação do contrato, alguém partiu uma montra do edifício enquanto o senhorio é ameaçado e também a sua filha é incomodada na escola. Nós, como é natural, não quisemos que outros tivessem problemas por nossa causa e apesar de termos direito a ocupar o espaço - até constitucional, pois a Lei Fundamental garante o direito à liberdade de expressão, como toda a gente sabe - desistimos». É a partir dessa data que a estratégia definida pela organização muda para concretizar o objectivo da compra de um terreno, «de um chão nosso», na expressão utilizada pelo nosso interlocutor.

A Casa da Maltesa

«Assim o conseguimos fazer em finais de 1985, princípios de 86, através de dinheiro obtido com subscrições, com rifas, com

pedidos a amigos, com a ajuda, posso dizê-lo, de milhares de pessoas». O edifício adquirido, na zona velha da localidade, muito perto do antigo Centro de Trabalho destruído, era uma casa velha, quase a cair: «tem graça referir que o antigo nome da casa é «Casa da Maltesa»... agora é a casa do Partido Comunista Português», conta o professor de Rio Maior que relata o início de um moroso processo de reconstrução: «praticamente só aproveitámos a parede lateral da casa e tudo o resto foi reconstruído. Foi com o trabalho voluntário, não só de camaradas mas também muitos amigos - amigos da liberdade e da democracia - e com ajudas em material - muitos foram dando o sanitário, a porta, a tinta, o chão - que se foi, a pouco e pouco, concluindo a obra. Foi um trabalho de grande dedicação, de grande paixão, características afinal dos comunistas portugueses, mas cuja conclusão nos deixa naturalmente felizes mas, ao mesmo tempo, aumenta muito a nossa responsabilidade perante esta terra».

Para Augusto Figueiredo, «a abertura, neste momento, deste nosso Centro de Trabalho, não tem o cariz de um acontecimento meramente casuístico, antes corresponde a um maior amadurecimento das condições democráticas no concelho de Rio Maior e, simbolicamente, significa que o povo de Rio Maior está mais receptivo às ideias do Partido Comunista Português: é que, independentemente de eleitoralmente termos pouca expressão no concelho, temos camaradas com lugar destacado no movimento associativo, nos clubes, nas comissões de melhoramentos, nas mais variadas iniciativas, que são pessoas prestigiadas no concelho, o que nos ajudou a desbloquear toda esta situação».

Um porto de abrigo

O membro da Concelhia do PCP em Rio Maior liga estes factos às próprias alterações de «um mundo em mudança, onde coe-rência, a defesa de alguns valores democráticos fundamentais, a defesa dos princípios do nosso Partido para um Portugal justo, por um concelho mais desenvolvido, por um país mais patriota, mais independente, começaram «a entrar» e a ser absorvidos» pelas gentes da terra. «Daf nós hoje termos visto toda a comunicação social local e regional deslocar-se a este edifício», sublinha.

«Ao longo deste tempo vivemos em Rio Maior «sem casa». A partir de agora temos um espaço físico, nosso, um local que nós chamamos, com carinho, de «porto de abrigo»: é um porto de abrigo para a convivência, é um porto de abrigo para o trabalho, para a discussão colectiva, para a discussão individual, para a crítica e para contribuir, sempre, para a resolução dos problemas do povo do concelho do Rio Maior e, num sentido mais lato, para apoiar as lutas do povo português». É em Rio Maior, ao cimo da rua D. Fernando I, a casa do Partido Comunista Português.

Precisamente de «vitória da liberdade e democracia» falará o Presidente do Conselho Nacional do PCP, Álvaro Cunhal, que numa curta intervenção feita durante a cerimónia de inauguração do novo Centro de Trabalho em Rio Maior diria que esta era também «uma vitória dos comunistas portugueses, do PCP, que em toda a sua história foi um partido que sempre teve como linha central da sua actividade - e de uma luta em que tantos ficaram pelo caminho - a conquista da liberdade e da democracia para o nosso povo». A inauguração do novo edifício começaria, aliás, pelo respeito de um minuto de silêncio em memória dos que participaram ao longo dos anos nessa luta, entretanto falecidos.

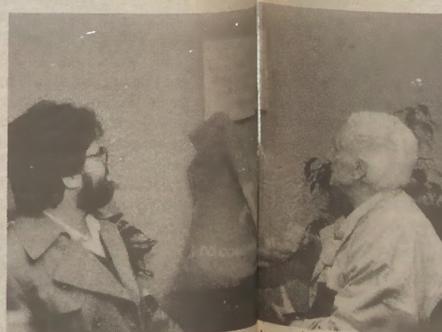
Para Álvaro Cunhal, a abertura deste Centro de Trabalho, como de outros como o de Vila Nova de Famalicão, também destruído em 1975 e reaberto em 1993, é uma vitória sobre «as forças que tentaram impedir o caminho para a democracia, tentaram travar o caminho para a liberdade, e que aqui, como em outros lados, tentaram atingir mais fortemente o Partido Comunista Português».

Em Rio Maior dezenas de pessoas amontoaram-se no interior do pequeno edifício, desejosas de não perderem «pitada» do que se passava, enquanto cá fora os que não conseguiram entrar aguardavam a conclusão do acto, para depois acompanharem o Presidente do Conselho Nacional do Partido num passeio pela localidade, que o conduziria até ao restaurante onde seriam anunciadas as candidaturas da Coligação Democrática Unitária para os órgãos autárquicos do concelho.

Nas ruas de Rio Maior

Durante o passeio ocorreria um episódio significativo: um histórico dirigente local do Partido Socialista, actual candidato a deputado municipal e um dos membros mais antigos daquele partido, dirigiu-se a Álvaro Cunhal, manifestando a sua alegria por «o ver nas ruas de Rio Maior» e pela abertura da sede do PCP na localidade, recordando também alguns episódios do combate contra o fascismo que uniu as forças democráticas do país.

Durante a inauguração toda a comunicação social local e regional - para além de alguns órgãos nacionais da imprensa escrita e radiofónica - assistiu ao acto. Assim que se deu por



Uma data para a história: 16 de Outubro de 1993



Centro de Trabalho novo, Centro de Trabalho cheio

«Este acontecimento, como outros que se repetem um pouco por todo o lado nas mais variadas esferas da nossa intervenção, demonstra que somos gente de convicções, gente dedicada, gente firme, gente que não se deixa abalar nem pelas pressões nem pelas ameaças, e que está firmemente convencida que o fundamental do seu ideal corresponde aos interesses do nosso país e do nosso povo e que acabará por ser realizado», diria o dirigente do PCP.

Já antes, numa intervenção com que se daria início a esta inauguração, Augusto Figueiredo, membro da Concelhia do PCP em Rio Maior, caracterizaria o novo espaço como um local aberto a todos aqueles que ali quisessem ir, aberto a ouvir opiniões, críticas, um local de debate e de trabalho em favor das populações da região. Também Álvaro Cunhal sublinharia esse aspecto, característico da actividade dos comunistas portugueses: «nós, os comunistas, entendemos a nossa acção não como uma acção distante do povo, mas uma acção que recebe do povo ensinamentos, experiências, que nos permitem definir a nossa própria orientação e os nossos próprios objectivos», diria o Presidente do Conselho Nacional do Partido.

No final seria descerrada uma lápide que anuncia para a posteridade a data de inauguração deste novo Centro de Trabalho e após um bebereute com doces e vinhos da região, seriam entregues a Álvaro Cunhal diversas ofertas para o Partido, constituídas por variadas peças de artesanato regional e um livro sobre uma das actividades tradicionais de Rio Maior: a salinagem.

Um Verão quente

«O que se passou em Rio Maior, a umas dezenas de quilómetros de Lisboa, demonstra suficientemente como as forças reacçãoárias podem manipular as populações despolitizadas, incitando-as com boatos e calúnias bem orientadas numa campanha anticomunista», lia-se o «Avante!» de 17 de Julho de 1975, que descrevia o assalto ao Centro de Trabalho do PCP - e também à sede da então FSP (Frente Socialista Popular) - ocorrido dias antes.

Uma reunião marcada para o domingo anterior no Grémio da Lavoura da localidade, convocada pelo Secretariado das Ligas dos Pequenos e Médios Agricultores do Ribatejo, com sede em Alpiarça, «foi habilmente aproveitada pela propaganda reacçãoária que dizia que os comunistas de Alpiarça vinham ocupar as terras dos pequenos e médios agricultores da região».

Começava assim o Verão quente de 1975. No mesmo domingo, na Lourinhã, também se registou uma tentativa de assalto ao CT do Partido. Em Aveiro, uma «manifestação de getas anónimas», em «apoio aos bispos portugueses», convocada em tar-semana, em Évora, os latifundiários, armados de carabinas, espingardas e pistolas, atacaram trabalhadores agrícolas e ferem gravemente um deles. No Norte, «começam a manifestar-se indícios de tentativas de paralisações e mesmo de marchas organizadas sobre Lisboa».

O assalto ao CT do PCP de Rio Maior foi, assim, o início, em grande, da vasta onda de violência contra-revolucionária e derrotas sucessivas de golpes anteriores.

Em 11 de Junho, o CT de Fafe era atacado à granada. Os Centros de Trabalho do Partido eram os alvos preferidos desta ofensiva. Em pouco mais de um ano, a seguir ao 25 de Abril, o PCP tinha mais de 400 CT's em todo o país, verdadeiros pólos da organização dos comunistas portugueses, e de mobilização da luta popular.

Em 19 de Julho é desmantelada uma vasta operação e desfeitas as ilusões de «ocupar a capital» com uma marcha que deveria reunir «meio milhão de pessoas». Em várias localidades são assaltados CT's, nomeadamente em Aveiro, que resis-



Uma casa reconstruída com o esforço de militantes e amigos do PCP em Rio Maior

concluído o acto de inauguração da nova sede dos comunistas em Rio Maior, a generalidade dos repórteres iniciaria uma improvisada conferência de imprensa, com perguntas sucessivas a Álvaro Cunhal, até o próprio entrevistado sentir necessidade de questionar os jornalistas sobre a eventual excessividade do número de perguntas feitas. A resposta de «o senhor doutor, não é excessivo porque há 18 anos que esperamos por uma oportunidade destas», não se fez esperar e, por entre os sorrisos dos presentes, o «bombardeamento» prosseguiu, para tentar satisfazer a curiosidade daqueles profissionais sobre o significado atribuído pelo PCP a esta inauguração.

Gente firme

Naturalmente, Álvaro Cunhal falará «da grande alegria que podemos sentir e que todos sentimos em estar aqui, em Rio Maior, na inauguração deste Centro de Trabalho», felicitando e saudando todos os camaradas e amigos «que deram uma contribuição, o seu apoio, o seu estímulo, mesmo o seu apoio moral» (e alguns não seriam sequer membros do Partido Comunista Português) para que aquela casa fosse construída, fosse aberto aquele espaço, «como uma marca de liberdade e democracia no concelho de Rio Maior».

«Este acontecimento, como outros que se repetem um pouco por todo o lado nas mais variadas esferas da nossa intervenção, demonstra que somos gente de convicções, gente dedicada, gente firme, gente que não se deixa abalar nem pelas pressões nem pelas ameaças, e que está firmemente convencida que o fundamental do seu ideal corresponde aos interesses do nosso país e do nosso povo e que acabará por ser realizado», diria o dirigente do PCP.

Já antes, numa intervenção com que se daria início a esta inauguração, Augusto Figueiredo, membro da Concelhia do PCP em Rio Maior, caracterizaria o novo espaço como um local aberto a todos aqueles que ali quisessem ir, aberto a ouvir opiniões, críticas, um local de debate e de trabalho em favor das populações da região. Também Álvaro Cunhal sublinharia esse aspecto, característico da actividade dos comunistas portugueses: «nós, os comunistas, entendemos a nossa acção não como uma acção distante do povo, mas uma acção que recebe do povo ensinamentos, experiências, que nos permitem definir a nossa própria orientação e os nossos próprios objectivos», diria o Presidente do Conselho Nacional do Partido.

No final seria descerrada uma lápide que anuncia para a posteridade a data de inauguração deste novo Centro de Trabalho e após um bebereute com doces e vinhos da região, seriam entregues a Álvaro Cunhal diversas ofertas para o Partido, constituídas por variadas peças de artesanato regional e um livro sobre uma das actividades tradicionais de Rio Maior: a salinagem.

te. No «Avante!» de 24 de Julho é publicado um mapa assinalando «os principais pontos onde a violência reacçãoária provocou incidentes». Ali se refere que o ataque começou em Rio Maior. E a escalada prosseguiu, com o incêndio do CT de Alcoçaba, o assalto e a destruição dos da Lourinhã, de Valença do Minho, de Ilhavo. Nos Açores, a sede do PCP em Ponta Delgada é atacada.

Outros Centros de Trabalho são entretanto assaltados - Minde, Matosinhos, Estarreja, Batalha, Vale de Cambra, Santa Cruz, Porto de Mós, Bombarral, Caldas da Rainha, Alcanena, Figueiró dos Vinhos.

Na madrugada de 30 de Julho, uma bomba é arremessada para o interior de uma casa, ao lado daquela onde residia o já falecido camarada Diniz Miranda, em Évora, destruindo o interior e ferindo pessoas que ali residiam. Registam-se entretanto incidentes em Sintra e Torres Vedras, é assaltado o CT da Trofa, há uma tentativa de assalto em São João da Madeira, explodem bombas em Fafe, são destruídos os CT's de Esmoriz e de Águeda.

Já em Agosto, a escalada terrorista alastra a Famalicão: vinte e duas horas de cerco ao CT do Partido, com palavras de ordem que diziam bem das intenções dos provocadores - «vamos queimar isto» e «morte aos comunistas». A resistência dos militantes entricheirados no Centro, porém, fez gorar os intentos dos fascistas. Assaltos aos CT's de Santo Tirso e de Póvoa do Lanhoso, de Vila Viçosa e de Monchique, a residências de democratas, a Câmaras, espancamentos, provocações, assinalaram mais este fim-de-semana do Verão quente. Uma grande manifestação em Évora mostrou aos fascistas e aos seus cúmplices a determinação popular contra a violência e pelo prosseguimento do processo revolucionário.

Em 10 de Agosto, o Comité Central do PCP, reunido, faz um balanço da ofensiva reacçãoária e apela a «um poderoso movimento de solidariedade para com as organizações e os militantes das zonas afectadas pela vaga terrorista».

Esse balanço refere os distritos mais afectados - Leiria, Aveiro, Braga, Santarém, Lisboa e Porto - e outros menos for-



Depois da inauguração, Álvaro Cunhal desloca-se a pé com o candidato da CDU (à esquerda) à Câmara de Rio Maior para o jantar onde se anunciarão as candidaturas da coligação



Ao cimo da Rua D. Fernando, na zona histórica de Rio Maior

Tradições democráticas

Os membros do Partido Comunista Português em Rio Maior insistiram várias vezes junto dos jornalistas em sublinhar a diferença existente entre os verdadeiros sentimentos que estão enraizados no povo riomaiorense, dos sentimentos que deram origem aos incidentes de 1975.

A recordação das ligações fundas do Partido com a região, e as velhas tradições democráticas desta, foram-nos diversas vezes demonstradas, com a recordação de episódios como o acontecido durante o fascismo durante as eleições em que participou Humberto Delgado: numa das mesas de voto em Rio Maior, dirigida por três pessoas, o então candidato fascista só teve dois votos, o que, para além de uma imensa derrota para os representantes locais do Poder de então, criou um profundo desânimo entre os homens da mesa, pois até um deles teria votado contra Américo Tomás!

Outra recordação foi divulgada pelo próprio Álvaro Cunhal, durante a improvisada conferência de imprensa que se seguiu à inauguração do novo Centro de Trabalho do PCP em Rio Maior: o facto de durante os anos 40 ter sido numa das freguesias do concelho, num local bem isolado no interior dos campos, que o próprio Álvaro Cunhal passou algum tempo da clandestinidade.

temente atingidos - Viana, Viseu, Castelo Branco, Bragança, Évora, Faro, Ponta Delgada e Angra do Heroísmo. Eleva-se a 25 o número dos CT's destruídos e incendiados, ou mais fortemente atingidos; outros, 12, também foram atacados.

Mas os militantes comunistas resistem heroicamente - refere o «Avante!» de 14 de Agosto, que também dá conta de novas violências - o incêndio do CT de Braga, o assalto ao CT de Viseu, o terrorismo à solta em Penafiel, Monção e Porto, o novo assalto ao CT de Fafe, que não tem êxito.

«Reconstruir os Centros! Auxiliar os camaradas!» eram as palavras de ordem do Partido no «Avante!» de 21 de Agosto. Por todo o país, um poderoso movimento responde vigorosamente à ofensiva. Mas esta persiste - aos tiros, os reacçãoários atacam o célebre comício do PCP em Alcoçaba e são rechaçados; nos Açores, a escalada violenta atinge o auge; no resto do país continuam a verificar-se os atentados anticomunistas.

Na semana seguinte, em Ponte do Lima, um camarada é assassinado no assalto ao CT. José Martins da Costa Lima cai em defesa das liberdades e do seu Partido. É incendiado o CT de Arcos de Valdevez, assaltado o de Amarante, entre outros.

Assaltos ou tentativas de assalto sucedem-se de Norte a Sul. Fafe, Peniche, Serzedo, Seia, Cascais e Esmoriz são referidos no «Avante!» de 28 de Agosto, que também dá nota do assalto ao CT de Bragança e dos comandos fascistas à solta em Leiria.

Mas, se o tempo é de resistência, é-o também de construção. Setembro começa com a inauguração de um novo Centro de Trabalho do Partido em Marvila. Outubro tem início com a ocupação do CT de Famalicão - cujas novas instalações recentemente foram inauguradas com a presença de Álvaro Cunhal.

Os comunistas resistiram à vaga de violência. Os Centros de Trabalho foram reconstruídos, outros inaugurados. O PCP, como a inauguração do novo CT de Rio Maior veio provar, no passado fim-de-semana, tem raízes fundas na sociedade portuguesa. E resiste e fortalece-se por ser um partido necessário ao presente e ao futuro do país.

O desemprego e uma entrevista do Secretário-Geral do PS

O Secretário-Geral do PS, António Guterres, deu recentemente uma entrevista (1) onde apresenta as soluções do PS para o problema do desemprego e, simultaneamente, discorre sobre outros importantes problemas sociais da actualidade, anotando as diferenças de diagnóstico e de remédios que o separam de Cavaco Silva.

Vale a pena uma reflexão sobre o tema da entrevista. Não só é a voz autorizada do principal responsável do PS, Partido necessário à convergência democrática para derrotar e substituir o governo de direita. São também os problemas decorrentes da profunda crise socioeconómica em que vivemos.

Ultrapassando a sua insistente e propagandística apropriação do projecto de criação de «um rendimento mínimo garantido» apresentado pelo Grupo Parlamentar do PCP em 7 de Maio de 1993, parece ser justo dizer que António Guterres não vai ao fundo dos problemas, não clarifica questões essenciais e tem esquecimentos imperdoáveis. Não consegue fazer a diferença bastante face a Cavaco Silva nas análises e soluções.

Tendo o presente texto o objectivo de analisar as causas do desemprego referidas por António Guterres, debruçar-nos-emos, em segundo artigo, sobre as soluções propostas.

As diferenças de diagnóstico face a Cavaco Silva

É certo, como António Guterres diz, que Cavaco Silva minimiza o desemprego. Coincidimos com António Guterres quando afirma que o desemprego é um problema «grave» e tem um «carácter estrutural». Razoáveis, mas claramente insuficientes, nos parecem, no entanto, as «três causas fundamentais» apontadas como razão do desemprego. Sobretudo, incoerentes e desajustadas, face ao «carácter estrutural» que António Guterres lhe atribui. Vejamos.

A primeira causa indicada por António Guterres (o que penso nada querer dizer na sua consideração da hierarquia de responsabilidades) é «a recessão internacional».

Como refere o próprio António Guterres, Cavaco Silva também o diz, atribuindo-lhe contudo o peso decisivo, o grosso das responsabilidades pelo desemprego (e crise) em Portugal. A diferença de António Guterres para Cavaco Silva é uma diferença de grau, uma valorização diferente das consequências da crise das economias capitalistas desenvolvidas em Portugal. O serem inegáveis essas consequências negativas, não parece que possam ser responsáveis pelo carácter estrutural do desemprego em Portugal (como adiante se procura demonstrar).

A segunda causa apontada é «a aplicação continuada, nos últimos três anos, de uma política cambial e monetária de asfixia da economia real e das empresas». Sendo acertada a afirmação, também aqui a diferença de António Guterres para Cavaco Silva não é de fundo. Como diz o próprio António Guterres, não é «defensor de uma política sistemática de desvalorização competitiva» e a «diferença em relação ao Governo é uma diferença de grau» (sublinhado meu). Mas duvida-se que essa política seja uma «causa estruturante», decorrente como é de uma situação conjuntural no quadro de uma opção de política económica deliberada (a convergência nominal) no quadro das imposições de Maastricht, que António Guterres claramente subestima. Acrescenta-se que Cavaco Silva e o seu Governo têm consciência exacta do significado das suas políticas cambial e monetária restritivas. O que a avaliam é como instrumento «saneador» da economia, das más empresas, das não competitivas.

A terceira causa a que António Guterres atribui responsabilidades pelo desemprego é «o esgotamento do modelo de crescimento baseado em salários baratos». Cavaco Silva não dirá nada de diferente mas retorquirá que não se passa desse «modelo» para um «modelo» de elevada qualificação e maior retribuição da mão-de-obra, da noite para o dia.

Mas será essa uma causa fundamental do acelerar no presente ano do desemprego em Portugal?

Serão as elevadas taxas de desemprego de outros países da Comunidade Europeia (CE), França, Alemanha, Espanha, consequências do esgotamento de «modelos de salários baratos»? A acreditar nos textos da Comissão da CE, será mesmo o desemprego o resultado de não ser a Comunidade um modelo de mão-de-obra suficientemente barata...

Ou, pelo contrário, a taxa de desemprego, ainda relativamente baixa (mesmo sem contabilizar as manipulações estatísticas de Cavaco Silva), no contexto comunitário, não resultará exactamente de que não se esgotou esse «modelo de mão-de-obra barata»? «Modelo» que certamente Cavaco Silva e a Comunidade pretendem perpetuar quando preconizam a moderação salarial (também para Portugal) e a flexibilização do mercado (da força) de trabalho. Entende António Guterres que é possível o que refere como «outro modelo de crescimento assente noutro tipo de vantagens comparativas», numa economia débil como a portuguesa, situada na periferia do importante e poderoso centro capitalista que é a Comunidade, com a lógica de recuperação monopolista e os constrangimentos da adesão a imporem a manutenção de um papel subalterno na divisão internacional do trabalho, ou seja, um «modelo de mão-de-obra barata»?

António Guterres aborda contudo, neste ponto, uma questão estrutural - o «modelo salarial». É pena que o faça de forma superficial, com lugares-comuns que Cavaco Silva não desdenharia. Sobretudo porque, depois de constatar o «esgotamento do modelo» se fica pela generalidade da proposta de outro «modelo de crescimento», a que acrescenta (como lhe sublinha o entrevistador) o que toda a gente diz, a «mão-de-obra mais qualificada», «mais capacidade tecnológica nacional»...

Sendo certo que tem razão ao dizer que Cavaco Silva diz mas não faz, deveria ser António Guterres mais explícito em mostrar como pensa operar a passagem de um «modelo» a outro. Com que estruturas económicas? Com que orientações estratégicas? Com que forças políticas e sociais?, no quadro «apertado» da integração comunitária comandada por Maastricht.

Isto é tanto mais necessário quanto este «modelo de mão-de-obra barata» é o «modelo» que o PS ajudou a moldar e que a adesão europeia consolidou!

As nossas maiores interrogações relativamente às causas invocadas por António Guterres são, contudo, outras. Porque essas causas, influenciando no aprofundar e progredir do desemprego em Portugal, não explicam a natureza do fenómeno «desemprego», que António Guterres diz ser estrutural.

Há que ir ao cerne das questões sem cair em raciocínios esquemáticos e simplistas, em formas redutoras da evidente complexidade dos fenómenos.

Caso contrário, toda a reflexão se envolve em profundas contradições (o que acontece com António Guterres) ou chega... às conclusões de Cavaco Silva e Braga de Macedo!

António Guterres esteve perto de uma causa estruturante, mas não foi até ao fim. O «modelo» (baseado em) «salários baratos», esgotado «pelas alterações decorrentes da mundialização da

vimento do Terceiro Mundo. À medida da crescente força económica do bloco Novos Dragões Asiáticos, «modelos de mão-de-obra barata», ainda na área órbita económica do Japão, e onde desponta um quarto grande pólo económico, a China.

Se hoje temos as transitórias vantagens (?) do «modelo» escolhido, de que são exemplo quase único os fundos estruturais, temos os inconvenientes de tal «modelo» e do(s) processo(s) que o originaram. Estão no «modelo» e no(s) processo(s) as causas que determinam estruturalmente o desemprego em Portugal. São estas causas que António Guterres esquece ou subestima.

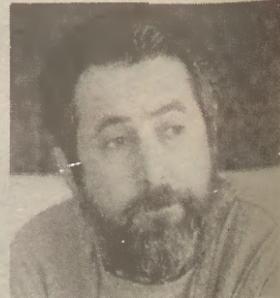
As responsabilidades do(s) processo(s) de recuperação capitalista e monopolista no desemprego

Não é possível de facto esquecer, na presente aceleração do desemprego em Portugal, as responsabilidades dos processos de recuperação capitalista e latifundista, de recuperação monopolista, na destruição do aparelho produtivo português e consequente liquidação dos postos de trabalho.

Nos últimos anos, a expansão do «terciário» permitiu absorver alguma da mão-de-obra disponibilizada no sector produtivo e o grosso da que chegava pela primeira vez ao mercado da força de trabalho.

As privatizações, a destruição da Reforma Agrária e ataques à pequena e média agricultura, a penetração (nas condições em que foi feita) do capital estrangeiro, a especulação financeira e imobiliária, a falência de pequenas e médias empresas comerciais e industriais, a política de baixos salários e as consequências da integração na CEE, debilitaram, fragilizaram e arruinaram inúmeras unidades de base produtiva nacional - agricultura, pescas, indústria extractiva e transformadora. O resultado global e final é um volume de desemprego (e pré-reformados), não só incapaz de ser «digerido» pelo crescer dos serviços, como factor de travagem do seu próprio desenvolvimento e contribuinte líquido no agravamento dos problemas da Segurança Social.

Os últimos dados evidenciam que em 1993 também no sector de serviços o emprego deve cair...



AGOSTINHO LOPES
Membro da Comissão Política

Ultrapassando a sua insistente e propagandística apropriação do projecto de criação de «um rendimento mínimo garantido» apresentado pelo Grupo Parlamentar do PCP em 7 de Maio de 1993, parece ser justo dizer que António Guterres não vai ao fundo dos problemas, não clarifica questões essenciais e tem esquecimentos imperdoáveis.



economia e da abertura dos mercados europeus», variante do modelo capitalista, é o modelo do capitalismo português, reconstituído após os anos da Revolução de Abril, 74 e 75, por um processo acelerado de concentração e centralização do capital, e consolidado, como atrás referimos, no quadro da integração europeia, instrumento daquele processo.

Modelo que se esgota à medida que desaparecem as «almofadas» preparatórias e protectoras da adesão (fundos, prazos, derrogações de disciplinas comunitárias, barreiras aduaneiras) e se avança para a integração plena, isto apesar dos milhões e milhões de contos dos fundos estruturais. À medida que se multiplicam as contradições (crises) do processo de expansão do capitalismo monopolista multinacional, concentradas actualmente nos pólos da tríade do capitalismo desenvolvido (EUA, CE, Japão). Contradições e ondas de choque provenientes da desagregação do bloco socialista e da agudização dos fenómenos de subdesenvol-

A responsabilidade do «modelo de baixos salários» no desemprego

Sabendo-se que António Guterres não tem «Marx no coração», não será de estranhar que desconheça um «defeito» estrutural do «modelo»: o exército dos desempregados (o «exército industrial de reserva», nas palavras de Marx). «Modelo» que fez, e faz, da força de trabalho humano uma «mercadoria». E ainda que na opinião de J. Delors, não seja «uma vulgar mercadoria», é conforme a sua natureza, ser mais ou menos procurada, mais ou menos oferecida, segundo as leis do mercado. O que significa, sempre que a procura é inferior à oferta, haver desemprego. E os sistemas socioeconómicos, construídos sobre o modelo capitalista, sempre encontraram os meios e as formas de terem, em geral, no mercado da força de trabalho, um excesso de oferta, um excesso de mão-de-obra.



Isto é essencial para o controlo do custo desta mercadoria «especial» e essencial ao funcionamento do modelo. É dos livros: quando não havia mais mercadoria nas redondezas da fábrica ia-se buscar mais uns trabalhadores à aldeia ou implantava-se uma fábrica noutra região. Depois de esgotada a mercadoria do sexo masculino, foi-se buscar a do sexo feminino. Quando não havia mais mercadoria no País «importava-se» alguma das colónias ou países da periferia. Quando a «elasticidade» desta mercadoria se esgotou ou ganhou defesas bastantes (organização) numa dada região, num dado continente... aí temos «a deslocalização» e lá vai o capital, sempre, sempre, na procura de mão-de-obra barata, para a algum país da Ásia, que depois se transforma em Dragão...

O «modelo de mão-de-obra barata» que António Guterres contesta é uma variante do modelo de mão-de-obra/mercadoria, mais ou menos cara...

É da realidade económica do nosso século a permanente coexistência de países com «modelos de mão-de-obra barata», e países com «modelos de mão-de-obra cara».

Mas, nos dias que correm, há novidades na forma como o «modelo» se adapta (é gerido conforme) às estratégias e aos interesses dos grupos capitalistas multinacionais (e nacionais) para maximizar a taxa de lucro e a rentabilidade dos seus investimentos, no contexto da profunda revolução científica e tecnológica dos nossos dias e da globalização dos mercados, incluindo o da força de trabalho.

Hoje, como ontem, uma das causas estruturais do desemprego é a aplicação de novas tecnologias (mais produtividade, menos trabalhadores) segundo a óptica do capital. Não são as novas tecnologias em si que provocam desemprego e a precariedade. São as novas tecnologias aplicadas segundo os interesses do capital. As perturbações nas cadeias produtivas, os disfuncionamentos ou faltas de perfis profissionais ligados aos novos processos tecnológicos não são um dado inalterável...

Mas hoje estamos perante uma intervenção, generalizada e sem precedentes, das «novas tecnologias» na produção e nos serviços.

As elevadas produtividades conseguidas pelas novas máquinas, os novos materiais, as novas organizações do trabalho, provocam outra novidade no «modelo»: uma parte significativa do exército de desempregados encontra-se permanentemente excluída do emprego, o assinalado fenómeno do desemprego de longa duração ou desemprego estrutural, que exerce, apesar disso, uma significativa pressão sobre o mercado de trabalho e os salários. A dimensão deste problema pode ser avaliada pelos objectivos da Iniciativa para o Emprego da Comissão: até ao ano 2000 reduzir a metade o número de desempregados!

Outra causa do desemprego na Europa, assente na mesma lógica, é a já referida «deslocalização»: a migração do capital em busca de mão-de-obra barata. Portugal beneficiou (!?) até hoje desse fenómeno, precisamente enquanto «modelo de baixos salários». E também hoje começa a falar-se como solução para a indústria têxtil portuguesa, tendo já experiências em curso a Riopelle e a Foncar. Temos também o exemplo recente em que a Escócia ganhou a fábrica de aspiradores da Hoover, que a França perdeu, e esta ganhou a fábrica de chocolates da Nestlé, que a Escócia perdeu.

Mas a preocupação hoje dos responsáveis políticos europeus, obrigados a encontrar as formas para, dentro do «modelo», compatibilizar os interesses dos grupos multinacionais com a coesão do tecido social - diz Delors «limitar a pressão do mercado ao que é socialmente aceitável» - é a deslocalização para a Ásia e outros países de mão-de-obra barata, adaptável ao trabalho industrial e às novas tecnologias.

As deslocalizações vão prosseguir, conhecidos os problemas de racismo, xenofobia, crispação no tecido social, etc., que a presença de um «proletariado externo», mas residente, está a causar por toda a Europa.

Uma terceira causa, também estrutural, interna do «modelo», é a crescente e brutal «financeirização» da economia mundial. A enorme massa de capitais financeiros e

especulativos em circulação ao longo dos mercados mundiais, desequilibrando, desajustando, desarticulando economias, aproveitando do negócio financeiro e esquecendo o negócio produtivo. Estas gigantescas operações também nos apanharam ao longo deste ano obrigando o Banco de Portugal a gastar dezenas de milhões de contos na sustentação do escudo. E não se faça dos especuladores os maus da fita porque, como diz alguém, eles são os melhores intérpretes (conhecem a partitura de cor) do sistema...

António Guterres não pode falar do desemprego em Portugal esquecendo os processos centrais do «modelo» que suporta a economia europeia e a economia mundial, e que a Internacional Socialista (IS) apoia, responsáveis pelas causas mais gerais do desemprego em Portugal. Como não pode esquecer as causas que estruturam a especificidade do desemprego português. Sob o risco de não acertar com as respostas.

É inclusive na compreensão das causas estruturais, gerais e específicas, do desemprego (que determinam o seu carácter estrutural) em Portugal, que é possível compreender melhor o efeito das duas primeiras causas referidas por António Guterres.

A influência reconhecida da «recessão internacional» no acelerar do desemprego em Portugal é inteiramente compreensível no quadro da acentuada dependência e vulnerabilidade da economia portuguesa, decorrente da crescente, dominante e determinante posição do capital multinacional e do afunilamento das relações económicas externas. A «dependência e vulnerabilidade» nunca têm contrapartidas ao nível da solidez e densificação do tecido produtivo, do avanço das novas tecnologias, etc. Assinale-se o evidente paradoxo (ou talvez não) de quem, como a direita e o PS, defendeu a adesão de Portugal à CEE, entre outras coisas, pelo mercado de 300 milhões de consumidores que estavam disponíveis para os nossos produtos (mais empregos) e agora fala, como Cavaco Silva nas «Opções de Estratégia para o século XXI», na «exploração mais intensiva de oportunidades nas franjas mais dinâmicas do mercado europeu»!!! (sublinhado nosso).

É também coerente com a defesa do processo de recuperação monopolista e do «modelo», a política cambial e monetária de Cavaco Silva. Tal política não se deve a um acto de mal ou bem querer, ou teimosia de Cavaco Silva ou a uma daquelas gaffes humorísticas de Braga de Macedo. Tal política é um instrumento ao serviço de determinados, e bem conhecidos interesses e estratégias dos grupos monopolistas portugueses (o que perdem na indústria ou agricultura ganham-no na banca ou na bolsa) e capital multinacional. **Ao serviço de interesses de classe.**

Não bastam votos piedosos para mudar esta política. É necessária uma opção firme por outro «modelo», correspondente ao figurino constitucional português, e que, partindo da realidade portuguesa, centrada nos meios e recursos do País, voltada para a Europa e o Mundo, em torno de uma efectiva cooperação entre os povos, possa concretizar os objectivos que António Guterres diz serem os do PS, para os portugueses.

(1) Entrevista no jornal «Público», de 17 de Setembro de 1993.

«Vacas loucas» peste suína africana e brucelose

O sector da produção de carne no nosso país vive um momento verdadeiramente caótico: privatização de matadouros a resultar em fracasso, epidemias como a das «vacas loucas», peste suína africana ou brucelose, situações dramáticas de ruína financeira em produtores e pastores, à espera de indemnizações que tardam, a ter de lidar com elevados custos de produção e a concorrência injusta de carne importada. Nos últimos dias as redacções dos jornais encheram-se com notícias das lutas dos suinicultores, elementos de um sector de actividade que emprega milhares de pessoas no nosso país.

Para além da espectacularidade das formas de luta adoptadas pelos suinicultores (por vezes com acções de algum destempero, só justificado pelo sentimento de verdadeiro desespero que se espalha entre aqueles produtores), o interesse noticioso surgiu acrescido pela proibição decretada pela Comunidade Europeia de exportação de carne de porco portuguesa, devido à inépcia da acção governamental em irradiar focos de peste suína africana.

Os suinicultores desde há muito que se debatem com graves problemas económicos e, antes da decisão da Comunidade Europeia, tinham-se já manifestado, com o apoio da CNA - Confederação Nacional da Agricultura - no Montijo, Alcobaça e Porto de Mós. A grande quebra dos preços à produção (num ano cerca de 35 por cento); o aumento constante dos custos com rações, medicamentos, electricidade e outros factores de produção; a invasão do país com importações, sem controlo, de carne de porco a preços tais que fazem indiciar a sua má qualidade alimentar, são factos que criaram nos últimos meses situações de pré-ruptura ou mesmo ruptura financeira em muitos suinicultores.

Após a decisão da Comunidade, o Governo, apelando a um tardio sentimento de patriotismo ofendido, decide proibir as importações de carne de porco, tentando fazer voltar «o bico ao prego»: o argumento apresentado é que em Portugal existe a peste suína africana provavelmente por culpa dos porcos estrangeiros que entram no nosso país...

Aliás, um documento da Ordem dos Médicos Veterinários responsabilizou o Governo pela medida da Comissão Europeia de suspensão temporária da exportação de suínos, por ter ignorado «com olímpico desprezo» as anteriores recomendações comunitárias numa «reiterada atitude de sobrançeria e menos cuidado» relativamente às recomendações de combate à peste suína africana das missões anteriormente enviadas a Portugal pela CE.

A Ordem dos Veterinários fez mesmo um paralelo com o que se passou com o caso das «vacas loucas», cujo tratamento governamental é qualificado de «desastroso», o que terá levado os restantes parceiros da Comunidade e a Comissão Europeia a voltar a manifestar uma «atitude de desagrado» perante a «inépcia» das acções de «profilaxia e policia sanitária» neste caso da peste suína africana.

A Ordem considera que a notificação obrigatória dos restantes países comunitários, do foco primário da doença, «foi mais do que tardia» e tudo isto aumenta a «descredibilização da administração nacional».

Mas aí à porta estarão a bater outros problemas similares: quanto à brucelose, a título de exemplo e partindo de dados recentemente divulgados num alerta lançado pela Associação de Pastores Transmontanos, refira-se que num universo de 420 mil animais rastreados na região do nordeste do país, mais de 21 mil estavam infetados com a doença, ou seja, mas de cinco por cento, contra a média nacional de 2,8%. Os casos já detectados de febre de malta em seres humanos são absolutamente preocupantes: passou-se de 149 em 1986 para 230 em 1992.

Estes números podem nem sequer revelar no seu todo a grandeza e dramaticidade das epidemias que graçam na região transmontana, sem que, inexplicavelmente, o Governo defina um plano regional de saneamento e aplique medidas sanitárias de despiste dos focos existentes, tal como foi por diversas vezes exigido pela Associação de Pastores. Para estes, para além do alastrar das epidemias, vai aumentando o volume de problemas: milhares de contos são-lhes devidos pelos Parques Naturais para compensar as perdas causadas pela protecção ao lobo ibérico, não são cumpridos os regulamentos da Comunidade no que diz respeito a matérias compensatórias, autarquias tentam aplicar posturas que cerceiam o direito ancestral ao pastoreio e trânsito dos gados, uma actuação pouco transparente do IROMA sobre os animais destinados a abate sanitário, que leva a referida Associação a falar em «prenúncio de actos de candonguice».

Serviços de Informações — abusos e ilegalidades

■ João Amaral

O denominado Sistema de Informações da República Portuguesa (SIRP), criado por lei de 1984, prevê a existência de três Serviços de Informações: o Serviço de Informações Estratégicas de Defesa (SIED), o Serviço de Informações Militares (SIM) e o Serviço de Informações de Segurança (SIS).

O SIM corresponde na prática à permanência da DINFO (a Divisão de Informações do Estado Maior General das Forças Armadas). O passado não foi brilhante. Por exemplo, as ligações provadas em tribunal, entre a DINFO e o GAL (o grupo terrorista criado pela polícia espanhola para se opor à ETA), incluindo o massacre terrorista de um bar em França (onde até uma criança de quatro anos é baleada), mostraram um modelo de actuação totalmente ilegal e antidemocrático.

O SIED, apesar de regulamentado pelo Decreto-Lei n.º 224/85, nunca foi criado na prática, acumulando o SIM as respectivas funções.

Quanto ao SIS, em funcionamento no ano de 1986, com a nomeação para director do antigo funcionário da administração colonial Ladeiro Monteiro que, entre outras funções, tem no seu currículo a de ter pertencido a um serviço de centralização e coordenação de informações, criado em Angola em 1961 e integrado no aparelho colonial de repressão dos movimentos de libertação.

Nestes escassos anos desde que foi aprovada a criação do SIRP, os serviços de informações já acumularam um significativo historial de abusos e desvios de funções.

Alguns dos casos estarão porventura já esquecidos. Refiram-se as acções de vigilância sobre o Procurador-Geral da República realizadas pela DINFO. Refiram-se as acções de vigilância sobre o Presidente do Tribunal de Contas numa altura em que este determinou uma auditoria ao SIS. Refiram-se o inquérito do SIS aos concorrentes em determinado lugar em Bruxelas.

Mas são os casos mais recentes que têm chamado a atenção da opinião pública. As notícias, relatando acções de vigilância sobre sindicalistas, estudantes e agricultores, puseram em evidência que a actividade do SIS, certamente sob directivas do Governo, se dirige crescentemente contra a oposição social às políticas governamentais.

O caso mais escandaloso vindo a público foi o da infiltração de um agente do SIS, que era simultaneamente estudante da Faculdade de Direito de Lisboa, na Direcção da respectiva Associação de Estudantes.

Estas acções são claramente ilegais e condenáveis a todos os títulos. Mas o tratamento dado à matéria por alguns comentadores e nalgumas notícias tem, voluntária ou involuntariamente, estabelecido confusões inaceitáveis e que devem ser devidamente esclarecidas.

As acções de vigilância e infiltração do SIS sobre movimentos sociais que se opõem às políticas governamentais estão devidamente provadas pela própria confissão pública do ministro Dias Loureiro e numa entrevista concedida ao *Diário de Notícias* pelo próprio Ladeiro Monteiro. Aí, o Director do SIS não só confirma os factos, como provocatoriamente pretende «justificá-los», explanando uma visão toalitária e ilimitada do campo de actuação do SIS.

Só que a lei exclui explicitamente essa visão. Fá-lo o artigo 21.º da Lei n.º 30/84, que reserva para o SIS a produção de informações para «garantir a segurança interna e necessária a

prevenir a sabotagem, o terrorismo, a espionagem e a prática de actos que, pela sua natureza, possam alterar ou destruir o Estado de direito democrático». E, quanto à segurança interna, o n.º 3 do artigo 1.º da Lei n.º 20/87, que explicita que as medidas previstas na Lei de Segurança Interna «visam especialmente proteger a vida e a integridade das pessoas, a paz pública, e a ordem democrática contra a criminalidade violenta ou altamente organizada, designadamente sabotagem, espionagem e terrorismo».

Estamos pois no domínio do ilícito penal, da alta criminalidade. Quando o SIS, com ou sem orientação governamental, passa deste tipo de actividade para a vigilância e infiltração em organizações perfeitamente legais, que, no uso dos seus direitos constitucionais e por meios legal e constitucionalmente garantidos, desenvolvem acções de oposição às opções político-partidárias do Governo, então passa a actuar como um serviço de informações políticas, para uso do Governo do PSD contra aqueles que legitimamente se lhe opõem.

É nesse sentido que se pode falar de uma «polícia política». Não se afirma que se trata de uma nova PIDE. Esta era um sustentáculo de uma ditadura e detinha poderes para prender e para fazer investigação criminal. O SIS não tem esses poderes, nem o regime é uma ditadura. Mas é legítimo perguntar: com o SIS no caminho da ilegalidade, ao serviço das opções político-partidárias do Governo, transformado num serviço de informações políticas, está-se ou não no caminho de um autoritarismo antidemocrático, com a perseguição aos opositores do PSD e do seu Governo?

Houve quem dissesse (António Barreto, no *Público*) que formulando o PCP estas acusações, cabia-lhe o encargo de as provar. Não é necessário, como se viu: os factos estão confessados. Mas, se o não tivessem sido, face às notícias, o que é que se esperava, que fosse um partido político a investigar o que se passava dentro do SIS? Tarefa impossível!

O que seria de esperar era uma actuação rápida de órgãos independentes com poderes para uma investigação completa, tendente à reposição da legalidade.

Só que essa capacidade de fiscalização não existe.

O órgão com essa missão específica é o Conselho de Fiscalização dos Serviços de Informações (CFSI). Eleito pela Assembleia da República, o Conselho é constituído por três membros, na composição actual indicados pelo PSD, PS e PRD.

Mas o CFSI não dispõe de poderes próprios suficientes. A Lei só lhe garante a possibilidade de analisar os relatórios que anualmente os próprios Serviços de Informações lhe apresentam, e os esclarecimentos suplementares deve o Conselho pedi-los via ministro!

O actual Conselho obteve do ministro autorização para requerer directamente ao SIS elementos e informações. Assim será. É uma situação a título de «favor» e por isso precária. E não adianta nada de significativo, já que o Conselho continua a não ter acesso directo à actividade do SIS, ficando condicionado àquilo que este lhe fornece. É sempre informação «trabalhada» e filtrada. Conhecida a capacidade de dissimulação e encenação dos serviços secretos, qual a veracidade de elementos fornecidos pelos próprios Serviços? Nenhuma.

Enquanto não tiver poderes de inspecção, sem pré-aviso, o Conselho não pode realizar qualquer fiscalização credível.

Neste estado de coisas, o Conselho não pode realizar relatórios conclusivos e muito menos «ilibar» seja quem for. Seria induzir em grave erro fazer supor ao país que o Conselho dispõe de poderes eficazes. Conclusões em que o Conselho absolvesse o SIS sem deter poderes reais de fiscalização que lhe permitam fazê-lo, constituiriam um facto gravíssimo e inaceitável.

Assim, sem fiscalização eficaz, o SIRP, sob a batuta do Governo, e em especial do Primeiro-Ministro e ministros da Administração Interna e da Defesa, vai acumulando abusos e ilegalidades.

A não criação do SIED e a entrega das suas funções ao SIM é um ilegal acumular de funções de informações que a Lei não permite nem queria, já que a previsão de três serviços distintos obedeceu ao propósito de evitar uma indesejável concentração de informações.

O SIM faz uma leitura alargada das suas competências mantendo com uma larga zona de sobreposição com o SIS, isto é, com domínios da segurança interna. Até que ponto? Conhecidos os abusos e ilegalidades cometidos pelo SIS, actuará o SIM no mesmo sentido? Contra que «inimigos internos»? Sem inspecções, não será possível desfazer estas dúvidas. A situação é, aliás, particularmente grave no que toca à informática. O SIM não tem (ou não relata ter) um banco de dados próprio. Utilizando o sistema informático do Estado Maior (ou então utilizando equipamento próprio que tenha adquirido), o SIM organiza um banco de dados, sem previsão legal e sem nenhuma espécie de controlo. É isto aceitável?

O PCP definiu com clareza a sua posição em relação ao que se passa nos Serviços de Informações. Denunciamos as ilegalidades e os abusos. Propusemos a realização de um inquérito parlamentar sobre as actuações do SIS contra estudantes, trabalhadores e sindicalistas. Apresentamos um projecto de lei para reforçar as competências do Conselho de Fiscalização, permitindo-lhe a realização de inspecções sem pré-aviso, e também para alargar a sua composição a elementos propostos pelos quatro maiores partidos.

Não desenvolvemos, como alguns dizem, qualquer «cruzada» contra o SIS. O que visamos é a defesa da legalidade democrática e dos direitos dos cidadãos, contra os abusos e ilegalidades que vêm sendo cometidos.

Dizem outros que não há queixas dos cidadãos. Como não de aparecer essas queixas, se o SIS desenvolve a sua actividade com um secretismo não controlado? Como não de os cidadãos queixar-se se nem sequer o órgão encarregado da fiscalização pode saber o que andam os serviços a fazer efectivamente?

Da nossa parte, não aceitamos de braços cruzados este resvalar para «polícias políticas» ao serviço do Governo e das suas opções político-partidárias. Não aceitamos a infiltração e vigilância contra as oposições sociais e políticas, que se manifestam legitimamente e no quadro da Constituição e da Lei.

Outras vozes se levantaram. Manuel Alegre disse a um semanário que «é preocupante que o SIS ande a fazer relatórios sobre movimentos sindicais e estudantis». Chega dizer isto? A todos os que lutaram pela democracia, a todos os que querem uma democracia de corpo inteiro e não uma «democracia vigiada», fica este alerta. É tempo de dizer basta. É tempo de actuar!



As mentiras de Guterres no Concelho de Almada

A estratégia eleitoral do PS está a trilhar caminhos excessivamente sinuosos, ao responsabilizar as gestões CDU por problemas que o Partido Socialista sabe tão bem serem da competência do Poder Central, que o seu próprio Grupo Parlamentar o denuncia na Assembleia da República. A semana passada António Guterres, secretário-geral do PS, deslocou-se a Almada acompanhado do seu candidato Marques da Costa e desatou a acusar a gestão da CDU pela degradação da zona ribeirinha, por problemas de emprego, falta de segurança, pelas carências de habitação social, pelos problemas das acessibilidades a Lisboa. O tiro saiu-lhe pela culatra: a CDU de Almada convocou de imediato uma conferência de Imprensa, onde António Guterres e o "forasteiro Marques da Costa" (um candidato que é do Minho e nunca viveu em Almada) ouviram o que não queriam - não apenas a desmontagem, com factos, das suas invectivas, como a acusação nua e crua da responsabilidade do PS em vários dos problemas que afligem a bela cidade da Margem Sul. Quem anda à chuva, molha-se...

A conferência de Imprensa da CDU foi convocada para um restaurante localizado, precisamente, na zona ribeirinha e foi lá que **Maria Emília Sousa**, presidente da Câmara e, de novo, candidata ao cargo, desmontou com precisão quase cirúrgica as acusações do PS. Acompanhavam-na na mesa **José Manuel Maia**, do PCP, vice-presidente da Assembleia da República e presidente da Assembleia Municipal de Almada, **Jorge Pires**, o membro do Comité Central do PCP responsável pela zona, e **João Geraldes**, da ID e candidato à AM de Almada.

Após responsabilizarem directamente o PS por desmandos cometidos no Concelho de Almada por iniciativa directa de governos e autarcas socialistas (ver caixa), Maria Emília Sousa e os elementos da CDU presentes desmontaram o cinismo das acusações do secretário-geral do PS, perguntando:

"Quem não sabe que a responsabilidade pela segurança de pessoas e bens pertence ao Governo, nomeadamente ao Ministério da Administração Interna?"

"Quem não sabe que a resolução dos problemas com a habitação social é uma responsabilidade do Governo, como tem sido unanimemente afirmado pelas autarquias locais e reafirmado pelo presidente da Associação Nacional dos Municípios Portugueses, por sinal militante do PS?"

"Quem não sabe que as ligações a Lisboa são da responsabilidade do Ministério das Obras Públicas, a cujo ministro foram apresentadas pela presidente da Câmara soluções de curto e médio prazo, passando pelo transporte rodoviário, fluvial e ferroviário?"

Pelos vistos, apenas o PS *finje* não saber, e *finje* tão completamente que é ele próprio a afirmar tudo isto na Assembleia da República, fazendo coro com o PCP na denúncia da escandalosa política de responsabilização das

O PS que responda...

Desmascarando frontalmente a suposta «preocupação» do PS com a vida e os problemas de Almada, a CDU apontou o dedo e denunciou o que, **de facto**, o PS fez contra esta cidade da margem Sul e os seus habitantes. O PS que responda... e se justifique.

- Foi exactamente no tempo dos Governos do Partido Socialista que fechou a Parry & Son, a Sociedade de Reparações de Navios e a Companhia Portuguesa de Pesca, na zona ribeirinha de Almada, arrastando para o desemprego largas centenas de trabalhadores e para a degradação as instalações fabris que os acolhiam diariamente.

- Foi o PS, enquanto Governo, que autorizou a instalação da Silopor na Trafaria.

- Foi, recentemente, o PS que de uma forma vergonhosa procurou ajudar o Senhor José Manuel de Melo ao despedimento de mais de 4000 trabalhadores da Lisnave quando, através dos seus eleitos locais tentou vincular o Município ao compromisso de viabilizar na Lisnave uma operação imobiliária altamente especulativa que rendesse os trinta milhões de contos pretendidos pelo Senhor Melo.



Momento da construção da alternativa à estrada nacional N.º 10 — uma obra que o Governo devia fazer e não fez...



Um trabalho à vista

«Afinal o líder do PS, António Guterres, e o candidato Marques da Costa não encontraram em Almada insuficiências da gestão CDU conforme pretendiam, mas antes os resultantes negativos da sua própria política, quer enquanto Governo quer enquanto oposição», acusou a presidente da Câmara Municipal de Almada, Maria Emília Sousa, acrescentando de imediato: «Terão concluído, pese embora o não reconheçam publicamente, que a sua política de sistemática obstrução à gestão local em Almada nestes últimos quatro anos não deu os frutos esperados, pois a grandiosa obra da CDU está à vista e é bem

conhecida e sentida pelos almadenses que, por isso, se preparam para reeleger de novo a CDU, e com maioria absoluta. Porque não acreditam em "pára-quedistas" e sabem que só a vitória da CDU é garantia da vitória de Almada e das suas cores».

E como contra factos não há argumentos que se aguentem, a presidente da Câmara Municipal de Almada apontou de seguida diversas obras e iniciativas em áreas que **não são da competência das autarquias mas do Poder Central**, e que a Câmara tomou em mãos à vista de toda a gente: Só o PS «não vê»...

Apenas alguns exemplos

Está em curso, para a zona Ribeirinha, um processo de cooperação com os proprietários com vista à revitalização e reconversão da mesma, na base das definições do Plano Director Municipal já elaborada.

Foi dado um terreno Municipal ao Ministério da Administração Interna para a construção em Almada das novas instalações da Divisão da Polícia de Segurança Pública e disponibilizados outros terrenos para a construção de esquadras em vários locais do Concelho. Foi reclamado o aumento de efectivos policiais e o reforço da frota para a PSP.

Desenvolvem-se programas de intervenção social articulada nos Bairros Sociais, envolvendo as

Autarquias, os serviços e a população organizada.

Está em curso um programa de 600 fogos de habitação social de promoção autárquica e em preparação um novo programa de mais 1500 fogos.

As acessibilidades no interior do Concelho estão a ser consideravelmente melhoradas com a construção de 14 km de novas estradas e cerca de uma dezena de viadutos desnivelados, estando ainda em implementação as soluções de um estudo de circulação e estacionamento para todo o Concelho, entretanto efectuado.

Entretanto, quem não sabe que a 5ª Via na Ponte 25 de Abril foi ideia avançada pela actual Presidente da Câmara de Almada, e que também, contra a opinião do PS e do Governo, ergueu a voz a favor da população do Concelho, defendendo uma rede de metropolitana em Almada e Seixal com ligação fina a Lisboa pela Ponte 25 de Abril?

Uma referência ainda para o Parque de Ciência e Tecnologia, o Pólo Tecnológico para o Aperfeiçoamento do Processo Produtivo, a Zona Industrial do Município, a definição de vastas áreas para o Terciário Superior para empreendimentos turísticos, que representam um conjunto de projectos e opções de planeamento «que não-de dar lugar à criação de mais emprego no Concelho de Almada, se a política económica do Governo o não impedir», como sublinhou Maria Emília Sousa.



Uma moderna ETAR do Concelho de Almada, feita pela Câmara

Vocabulário alternativo para a Crise na Rússia

■ José Manuel Jara

A palavra é um grão de consciência para quem pensa, um eco para quem repete, um gesto expressivo para quem grita, um sinal para quem obedece ou copia. Haverá melhor momento do que uma aguda crise política para reflectir sobre o valor das palavras, moeda de alta cotação no mercado, ou mísera migalha? Quantos rublos vale um dólar? Ontem, hoje, amanhã? Quanto valem as palavras «comunista», «sovietes», «democrata», «revolucionário», «capitalista», «fascista», «ditadura» e «ditador»? Onde está a verdade, onde está a mentira?

Golpe, revolta, golpe

Começamos pelo golpe propriamente dito, ou, como titula a capa da Newsweek, no seu número de 4 de Outubro; «Yeltsin's Coup». O golpe de estado, o «coup d'état», a frio ou a matar, o golpe exprime o acto de um Poder se sobrepor, anular e esmagar outro, de fora ou de dentro do aparelho de Estado. No caso da Rússia, é inequívoco, em linguagem simples, que a dissolução anti-constitucional do Congresso dos Deputados do Povo e do

deputados, seguindo os cânones constitucionais. Um duplo poder? Que poder?

Entretentes, noutro cenário, logo a 22 de Setembro, o Presidente, órgão remanescente da soberania «democrática», faz o seguinte discurso às tropas:

«Queridos soldados das forças armadas russas! Meus filhos!

(...) Soldados, filhos da pátria! É mesmo como a patriotas que me dirijo a vós. Conservai a calma, executai escrupulosamente as ordens e missões que vos derem os vossos superiores legais, e não autoproclamados; concentraí todas as vossas forças e toda a vossa energia para resolver as tarefas de preparação para o combate, para assegurar a segurança do Estado. (...)

A democracia não significa a ausência de poder. É antes de mais um poder em nome do povo e em nome do bem desse povo.»

Moscovo, Kremlin, 22 Setº
jornal Krasnaia Zvezdá
(Estrela Vermelha)

polícias, foi subindo em crescendo, indignados pelo desrespeito brutal da lei e dos direitos de deputados, pelo desrespeito dos direitos humanos mais elementares. De um lado os deputados legalistas e constitucionalistas, sem direito à palavra nos órgãos de informação, do outro lado o todo poderoso Presidente «democrata e reformador». Estava criada a dicotomia propícia, entre «nós» e «eles», a dicotomia da confrontação. A tensão sobe ao rubro, depois do fracasso de baldadas negociações em que Ieltsin, apressado em «reformar» os deputados, deixa para as calendas gregas o novo sufrágio para a presidência. Em reacção ao duplo cerco, em resposta à humilhação, de fora e de dentro, uma movimentação popular de dezenas de milhares de cidadãos desafiam o Todo Poderoso, rompem o cerco ao parlamento; os escudos policiais cedem logo... Durante o dia de domingo, 3 de Outubro, a multidão «enragée» assaltou com estranha facilidade a Câmara (vazia) e a Estação de TV Octankina, que transmite depois através de um emissor preparado de reserva... A movimentação desordenada, de reacção espontaneísta é a provocação desejada para completar a operação engatilhada.

O Poder golpista tinha o seu alibi, para o terceiro acto,

a carnificina, a tiro de canhão e, depois da noite sangrenta, o estado de emergência para a almejada limpeza política da oposição aos «democratas-reformadores». Chamou-se «Batalha de Moscovo», em Outubro de 1941, primeira derrota do «invenível» exército nazi.

A orquestração do «1812» de Tchaikovski com o troar dos canhões do Kremlin, em vésperas do canhoneio, revela bem as capacidades coreográficas do novo Senhor. Agora foi mesmo a matar, na rua, nas praças, na Casa Branca, incendiada e enegrecida. Ouçamos a justificação do Presidente:

«Aqueles que se voltaram contra a pacífica cidade e desencadearam o massacre sangrento são criminosos... (discurso na TV)... Tudo o que aconteceu e está a acontecer

em Moscovo é uma rebelião armada pré-planeada... organizada pelos comunistas revanchistas (e) chefes fascistas»

(Michael Hiltzik - Los Angeles Times/Público)

Quem foram as centenas de mortos e feridos vítimas do massacre?

A soldadesca dos tanques e carros de assalto? Ou a multidão rebelde? Quantos? Quem? Como? **SILÊNCIO!** Censura! É proibido dizer. O jornal PRAVDA é encerrado, além de muitos outros periódicos. Prisões! A oposição, isto é, os que não são os «homens do Presidente», que se identifiquem, na esquadra ou na rua, que se calem, que desapareçam!

Eleições domésticas em 12 de Dezembro! «Democracia»... oblige!

O Ocidente tem o seu homem, truculento sim; mas respeitador das regras eleitorais de legitimação do Poder consagrado. A caricatura da democracia tem de levar banhos de tinta branca para esconder o negrume funesto. Imagens, imagens, palavras, palavras, silêncios!

Os nomes e as coisas públicas

Façamos perguntas às palavras, pensemos nas palavras, depois de deixarem de fazer eco nos nossos ouvidos. Recusemos os estereótipos, as palavras feitas, os chavões que nos enchem os ouvidos e nos proibem de pensar. Acabemos com a salada russa do confusãoísmo ideológico que mete no mesmo prato os termos «comunista», «conservador», «saudosista», fascista, nacionalista, «nacional-comunista» e... «criminoso». Prestemos



Soviete Supremo é a subversão de uma ordem legal, constitucional, fundamento de direito do Estado da Federação Russa. O poder do Presidente exerceu-se de modo totalitarista, ainda que com a meta aprazada de eleições. O sujeito singular, órgão de soberania Presidente da República Federativa, Boris Ieltsin, dissolveu, à margem da lei, o órgão plural onde estavam representadas todas as forças políticas, incluindo os apoiantes incondicionais do próprio Ieltsin.

Em 21 de Setembro de 1993, Boris Ieltsin decreta a dissolução dos órgãos parlamentares, à revelia da Constituição, que remete para o caixote do lixo da História, como uma manta de remendos oriunda do período de Brejnev. Mas o acto soberano não é aceite pela maioria esmagadora dos deputados, que recusam a obediência e sujeição ao diktat de sua majestade, auto-investida de poderes (re)constituintes.

Recusa passional do veredicto, tensão emocional, braço de ferro, permanência na Casa Branca, em vez do regresso a penates a mando de sua Excelência... O Tribunal Constitucional resiste também, mas já em pura perda, sem Constituição acreditada... Começa a «guerra» de posições. Os deputados ficam sem água, sem luz, sem comunicações. Perdem os mais elementares direitos de uma cidadania civilizada. A Casa Branca não é a sua «casa», quem manda deliberou que já não são os eleitos, pois, na sua maioria, tinham ousado desautorizar o Chefe e os seus homens de nomeação. Mais e mais tensão, exaustão. Sem direito à palavra, são videogravados como exóticas sombras, quixotescas personagens vagueando pelos passos perdidos do monumental edifício do Parlamento. A humilhação mais torpe é exibida nos mass-media mundiais. Neste contexto de alta tensão e fantasmagoria, o vice-Presidente Alexandre Rutskoi é votado para Presidente pelos

Um NOME no PODER, um poder para um nome, sabe-se quem.

As tropas de «elite», a tropa de choque, a tropa bem paga, para agir bem e depressa, em nome do povo, é visitada e exortada. São 50 000 os efectivos em Moscovo e arredores, prontos para o que der e vier. As três divisões que irão massacrar os rebeldes em 3 e 4 de Outubro, são as seguintes: — A 106ª divisão aerotransportada de Tula, estacionada em Naropominsk, a 70 km a sudoeste de Moscovo;

— A 2ª divisão de fuzileiros motorizados, chamada Tamanskaia, estacionada a 70 km a oeste de Moscovo, e que conta com cerca de 8500 homens;

— A 4ª divisão blindada, dita Katemirovskaja (7000 homens), estacionada a sul da capital;

A estas forças acrescentam-se a 27ª brigada motorizada do KGB, dependente do Ministério da Defesa e as tropas do Interior, o regimento presidencial do Kremlin de 8000 homens e, ainda, a Divisão Dzerjinski (cerca de 8000) e a polícia de intervenção, mais de 8000 OMOM.

(AFP-Le Monde/5OUT.)

Não é pouca a metralha potencial, se se contar com a preparação psicológica, que nada teria a invejar à das tropas do último Romanov, aquando do massacre de 1905.

É dos anais da técnica do golpe de Estado, que há que cumprir fases, concitar apoios, arrastar o inimigo para o terreno e, se possível, dizimá-lo. Foi o que foi, visível à vista desarmada da reportagem filmada pela CNN. A tensão psicológica provocada na maioria dos deputados, cercados pelo arame farpado, rodeados de uma circular de

O golpe de Ieltsin

visto por um trabalhista britânico

Nas vésperas do golpe provocado por Boris Ieltsin, o deputado trabalhista britânico Ken Livingstone estava em Moscovo para participar numa conferência organizada pela Federação Russa dos Sindicatos. E, regressado a Londres, numa entrevista ao jornal «Morning Star», deu a sua visão dos acontecimentos. Porque, apesar das claras distâncias que nos separam de algumas posições e opiniões do entrevistado, nos pareceu interessante divulgar o seu ponto de vista e, sobretudo, conhecer aspectos menos claros que envolveram aqueles acontecimentos, o «Avante!» publica hoje uma tradução integral da referida entrevista. A qual nos permite, além do mais, julgar as posições que, em Portugal, sobre o mesmo assunto, foram tomadas por partidos filiados na mesma família política do deputado trabalhista.

- Qual é a sua explicação para que Ieltsin tenha lançado o seu golpe neste momento particular?

- A situação está a degenerar tão rapidamente que a sua única possibilidade de ganhar as eleições é se elas forem realizadas rapidamente e em condições em que a oposição esteja intimidada. Aqueles que à sua volta são mais pró-FMI vêem isto como a sua última oportunidade. Antes do golpe, estava a discutir-se no parlamento a realização de eleições na próxima Primavera e legislação para estabelecer uma cobertura equilibrada e justa das eleições pela comunicação social, a natureza do sistema eleitoral, etc. Mas Ieltsin chegou a conclusão de que, na próxima Primavera, iria sofrer uma grande derrota. É esta a razão pela qual ele esticou a corda, precisamente neste momento.

Antes do golpe, Ieltsin renomeou Gaidar - um monetarista por excelência - para um cargo em que este pudesse controlar por completo a economia. Personalidades que se pronunciavam a favor de um ritmo mais lento na implementação das reformas económicas foram destituídas da administração.

Ieltsin dissera ao FMI que, se este garantisse o seu apoio e ele sobrevivesse, seguiria em frente com as propostas do Fundo para a Rússia. Isto inclui o fim dos subsídios à indústria russa. Os efeitos seriam uma taxa de desemprego algures entre os 20 e os 30 por cento. Como consequência dessa política económica, a popularidade do presidente iria entrar em colapso. Seis meses após um ano de dura política de Gaidar (à maneira de Thatcher), não haveria nenhuma possibilidade de o governo de Ieltsin ser reeleito. Tudo poderia ser muito semelhante à situação na Polónia, onde os ex-comunistas constituem agora o maior partido. Penso que foi por estas razões que ele forçou agora este golpe.

Ieltsin queria também bloquear os projectos parlamentares de criação de uma legislação que assegurasse um equilíbrio político da cobertura televisiva das eleições do mesmo tipo da que temos aqui na Grã-Bretanha. Durante a campanha para o referendo de Abril deste ano, o controlo da televisão por Ieltsin significava que 83 por cento da cobertura era favorável ao presidente e apenas 17 por cento à oposição. Eleições realizadas em Dezembro, segundo as regras do presidente, seriam uma vergonha absoluta. Como é que se pode falar de eleições livres numa situação em que se governa por decreto? As opiniões alternativas seriam suprimidas. Criar-se-ia uma atmosfera de intimidação. Eu ouvi entrevistas à rádio de partidários de Ieltsin apelando ao uso da força no sentido de assegurar que o parlamento não se reunisse, etc. Eu penso, portanto, que aquilo a que estamos a assistir é à preparação de um período de modernização ao estilo chileno. O que requer o uso brutal da força, porque não pode haver eleições genuinamente livres quando o desemprego atinge os 20 e os 30 por cento. Isso não funcionou na Alemanha, nos anos 30, e isso não funcionará na Rússia.

- De que forma se transformaram as condições na Rússia desde a última vez que lá esteve?

- Nos últimos três anos estive na Rússia uma vez por ano, e as coisas têm vindo a deteriorar-se drasticamente. A sociedade está a desintegrar-se completamente. Neste momento, a taxa de assassinatos em Moscovo é duas vezes superior à de Nova Iorque. Meade da população de Moscovo está a viver abaixo da linha da pobreza, mas existem ali 15000 milionários, com dólares nos bolsos. Com o surgimento desta elite de topo, as disparidades em termos de bem-estar são agora maiores na Rússia do que na Europa Ocidental. Essa disparidade entre 10 por cento dos que vivem pior e 10 por cento dos que vivem melhor é normalmente, nos países capitalistas, de cerca de 1 para 10 ou de 1 para 8. Na Rússia, hoje em dia, é de 1 para 50, o que é pior do que no Brasil. Mais ainda, as condições climáticas tornam esta situação ainda pior. Devido às temperaturas do Inverno, as pessoas precisam de alimentação, aquecimento e uma casa decente. Sobreviver em meio da pobreza extrema, num país frio, é um problema muito sério.

- Que pensa da oposição?

- Tomemos, por exemplo, Ruslan Khasbulatov, o presidente do parlamento russo. Ao contrário do retrato que dele se faz no Ocidente, eu diria que Khasbulatov está politicamente próximo de Bryan Gould. As suas políticas económicas, por exemplo, são puramente keynesianas. Ele favorece a criação de um mercado comum das repúblicas da

ex-União Soviética. Ele quer um programa de investimento público. Ele acredita que os excessos dos novos empreendedores deveria ser moderado através da introdução de um sistema justo de impostos. Eu diria que ele representa 50 a 60 por cento dos deputados que constituem o miolo do Congresso. Cerca de 20 por cento são apoiantes de Ieltsin. Outros 20 a 25 por cento são comunistas genuínos, mas o parlamento está controlado pelo centro-esquerda e é isso que Khasbulatov representa. O Ocidente opõe-se a Khasbulatov porque não quer uma Rússia moderna e democrática com uma economia forte. Mas mesmo uma Rússia modernizada e capitalista seria um pobre rival para os Estados

Unidos e para a Europa. As propostas do FMI são apoiadas pelo Ocidente porque iriam dar origem a uma Rússia mais fraca e debilitada para o resto deste século entrando ainda no próximo.

- Encontrou-se com os líderes da oposição em Moscovo?

- Sim, encontrei-me com Khasbulatov quando estive na conferência de dois dias organizada pela Federação Russa dos Sindicatos. Ela é uma das maiores confederações sindicais do mundo, com cerca de 60 milhões de membros. Tornaram-se sindicatos livres genuínos e estão em total oposição à política do governo de Ieltsin. Isto é uma mudança significativa, porque a Federação Russa de Sindicatos apoiava inicialmente Ieltsin. Mas, à medida que foram vendo o impacto das duras políticas monetaristas, afastaram-se dessa posição.

A conferência, a que assisti em 16 e 17 de Setembro, foi aberta pelo presidente da Federação Russa de Sindicatos. Nela participaram o equivalente russo ao conselho geral do nosso Congresso dos Sindicatos (TUC), os sindicatos da Ucrânia, o Partido Socialista do Kasquístão, que é o maior partido nessa república, assim como o Partido Socialista do Povo Trabalhador, de Roy Medvedev, e o Partido do Trabalho, de Boris Kagarlitsky. Estavam também presentes convidados internacionais da Europa ocidental e de leste, incluindo a comissão para a Europa de leste do grupo socialista do Parlamento Europeu. A conferência acordou no propósito de tentar a reconstituição do bloco económico da ex-União Soviética. Foi também discutida a criação do Partido Trabalhista Russo.

Em princípio, isto pode significar uma aliança entre os partidos do centro e da esquerda no Parlamento russo, para assegurar uma plataforma comum para as eleições. Os sindicatos russos nomeariam talvez 40 por cento ou mais de candidatos com base nesta plataforma. Isso poderia constituir o embrião de um Partido Trabalhista Russo no seio do Parlamento, depois das próximas eleições. Grupos como o Partido do Trabalho e o Partido Socialista do Povo Trabalhador também irão participar neste processo que eventualmente conduzirá a uma fusão para criar um poderoso Partido Trabalhista Russo.

Enquanto estive na conferência, fui convidado para me encontrar com Khasbulatov porque ele se interessava muito pelo facto de 42 deputados britânicos terem assinado uma moção parlamentar condenando a última tentativa de golpe de Ieltsin. E eu estava particularmente interessado em conhecê-lo. É o tipo de pessoa que ficaria bem no Partido Trabalhista Britânico ou, mesmo, no SPD alemão. Ele tem uma compreensão da economia que considero refrescante e é um democrata profundamente empenhado. Por exemplo, ele tomou uma posição muito sensata em matérias difíceis, como o problema da Ucrânia, que enfrenta uma combinação muito perigosa de aguda crise económica com disputas acerca das relações com a Rússia incluindo o que fazer com um poderoso arsenal nuclear.

- Que posição tomaram os sindicatos durante o golpe?

- Ambas as Federações da Rússia e de Moscovo condenaram o golpe. Nos últimos meses, os sindicatos viraram-se fortemente contra Ieltsin. Por exemplo, o governo anunciou que vai fechar uma série de minas. Como resultado, o sindicato dos mineiros, onde Ieltsin costumava ter um forte apoio, começou a virar-se contra ele. É importante que os sindicatos britânicos tornem clara a sua solidariedade para com a defesa da democracia por parte dos sindicatos russos contra Ieltsin. O TUC apoiou Ieltsin na altura do golpe de Agosto. Em Março, recusou tomar uma posição. Desta vez, o TUC deveria tomar uma posição clara a favor da restauração do Parlamento russo.

- Que influência têm, no interior da Rússia, expressões de apoio vindas do Ocidente?

- Tenta-se convencer as pessoas, na Rússia, de que toda a gente no Ocidente apoia Ieltsin. Portanto, quando por exemplo os 42 deputados britânicos se opuseram a Ieltsin, isso constituiu uma grande notícia. Toda a expressão de apoio, pequeno que seja, é incrivelmente importante para a esquerda e o sindicalismo na Rússia. Nesse sentido, fazer aprovar resoluções de apoio, fazer chegar notícias ao país, etc. - tudo é vital, porque Ieltsin controla a comunicação social.

atenção aos créditos da salada de Ieltsin, da sua salada verbal.

O «democrata» à nova maneira governa por decreto, como em tempos idos o famigerado Chanceler do Reich. O «reformador» anula numa penada a velha Constituição e põe a República fora da lei. O Presidente eleito despede 1000 deputados, eleitos também pela mesma Constituição, e castiga a desobediência com tiros de canhão. Os «democratas-reformadores» censuram, prendem, limitam os direitos eleitorais, proíbem partidos. Ainda se chamiam «democratas»? Até quando prossegue a farsa, já sem público?

Outros, porque não viraram a casaca, porque não se satisfazem com o mercado da pobreza, da miséria e da especulação, são chamados «conservadores» (nos antípodas doutros espécimes com o mesmo nome, na Inglaterra ou na Alemanha) e outros nomes feios e impróprios. Investe-se no velho estereótipo da guerra fria, Comunista - Fascista, com inovadoras combinações semânticas.

Auscultemos a nossa praça. JM Milhazes Pinto, conhecido por José Milhazes, revisor técnico da tradução de um livro das edições do Progresso, 'O Exército e o Progresso Social' (Moscovo-1987), é, agora, correspondente da TSF e do Público, em Moscovo. Este perito jornalista usa e abusa do estereótipo «nacional-comunismo», para nos fazer soar inadvertidamente «nacional-socialismo», produzindo uma forte guinada no cortex cerebral associativo. Que irá agora inventar José, para justificar o massacre à 1905? «Democratas-fascistas», «democratas-ditadores», Ieltsinianos, Ieltsinianos-fascistas (ex-comunistas-anti-comunistas)? Prossiga-se a livre associação...

Outro termo em uso corrente e com boa cotação russa é o de «saudosistas». Simplesmente, a complexa situação da Rússia mostra-nos dois tipos de saudosistas diametralmente opostos: os dos tempos de 1916, que agitam a bandeira azul dos czares, usam o emblema imperial da águia bicéfala, mudam o nome de Leninegrado para S. Petersburgo, etc.; e os que têm saudades de uma época mais recente, ainda vigente em 1990/91, época em que viviam melhor, tinham emprego, e já respiravam o ar puro da glasnost, a transparência democrática e a perestroika sem anti-socialismo, sem anticomunismo, sem anti-sovietismo. É certo que outros agitam ícones do «Pai dos Povos», pois não acreditam no «Pai» improvisado, de sinal contrário.

O velho correspondente da RTP em Moscovo, noutra geração o rebelde antifascista de nome Carlos Fino, exprimiu no telejornal de 5 de Outubro, num fabuloso «lapsus linguae» o que lhe vai na cabeça: chamou «boiardos» aos dirigentes das Regiões e Repúblicas da Federação, invocando no seu contraditório inconsciente o CZAR IVAN o Terrível (contemporâneo dos senhores feudais boiardos), mas sem cognominar do mesmo modo o seu muito caro Presidente Ieltsin. BOG SPACI! Valhãos Deus...

O admirável Velho Mundo

Os deputados (ex) foram corridos. Alguns estão presos, outros mortos. Um, chamado Kasbulatov, Presidente do Parlamento, um reles tchecheno (como lhe chamavam os xenófobos reformadores), grande opositor do Presidente Boris, está nos calabouços, prémio para a sua eloquência parlamentar. Ruskói, herói na guerra do Afeganistão, antes prisioneiro dos fundamentalistas islâmicos, é agora prisioneiro dos fundamentalistas presidenciais, no seu país. A Casa Branca incendiada, cheira a cinzas. Prepara-se o seu restauro, futura sede para o governo dos homens do Presidente, uma numerosa corte a necessitar de espaço e anfiteatro. O termo czarista para Parlamento «doméstico», a velha DUMA, regressará, ocupando as instalações do Museu Lénine. Sinais dos tempos. Evacua-se a história da Revolução Socialista, logo após a «PONIEDIELNIK» (segunda-feira) sangrenta.

Boris Ieltsin aprendeu bem a lição do seu psicólogo de serviço, Pavel Belenko? Este técnico de imagem constatou que quando o Presidente tomava a palavra ficava imóvel, dando uma impressão inquietante de violência contida. Ensinou-o a mexer-se quando fala, para dar outra impressão. Mais... O mesmo psicólogo e a sua equipa de treinadores afirma que convenceram o seu instrutor a «passar do estilo 'adolescente pugilista', ao de 'Pai-Homem de Estado', não o autoritário que castiga, mas o que tranquiliza e apoia. (Les Coulisses du Kremlin - Ed. Mercure de France).

Atenção aos futuros cenários e aos actores em cena. A farsa ainda vai no adro...

Mas a História não pára, mesmo que volte atrás por algum tempo. Temos de aprender as novas lições e desmascarar o real.

Mulheres na Comunidade

- As nacionais e as outras

De acordo com as estatísticas dos Estados membros da Comunidade Europeia (CE) de 1 de Janeiro de 1991, residiam no espaço comunitário, naquela data, 14,1 milhões de pessoas não nacionais. Desse total, 6,4 milhões eram mulheres, ou seja, 45 por cento. Representando 4 por cento da população feminina total, as mulheres não nacionais eram um terço das cidadãs de um Estado membro da CE.

Numa altura em que tanto se fala de emigração, vale a pena saber quem são afinal esses "não nacionais", onde estão, o que fazem. O Eurostat, organismo responsável pelas estatísticas comunitárias, divulgou recentemente um estudo sobre a população feminina por nacionalidade na CE (os residentes em situação irregular não foram incluídos). Vale a pena conhecer os resultados obtidos.

O estudo divide a população feminina em dois grupos: as **cidadãs nacionais**, oriundas de um Estado e residentes nesse mesmo Estado; e as **mulheres não nacionais**, compreendendo por um lado as *outras cidadãs comunitárias* (oriundas de um Estado membro residindo noutro Estado membro) e, por outro lado, as *não comunitárias* (oriundas de um Estado não comunitário residindo na CE).

O primeiro aspecto que chama a atenção é que, na data considerada, **três quartos do conjunto das não nacionais estavam concentrados em três Estados membros: Alemanha, França e Reino Unido albergavam 73 por cento de outras cidadãs comunitárias e 78 por cento de oriundas de países terceiros.**

Tanto as mulheres como os homens se encontravam nos mesmos Estados membros.

O segundo aspecto interessante a registar (gráficos 1 e 2) é que **65 por cento das não nacionais vivendo na CE são oriundas de um país Europeu: 35 por cento vêm de outro Estado-membro da CE e 30 por cento do resto do continente europeu (Turquia e Jugoslávia, sobretudo).** As outras não nacionais repartem-se entre africanas (17 por cento), asiáticas (10 por cento), americanas (6 por cento) ou oceânicas (1 por cento).

A escolha do país de residência (gráfico 3) é essencialmente determinada por factores económicos e de proximidade cultural ou geográfica, a que se acrescenta, para as mulheres, o factor familiar, já que a maioria é casada (65 por cento das outras cidadãs da CE e 68 por cento das de países terceiros).

Não menos curioso é verificar que o factor económico

continua a ser a causa determinante na procura de outro país de residência, seja qual for o país de origem. Por exemplo, as cinco primeiras nacionalidades de outros países da Comunidade registadas pelo estudo correspondem aos cinco Estados membros cujos Produtos Internos Brutos (PIB) por habitante eram, tanto em 1960 como em 1970, os mais baixos da CE.

Assim, mais de metade das outras cidadãs CE vêm de apenas três países: **22 por cento são italianas, 17 por cento são portuguesas e cerca de 13 por cento irlandesas.**

No conjunto da CE, as turcas são as mais numerosas (1 milhão), seguidas das magrebinas (800 mil de argelinas, marroquinas e tunisinas).

Mão-de-obra jovem e barata

Segundo o estudo do Eurostat - que neste domínio não dispôs de dados de Espanha, Grécia e Portugal -, as mulheres não nacionais que vivem na CE são em média mais jovens do que as nacionais. Com uma idade média sistematicamente inferior à das outras mulheres, as oriundas de países terceiros são as mais jovens; o mesmo sucede com as oriundas de outros países da CE, com excepção de três Estados membros (Reino Unido, França e Irlanda), onde são mais velhas (gráfico 4).

Segundo o Eurostat, estes dados sublinham as diferentes estruturas por idade entre as populações nacionais e não nacionais. A disparidade dos resultados entre os países de residência podem reflectir a antiguidade das vagas migratórias (mulheres que envelheceram no país de imigração), mas também as diferenças de legislação entre Estados membros (processos de aquisição da nacionalidade).

A idade média das não nacionais pode relacionar-se com o resultado do inquérito sobre as forças de trabalho (gráficos 5 e 6): a taxa de actividade para o conjunto das não nacionais é de 43,5 por cento, ou seja, um nível de participação no mer-

cado de trabalho comparável ao das nacionais (44,2 por cento).

A taxa de actividade das mulheres varia com a idade qualquer que seja a sua nacionalidade: é fraca entre os 14 e 24 anos, elevada entre os 25 e os 44 anos e de novo mais fraca entre os 45 e os 64 anos (efeitos do envelhecimento). A actividade das outras cidadãs da CE é ligeiramente mais fraca do que a das nacionais nas duas primeiras classes etárias e mais elevada entre os 45 e os 64 anos. AS oriundas dos países não comunitários registam taxas de actividade mais fracas em todas as idades.

O sector dos serviços (comércio, hotéis e restaurantes, trabalhos domésticos) é, de longe, o maior empregador da mão-de-obra feminina, nacional ou não. No sector da indústria, as mulheres não nacionais estão mais representadas do que as nacionais. Grande utilizador da mão-de-obra pouco qualificada, este sector emprega 19 por cento de nacionais, 23 por cento de outras cidadãs da CE e 30 por cento de não comunitárias. Na agricultura, a participação das não nacionais é praticamente inexistente.

O estudo refere ainda outro aspecto curioso: a **fecundidade das mulheres não nacionais é nitidamente superior à das nacionais**, mas com o tempo a tendência é para a aproximação destes indicadores.

Embora tendo em consideração que o presente estudo não inclui os residentes na CE em situação irregular, e que certos Estados membros consideram os refugiados, os que pedem asilo ou as populações deslocadas (sobretudo da Jugoslávia) entre os não residentes, enquanto outros Estados os excluem, parece legítimo concluir que, ao contrário do que se procura fazer crer, a Europa dos Doze não está "invadida" por cidadãos de outros continentes, mas é cada vez mais um espaço comum dos próprios europeus.

Para os Doze, alegadamente defensores da Casa Comum Europeia, da Europa sem fronteiras do Atlântico aos Urais, esta devia ser uma boa notícia. Só que, lamentavelmente, a Europa do capital parece cada vez mais longe da Europa dos cidadãos.

Gráfico 1: Nacionalidade das não CE - EUR 12 (excepto Espanha) - 1.1.1991 (em milhares)

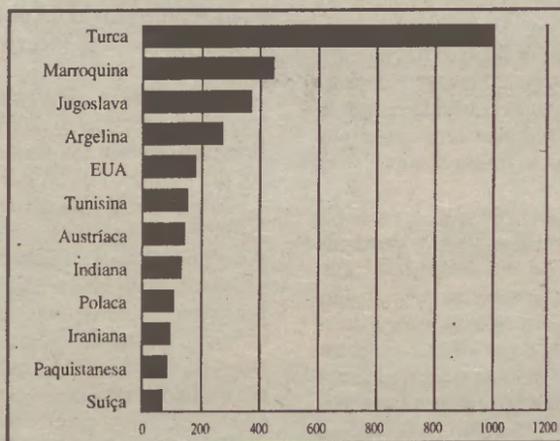


Gráfico 2: Nacionalidade de outras cidadãs da CE - EUR 12 (excepto Espanha) - 1.1.1991 (em milhares)

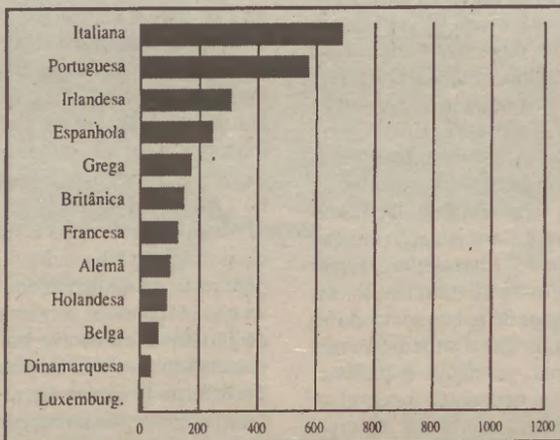
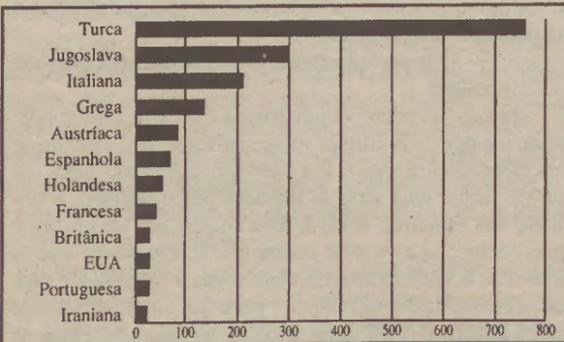
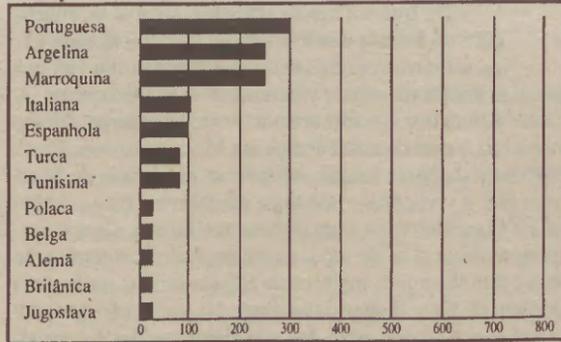


Gráfico 3: Nacionalidade das mulheres não nacionais por país de residência - 1.1.1991 (em milhares)

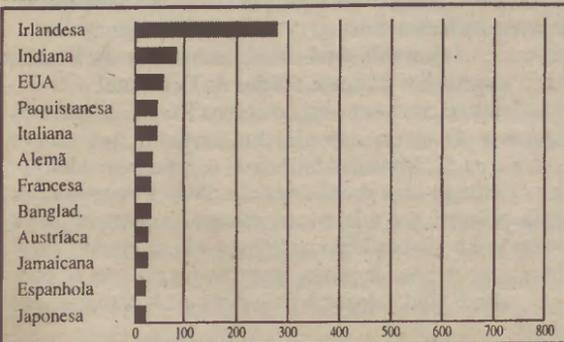
Alemanha



França



Reino Unido



Outros Estados membros (excepto Espanha)

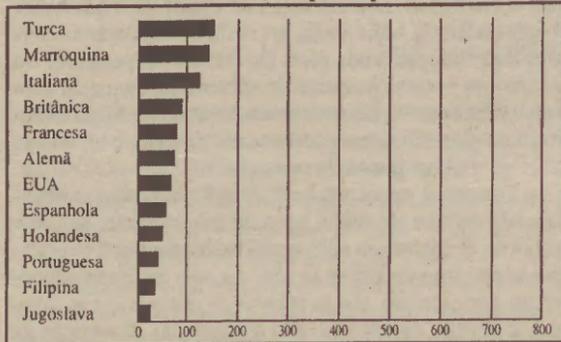


Gráfico 4: Idade média das mulheres por nacionalidade (EUR 12 (excepto Espanha, Grécia, Portugal) - 1.1.1991)

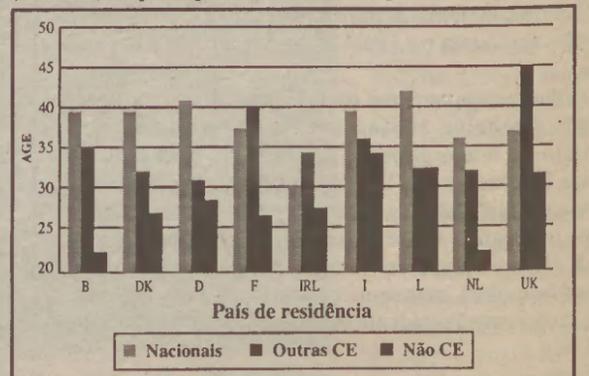


Gráfico 5: Taxa de ocupação das mulheres segundo a idade e a nacionalidade - EUR 12 (excepto Itália) - 1991

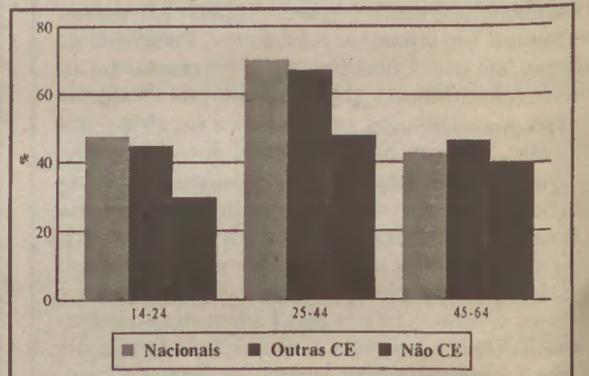
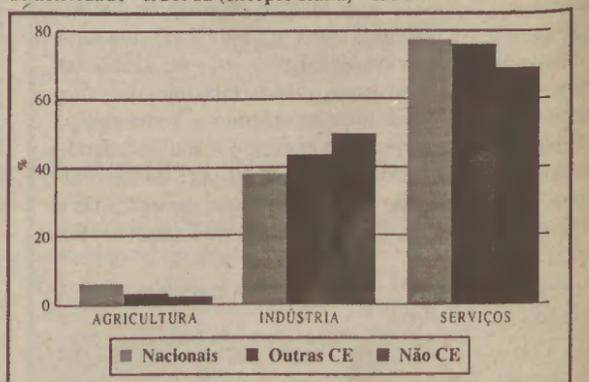


Gráfico 6: Repartição das mulheres com um emprego por grandes sectores de actividade - EUR 12 (excepto Itália) - 1991



*EUR 12 - Europa dos Doze

Alemanha

Balanço de três anos de unificação política fracassada

Mesmo os piores receios foram ultrapassados

■ Hans Modrow*

Três anos depois da junção da República Democrática Alemã à República Federal da Alemanha, o Gabinete de Imprensa e Informação do Governo Federal continua a distribuir posters e colantes com o slogan "Aufschwung Ost" ("Relançar o Leste"). Originariamente queria-se assim simbolizar o poderoso arranque do nível de vida nas regiões orientais da Alemanha Federal, representado por um gigantesco "A", cuja extremidade esquerda se tinha transformado em poderosa seta negra, vermelha e dourada, apontada para o céu, mas que se tornou, todavia, o símbolo do desemprego, da penúria e da ruína. Neste "Terceiro Aniversário da Unificação da Alemanha", o balanço que pode ser feito pelo Governo e a população federal, tanto na Alemanha oriental como ocidental, é o da catástrofe.

Mesmo aqueles que, desde o princípio, tinham alertado para as tremendas consequências da política de anexação do Governo Federal, concordam em que as suas piores previsões se revelaram optimistas. O balanço do Terceiro Aniversário está assinalado por cinco graves consequências:

1. A Alemanha Oriental está a ser desindustrializada

Nunca até agora em tempo de paz, tinha um país industrializado caído, num período tão breve, num abismo tão profundo de regressão económica, como no território do que foi a RDA. Em três anos apenas, a produção industrial reduziu-se para menos de um terço. O sector agrícola, antes altamente desenvolvido sofreu golpes dolorosos: Das 800 mil pessoas que ganhavam para viver alimentando o país restam só 200.000.

Ao todo, mais de metade dos 9,6 milhões de empregos que existiam em 1989 foram liquidados. Mais de um milhão de pessoas, particularmente trabalhadores qualificados, emigraram para o ocidente à procura de trabalho. Para eles, a leste não há futuro. Mesmo que houvesse uma taxa de crescimento de 12% por ano ter-se-ia que esperar o início do novo século para se alcançar os níveis de produção da RDA anteriormente a 1989. Fingindo optimismo, o actual Ministro da Economia previu para o ano em curso uma taxa de crescimento de apenas 5%.

Claro que aqui, como em qualquer outro lado, um embelezamento da RDA não seria adequado. No final dos anos oitenta, a economia da RDA estava muito mal. Mas a causa da drástica regressão actual, o recuo para o nível de país do terceiro-mundo tem de ser procurado noutro lado, como seja: na união monetária que, aplicada de um dia para o outro no verão de 1990, unificou sistemas económicos e financeiros completamente diversos entre si, da RDA e da RFA, e na política de expropriação e privatização.

2. Os alemães do Leste foram expropriados dos seus bens

No decurso de três anos, a riqueza do povo acumulada, ao longo dos anos através de trabalho árduo, nas mais difíceis condições, foi malbaratada e subtraída das mãos do povo pela Treuhand (organismo governamental encarregado de gerir a propriedade estatal da ex-RDA) e posta nas mãos de estranhos. O governo que eu presidi, calculou esta riqueza entre 1.000 e 1.300 biliões de marcos. Institutos da Alemanha Ocidental calcularam-na entre 600 e mil milhares de milhões de marcos. Assim, na sequência das privatizações, um alegado déficit remanescente de 250 mil milhões de marcos, ficou como se fosse um fardo herdado do passado a ser lançado sobre os contribuintes no Leste e no Ocidente para pagamento.

Houve alguma vez na História uma fraude maior ou um maior escárnio das suas vítimas? O Governo Federal assestou-se da propriedade do povo da RDA para encher de presentes as empresas da Alemanha Ocidental e aumentar, pelo menos momentaneamente, a sua competitividade no mercado mundial. E as expropriações ainda não pararam. Grandes agrários estão a exigir a devolução das suas antigas propriedades, centenas de milhares de alemães orientais estão ameaçados com a perda das suas casas e lotes de terreno, sobre os quais durante décadas tiveram direitos de propriedade e usufruto. Mais de dois milhões de reclamações de restituição, apresentadas por "antigos proprietários" estão presentemente em processo. A transferência de riqueza do Leste para o Ocidente - única pela sua dimensão - prossegue.

3. A investigação científica e a cultura estão a ser completamente eliminadas na Alemanha Oriental

Prejuízos insanáveis têm sido infligidos nos numerosos estabelecimentos de investigação e cultura na Alemanha

Oriental, através da redução de meios financeiros, da liquidação e "avaliação" pelos emissários da Alemanha Ocidental. Serão necessárias décadas para a recuperação destes prejuízos, sem mencionar o dano causado aos destinos pessoais daqueles que, depois de se terem empenhado na criação cultural e intelectual na RDA, são agora discriminados, despedidos e ridicularizados. Já no começo de 1993 somente 23,5 mil dos 195 mil empregados na educação e investigação na RDA, ainda tinham pleno emprego. Dos 30 mil artistas anteriormente organizados em federações, 20 mil foram desprovidos dos seus meios de sobrevivência. Dos cerca de 2 milhões de graduados em universidades e institutos técnicos do ensino superior na RDA (dos quais, cerca de 400.000 foram já para a reforma) mais de um milhão foram expulsos das suas profissões e centenas de milhar foram conduzidos para uma situação de ansiedade e insegurança social. Fora de períodos de guerra, um tratamento tão cruel e selvático aos intelectuais dum país inteiro não tem precedentes.

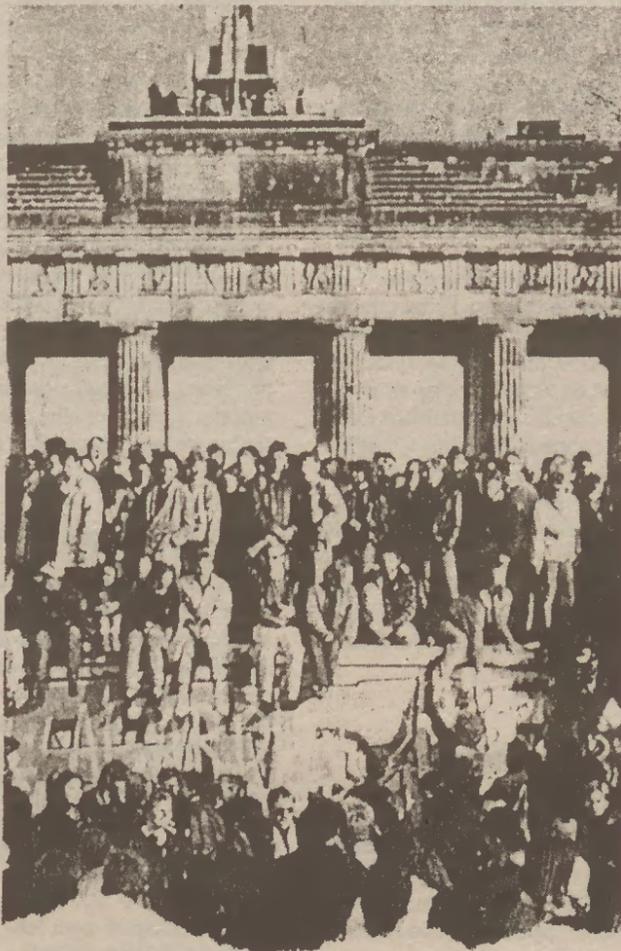
4. A leste do Elba, perseguições políticas através dos tribunais e retaliações através do sistema social estão a escrever novos capítulos sombrios na história da Alemanha

Em resultado da visita de Estado de Erich Honnecker a Bona, a sedução da doutrina do "Novo Pensamento" e as declarações de amor enviados de Bona para os "irmãos e irmãs" da Alemanha oriental, muitos cidadãos da RDA, durante o período de transformação (1989-1990), alimentaram esperanças ilusórias num relacionamento civilizado, numa aproximação e reconciliação nacional. Aconteceu o contrário.

O governo da RFA, que tinha sempre negado que procurava vingança, manifesta hoje uma avidez de *révanche* e comporta-se como um vencedor altivo. Logo depois da inserção das novas regiões na RFA, 600 mil empregados públicos e das estruturas políticas da ex-RDA foram despedidos e ficaram à espera de decisão relativamente ao seu futuro emprego. Um grande número deles foram em seguida mandados para o desemprego. Representantes do Ocidente foram colocados nos mais altos cargos públicos, do executivo, da administração e do aparelho judicial. Eles e os seus lacaios da Alemanha Ocidental - salvo algumas excepções - chamam à RDA um "estado de injustiça" e actuam nesta conformidade. Estão "judicialmente" ajustando contas com a história, a história da guerra fria, perseverando no espírito da guerra fria.

O Muro, nascido da intransigência do confronto Leste-Oeste, e os trágicos episódios humanos que, de ambos os lados, se verificaram no passado, são hoje usados para encenar processos-espectáculo para criminalizar os dirigentes de um estado soberano e os que se viram envolvidos em trágicos conflitos defendendo as suas fronteiras.

O Procurador Federal está a preparar um processo criminal contra cerca de 5.000 empregados da Administração Central dos Serviços Secretos do Ministério da Segurança do Estado da RDA. Além disso, estão em curso processos de investigação contra 100.000 cidadãos que tiveram cargos de responsabilidade política na RDA. Aqueles que, para já, foram poupados a esta perseguição política, viram cortadas ilegalmente as suas pensões de reforma devido às relações com o seu antigo governo. A persistência da intenção de prosseguir o conflito com os opositores políticos vencidos, através da perseguição judicial e punição social, exala o ácido mau cheiro da vingança, abre novas doloro-



sas feridas e impede anti-gas feridas de sarar. Nascidas de um sentimento de responsabilidade nacional e clarividência política, iniciativas para conseguir igualdade, respeito mútuo e reconciliação estão a ser bloqueadas logo que se vislumbram, e isto mesmo por pessoas no Leste, que, durante o período da RDA, reclamavam a liberdade de dissidência. Mas a paz legal só pode ser alcançada através da tolerância e da reconciliação.

5. A Alemanha está unida como Estado mas a divisão persiste

Nos últimos três anos, o abismo Leste-Oeste que dividia a Alemanha, separando os alemães do Leste dos alemães do Ocidente aumentou, não diminuiu.

Em vez de juntar as duas partes da nação, a

política do Governo Federal está a afastá-las. A maioria dos alemães de Leste sente-se traída e vendida, despojada da sua história e das realizações da sua vida. Defronta-se com paternalismo e discriminação. E isto não pode ser apagado com a abundância de bens de consumo finalmente expostos nas montras das lojas, com a liberdade de viajar, com o suplemento de direitos civis.

Os alemães no Oeste, obrigados a pagar uma parte substancial das despesas criadas pela destruição deliberada da economia da Alemanha Oriental e a desastrosa política de unificação, sentem-se desapontados, irados e abusivamente tratados. As esperanças frustradas em ambos os lados estão a levar à indiferença, intolerância e crescente antipatia. O modo colonialista de anexação da ex-RDA está a ter sérias repercussões na ex-RFA e portanto em toda a Alemanha. Os processos de crise e conflitos sociais, não existentes durante décadas, estão agora a florescer. Em vez de adoptar medidas para contrariar uma das causas da crise - o colapso económico no Leste - o governo utiliza a crise como uma alavanca para prosseguir o curso (iniciado em 1982) de uma política económica conservadora e neo-liberal, de desregulação e redistribuição na base para dar ao topo. As clivagens, não só entre o Leste e o Oeste da Alemanha mas também entre pobres e ricos, entre a base e o topo, estão a aumentar. A Alemanha tornou-se uma pátria desunida em vez de unida.

Tais são os resultados de três anos de uma política de desastrosa política de unificação. Uma folha de balanço que choca até os seus autores. Nenhuma tentativa para adotar este balanço poderá alterar os tristes factos: as oportunidades de uma fusão democrática das duas partes da Alemanha estão a ser esbanjadas. Em vez do prometido "Relançar do Leste" todo o país se ressentiu de um surto de sentimentos ultra-conservadores, de aspirações políticas de grande potência.

Três anos após a unificação, ninguém pode ressuscitar, para milhões no Leste e no Oeste as eufóricas expectativas e esperanças. Ninguém pode reconstruir a fraca mas viável economia Oriental ou desfazer a injustiça recente. O tempo não pode voltar para trás.

Mas uma mudança de rumo é ainda possível, para impedir o ulterior resvalar para a miséria económica, social e cultural, para as desoladoras condições socio-políticas semelhantes ao período de Weimar ou para a mentalidade de "capacete de aço" e de política externa militarista. Mas para que isto aconteça, tem que efectuar-se uma radical mudança de rumo em Bona, uma mudança que está ainda a anos-luz das opções adoptadas pelos governantes, uma mudança que os governados devem reclamar insistentemente, em especial neste Terceiro Aniversário da Unificação.

*Antigo Primeiro Ministro da RDA. Presidente de Honra do PDS da Alemanha. Deputado do Bundestag

Grandes dias aguardam o mundo

■ Manoel de Lencastro

Os grandes banqueiros internacionais voltaram a Washington para mais uma conferência do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional. Não faltaram lá os mais brilhantes nomes da Banca portuguesa, certamente, e, com eles, a sua mais novel aquisição: o Banco Santander de Negócios, S.A., com escritórios nas Amoreiras. E todos descobriram, finalmente, que o desemprego constitui um dos cancros que mais contribuirão para fazer ruir as bases do sistema. Bem achado. Ainda esta semana, alguns milhares mais de cidadãos do capitalismo se juntaram às grossas legiões de desempregados, a saber: «Barclaycard-Visa»: 400; P. & O. (navegação): 6000; Grand Metropolitan (hotelleria, produtos alimentares): 3000; Dupont de Nemours, no País de Gales: 860; estaleiros de Devonport: 500; British Telecom: 1187.

O sonho da recuperação económica já se esvai. Tudo parecia demasiado bom para ser verdadeiro. Felizes tinham sido os dias da queda do muro de Berlim. Agora, adensa-se o desespero, acastelam-se nuvens mais negras, ainda, nos horizontes dos manipuladores da vida das pessoas. E descobre-se até que, no fim de contas, o capitalismo existe sobre um eixo de irresolúveis contradições. Uma antiga história. Mas um dos mais influentes banqueiros presentes em Washington, chegou a uma sensacional conclusão: «A Europa ocidental, com 400 milhões de habitantes e 10% de taxa de desemprego, possui ainda uma formidável capacidade produtiva. Mas a Europa oriental, também com 400 milhões de pessoas, clama por acesso dos bens de consumo que a Europa ocidental não produz. Poderá alguém conciliar estas duas posições?»

Pobreza e subdesenvolvimento

Impossível. Porque os grandes meios de produção ocidentais apenas trabalham para mercados financeiramente viáveis. Onde estão o dinheiro, as divisas, o ouro, nos países de leste, para que se realizem e garantam as necessárias aberturas de crédito nos Bancos? É por isso que o capitalismo ignora, olímpicamente, as súplicas e a sorte de países africanos como a Somália, a Abissínia, o Sudão, Moçambique, assim como a de toda uma multidão de outros em todos os continentes. O cidadão somali, por exemplo, não possui dinheiro para importar artigos de consumo. Não tem sequer de comer. Deve, portanto, ser abandonado ao seu destino de simples vítima do capitalismo. O mesmo quanto às populações do leste europeu: quem não possui dólares, ouro ou crédito garantido, não come. Vejamos o que escrevia, a 12 de Setembro, a jornalista Melanie Phillips, do londrino «The Observer»:

«A pobreza moderna não deriva apenas da falta de auxílio material aos mais vulneráveis. Vai-se tornando em pobreza total, absorvendo os sectores moral, cultural e intelectual da vida transmitidos através de muitas gerações. Mas a ajuda aos países do Terceiro Mundo, com vista a tirá-los da miséria criando-lhes prosperidade, tem de, necessariamente, passar por programas de educação e treino; os trabalhadores da terra precisam de uma Reforma Agrária, os termos de comércio entre os países carecem de correcções, é essencial o acesso aos mercados e a reestruturação das dívidas. A redistribuição do dinheiro dos países ricos para os pobres tem sido irrelevante para estes.»

Estas queixas da jornalista é que nos parecem irrelevantes. Então ela desconhece o funcionamento do sistema?

Dêmos-lhe uma ajuda. Os grandes Fundos de Investimento, que é onde o dinheiro se encontra, não estão interessados em projectos sérios de capitalização que ajudem a erguer da miséria o Terceiro Mundo. Fora da América e da Europa, 29% dos capitais investidos vão para Hongkong, 25% para a Malásia, 12% para Singapura, 15% para a Tailândia, 12% para a Coreia do Sul, 2% para as Filipinas, 3% para a Indonésia — vão, numa palavra, para onde é possível usurpar mais-valias e lucros consideráveis em condições rápidas e raaavelmente seguras. Dirigem-se para companhias escolhidas a dedo, algumas das quais podemos mencionar: Renong (Malásia), ACMA (Singapura), Advanced Information Services (Tailândia), Krung Thai Bank e New World Developments (Hongkong), Arabiam Malaysian Corporation, entre muitas outras. Sejamos concretos. O capitalismo vive do sangue dos povos. Não pode nem desejar preocupar-se com os problemas da pobreza, da fome e do subdesenvolvimento. Esses problemas, deixa-os, inteirinhos, aos seus delegados em acção, os governos dos respectivos países que, entretanto, minados por dificuldades próprias, fecham os olhos ao mundo enlouquecido por condições atrozes para as quais não parece existir resposta.

A longa trajectória de Shevardnadze

A Câmara londrina de Islington sempre gozou de certa fama de comunista. Um exagero, evidentemente. Mas possui alguns belos edifícios que desejaria alugar para serviços das embaixadas, e um dos países contactados para esse efeito foi a ex-República soviética da Geórgia.

O país de Eduard Shevardnadze concordou com uma favorável oferta de aluguer de um prédio de prestígio, em Clerkenwell, contra uma renda baixíssima. Mas, no jornal

Uma operária com problemas — última parte

O comboio nocturno saiu de Glasgow com lentidão. Mas depressa se achou percorrendo as férteis e vastas planícies de Sterlingshire onde grandes batalhas se travaram, no passado, e a sombra do herói Wallace permanece velando pelo destino do povo escocês. E ao romper da manhã, Annie, que passara toda a noite lutando intensamente com profundos pensamentos, julgava-se pronta para enfrentar os seus problemas — trazia consigo um profundo segredo e, quanto à falência decretada contra si pelo tribunal, desprezava-a com toda a sua alma.

Olhando o exterior, percebeu que viajava no seu distrito de Inverness, a capital das «highlands», e sentiu-se bem. Na imensidão, as terras de Moray, de

Elgin, de todo o Inverness-shire, de Cromarthy, Strathspey, Strathbogie, tudo o que fora pertença do general Macbeth que o grande Shakespeare imortalizou mas que, na verdade, não era tão vil ou a mulher tão sanguinária e cruel como o imaginativo dramaturgo os descreveu. Macbeth tinha reais direitos ao trono da Escócia. Matou Duncan. Foi morte pelo filho deste, o futuro Malcolm Canmore. Mas, enquanto rei, visitou Roma, pediu perdão ao Papa e atirou dinheiro aos pobres. Annie Bannister, entretanto, não lera Shakespeare, mas conhecia a vida.

Chegada à estação de Inverness, meteu-se no primeiro autocarro e dirigiu-se a casa. A saudá-la, o cão fiel que vivera dois

georgiano «Politika», logo o antigo ministro dos Estrangeiros de Tbilisi, Ramaz Klimiashvili, reclamou: «Foi um erro tremendo. Islington é uma zona de Londres que continua nas mãos dos comunistas. A bandeira vermelha ergue-se ainda nas varandas da Câmara em cujo salão de entrada permanece um busto de Lénine».

Insatisfeito com estas observações e desejoso de não perder o «valioso» inquilino, o presidente da Câmara em exercício, Howard Mann, respondeu:

«Nunca fomos comunistas. Colocaram-nos essa etiqueta, no passado, e a imprensa conservadora chamava-nos de república socialista de Islington. Uma provocação. Talvez que muitos vereadores sejam, de facto, comunistas. Mas não serão comunistas totalitários. O que desejamos é que todas as embaixadas saiam de Kensington e se mudem para Islington».

Entretanto, para se evitarem mal, entendidos, a Câmara fez deslocar à Geórgia uma importante delegação chefiada por Derek Sawyer para jurar a pés juntos ao presidente Shevardnadze que, a) a bandeira vermelha apenas seria hasteada em dias de reunião da edilidade e, b) o busto de Lénine seria transferido para um museu. Todos satisfeitos, Shevardnadze apertou a mão de Derek Sawyer e descobriu-se, entre gargalhadas, que eram, afinal, uns e outros, adeptos do Arsenal Football Club. E ficou cimentada, assim, uma nova amizade entre os «comunistas» de Islington e os governantes da Geórgia, inimigos dos comunistas. Mas, a propósito: por onde andar, agora, o referido Eduard Shevardnadze?

Ainda pretenderá a embaixada? Ainda possui um país? No passado, sim, tinha um, e dos maiores. Mas ajudou a destruí-lo. Presentemente, preside ao desfazer em ruínas do seu país de origem, a Geórgia. Que estranha, que sombria, que assombrosa, a trajectória deste homem... diz-se um democrata, mas não passa de um destruidor de nações.

rando-a, deparou com um embrulho de razoável tamanho onde, enrolados em jornais, se achavam, ainda nas cintas do Bank of Clyde, diversos maços de notas. Tratava-se, evidentemente, do produto do roubo realizado pelo marido e respectivos seguidores, havia mais de seis anos. A soma considerável de £50.000...

*
**

No gabinete da juíza Mary MacDonald ninguém entrava sem permissão. Mas a operária da fábrica do salmão, ignorando os regulamentos, entrou mesmo. E eram onze horas da manhã, a elegante juíza, de pernas cruzadas, um cigarro entre os dedos, estudava um processo. Na parede, a fotografia da família real inglesa achava-se um tanto deslocada. E a magistrada, mal tivera tempo para reconhecer a operária falida que lhe reaparecia na frente, quando a sua atenção caiu sobre um embrulho que ela lhe depusera em cima da secretária. Desse volume brotavam maços de notas, o que deu imediatamente lugar a uma clara expressão de desconfiança por parte da juíza.

«Onde foi você buscar tanto dinheiro?» perguntou em tom severo. Annie, que já esperava a pergunta, explicou a proveniência daquela soma e, com firmeza na voz, declarou que Bobby Bannister, agora, nada devia a ninguém.

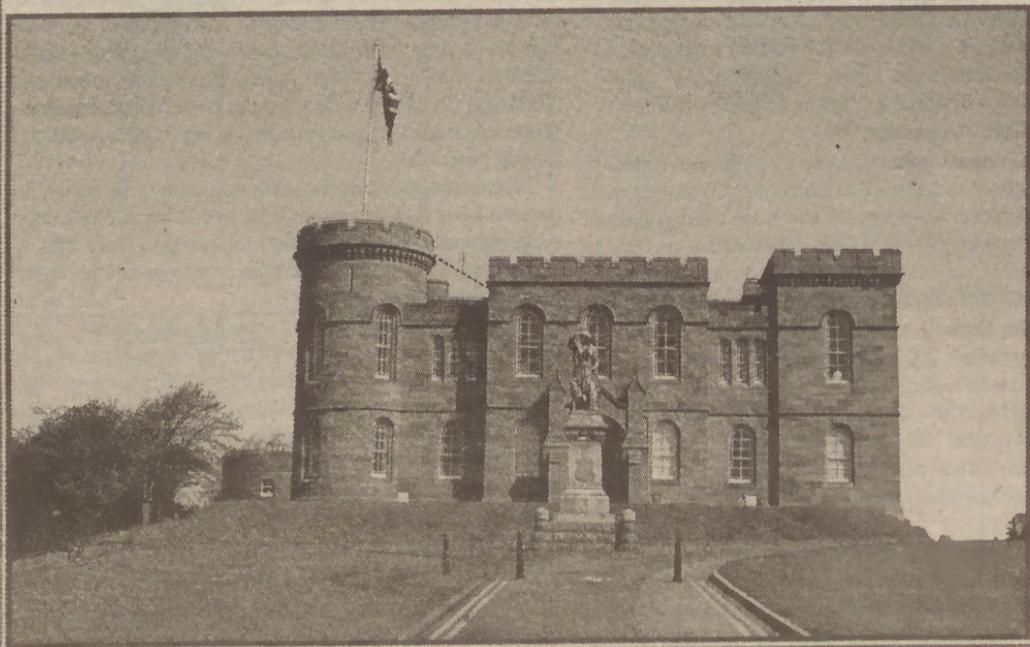
«Mas, quanto à sua falência?, observou a juíza. Annie respirou fundo. E respondeu:

«A minha falência, senhora doutora, é uma fantasia do seu sistema. Sabe quem está falida? Não sou eu, mas a senhora. A senhora, o seu tribunal, a sua justiça, estão todos falidos. A nossa Escócia entrou em falência desde que se sujeitou à Inglaterra, em 1707. Fui a Glasgow. Está tudo falido. Fecharam as fábricas. Não há trabalho. As prisões estão cheias. Os lordes ingleses, que já nos haviam tirado as melhores terras, agora acabaram com as indústrias. A marinha mercante também está falida. O que vai fazer o nosso país, senhora doutora Mary MacDonald? Os Bancos, tranquilamente subordinados ao Banco de Inglaterra, vão transformando em ouro os sacrifícios de todo o povo escocês. A senhora doutora não pode ignorar estas coisas. Então eu é que estou falida? Eu, que nada devo a ninguém...»

Saiu resolutamente. A magistrada não fora capaz de esboçar uma única palavra. O que se passava, na verdade, com aquela mulher?, teria pensado. De repente, a porta do gabinete voltou a abrir-se e surgiu de novo a figura alta e forte da loura operária da fábrica do salmão, gritando:

«E digo-lhe mais, senhora doutora: grandes dias aguardam o mundo! Espere e verá!»

INVERNESS



PONTOS CARDEAIS

Gazetilha

Anedota

Aqueles que endoideceram o país de Salazar, nos mataram, nos venderam e na crise nos meteram sem podermos respirar

... pois são esses os chamados por mais aptos e indicados pra da crise nos tirar...

Um perigo!

Fujam do Liberato! Espantem este rato. Não queiram nenhum trato com este Liberato pior do que um nitrato um chato, um carrapato.

Fujam! Alguém que até nem o ridículo teme, ai é do bacilo, um vassalo.

Eis a vacina, a única: evitá-lo...

Procure as diferenças

Ó António! – diz o Ângelo Correia – Escuta, António. Claro, António. Sim... Enfim, António... Bem, está a coisa [feia...

Guterres, o António, sorridente. O António está contente. Tem quase, quase, um ar familiar.

António. O António não quer ser [diferente.

Cavaco? Enfim: Ele concorda até que mesmo em certos casos, que demónio, nem custa ir-se de Aníbal para António.

Pois é, António, pois é...

Actualidade

Que se dispare contra a multidão.
Que se dê a bom dar em quem proteste.
Que se persiga o povo quanto preste.
Que se elimine uma Constituição.

Que sejam os tanques a espalhar a peste.
Que seja ditadura a solução.
Que se amordace quem disser que não.
Que viva sem trabalho quem proteste.

Que se abram, mais terríveis, os gulagues.
Que avance a Máfia em novos [ziguezagues.

Que alce a Censura os bisturis do estojo.

Que se mate um Congresso. De repente, tudo acha bem o público Vicente!
Um nojo. Um nojo. Um nojo. Um nojo. [Um nojo.

■ IGNOTUS SUM



"Ele engana-se"

Alguns dos comentários mais curiosos à entrevista de Cavaco Silva, na SIC, partiram dos seus correligionários. Assim, Marcelo Rebelo de Sousa, na TSF, embora dê uma nota alta ao desempenho de Cavaco, reconhece que ele fraquejou na parte económica, insiste na tese viperina de que uma das suas vantagens é a falta de cultura e atribui a boa disposição que revelou a um certo distanciamento que lhe vem de já estar a pensar na candidatura a Belém. Mais curioso ainda é o correligionário Pacheco Pereira, no "Expresso". Também começa por elogiar o Primeiro-Ministro, salientando que "defendeu bem o seu terreno". Mas logo a seguir põe em evidência as suas dificuldades na área económica e acentua mordaz: "Algumas imprudências afirmativas do passado. Têm um preço e estão-se a pagar."

É isso. Cavaco está a pagar, entre outras, a insubordinação dos barões, que agora até já reconhecem aquilo que o país tanto gozou na quinta-feira: "ele engana-se!"

Amarelos?

Aquilo que a imprensa amiga do PS tem designado como "a rentrée de Guterres" deu azo a algumas intrigantes coincidências e a alguns embaraçosos equívocos. Entre as coincidências avulta naturalmente aquela interminável entrevista na televisão da Igreja, bem colocada nas vésperas do comício no Pavilhão Carlos Lopes, que só não atingiu todos os objectivos promocionais porque a megalomania de Albarran ofuscou frequentemente as pretensões do "candidato a primeiro-ministro" e a sua oratória torrencial. Mais interessantes ainda são os equívocos. Guterres está a reformar toda a simbologia do PS (o emblema

da mãozinha, o hino e as cores), o que é desde logo um pouco contraditório com o apelo de Manuel Alegre à "alma do PS". É, porém, no domínio das cores que avultam os embaraços. É evidente que Guterres quer acabar com o vermelho revolucionário, o que é devido, e até com o cor-de-rosa moderado, o que seria apropriado, mas dava gozo. A propaganda para o comício foi feita com um verde tão escuro que em vez de esperanças, concitava sombrias expectativas. Talvez por isso o local do comício teve que ser mudado. Então no comício apareceram as bandeiras amarelas, muito amarelas, a emoldurar o líder. Não podemos acreditar! Pois, será que os renovadores do PS não receiam que, para não serem, por engano, designados de vermelhos ou encarnados, possam vir a ser chamados de amarelos?

Fretes e fretalhões

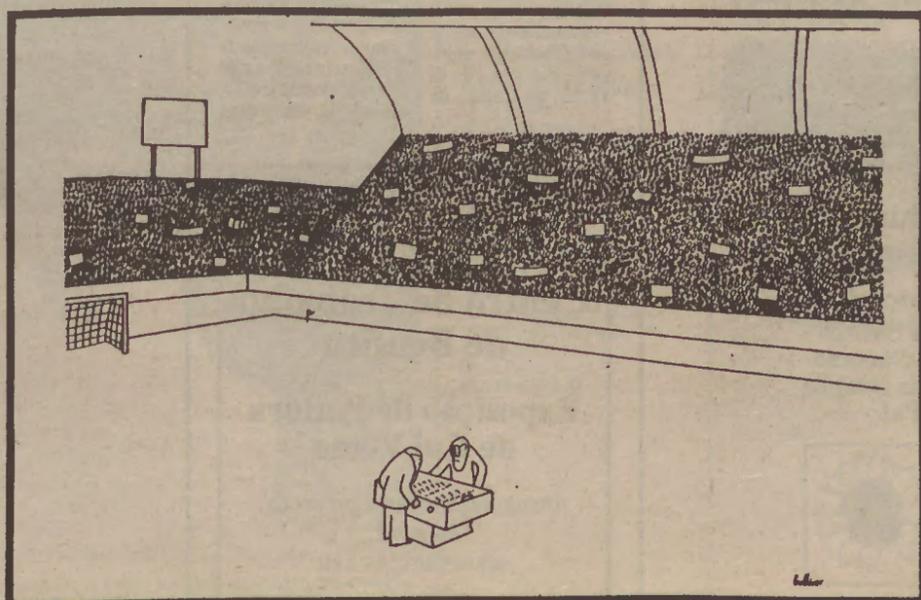
Quem terá convencido o José Manuel Saraiva, do "Expresso" a carregar com o piano de uma crónica sobre a recente recomposição do Tribunal Constitucional para produzir efeitos de denegrimento do PCP? O cronista ou foi enganado ou, com o fardo às costas, e não tendo coragem para recusar o frete, resolveu mentir. Se tivesse lido com atenção o que foi escrito noutra imprensa, se pensasse um pouco, se se informasse teria percebido que o que se passou não foi o PCP ter dificuldade em encontrar outros nomes para propor, mas ter recusado falaciosos e inconsistentes argumentos de pretensa natureza académica com que se encobria uma oposição política e ter insistido no respeito pelo impecável currículo de um magistrado e no respeito pela própria magistratura. Tinha razão o PCP, como se viu. E esse tal do "último comunista" que certos

"saraivas" repetem há décadas e os factos desmentem, também não encobre e nem disfarça que fretalhões como o deste "saraiva" não se fazem de graça...



Que se passa com Leonor?

Referimo-nos, é claro, a Leonor Beleza, figura proeminente do PSD e antiga ministra da Saúde. Como é que se pode perceber que venha agora, depois de anos de silêncio, assumir perante o tribunal as responsabilidades políticas por orientações e decisões por que estão a ser julgados alguns dos seus mais destacados colaboradores no período em que esteve à frente do Ministério da Saúde, acusados de irregularidades, ilegalidades e actos de corrupção? Por que não o fez antes? Costa Freire, o seu secretário de Estado, pediu-lho, inclusivamente da prisão. Outros réus solicitaram-lho. A opinião pública estranhou o seu silêncio. Por que é que vem rompê-lo tantos anos depois? O que mudou para que Leonor se sinta agora tão segura? Mais um mistério da política portuguesa, que está a passar com tão pouca atenção da comunicação social, dos comentadores, analistas e até das instâncias do poder político.



frases da Semana

"Estamos a enganar os jovens."

☞ (Fraústo da Silva, ex-ministro da Educação e membro da extinta Comissão da Reforma do Sistema Educativo - «Público», 15.10.93)

"(...) pessoas que têm vocação de participação política e fizeram uma ruptura sincera com o PCP não devem ficar votadas ao ostracismo político."

☞ (Jorge Lacão, citado no artigo "Plataforma... para onde?" - «Público», 18.10.93)

"Engana-se quem nos identificar com o PS actual ou quem pretenda reduzir a este a esquerda capaz de se tornar maioritária para governar o país."

☞ (José Barros Moura, idem)

"(é necessário) parar para reflectir, repensar o caminho, as vantagens e inconvenientes, ver se é possível sobreviver sem o PS."

☞ (José Luís Judas, idem)

"José Luís Judas não deixa de ser um sindicalista comunista de gema."

☞ (Horta e Costa, candidato do CDS à Câmara de Cascais - «O Diabo», 19.10.93)

"A previsão é sempre falível."

☞ (Braga de Macedo, na apresentação pública do Orçamento de Estado - «Público», 16.10.93)

"Deixo-vos com esta nota de optimismo."

☞ (Idem)

"Tratou-se talvez do único caso em que uma engasgada fez esquecer algumas escorregadelas."

☞ (José António Saraiva, "Política à Portuguesa" - «Expresso», 16.10.93)

ALMADA

Encontro concehlio de candidatos e activistas da CDU: sábado, dia 23, às 15.00, na Incrível Almadense.

Cacilhas - apresentação pública dos candidatos à Assembleia de Freguesia: hoje, quinta-feira, às 21.30, no Beira-Mar Atlético Clube.

Sobreda - Apresentação pública dos candidatos à Assembleia de Freguesia: domingo, 24, às 16.00, na Comissão de Moradores de Vale de Figueira.

BARRERO

Encontro de Activistas da CDU do

Barreiro - na colectividade «Os Franceses», sábado. Sessão pública de encerramento às 17h30, com participação e intervenção do Secretário-Geral do PCP, Carlos Carvalhas

BENAVENTE

Jantar de apoio à CDU, com apresentação de candidatos e divulgação das listas aos vários órgãos autárquicos do concelho e das propostas da CDU: sexta-feira, 22, às 20.00, no restaurante "O Miradouro", com a participação de Luís Sá.

CASCAIS

Cascais - Reunião dos candidatos da freguesia, para planificação do trabalho eleitoral: sexta-feira, 22, às 21.00, no centro de Trabalho de Cascais.

Alcabideche - Reunião dos candidatos da freguesia, para planificação do trabalho eleitoral: sábado, 23, às 16.00, no Centro de Trabalho de Alcabideche.

Visita de Carlos Carvalhas ao Concelho de Cascais: domingo, dia 24 (programa detalhado em destaque nesta página).

S. Domingos de Rana - Reunião de Reformados: hoje,

quinta-feira, às 15.00, no Centro de Trabalho de S. Domingos de Rana, com a participação de Anfbal Guerreiro.

CORUCHE

Sessão-festa de apresentação dos candidatos da CDU aos órgãos autárquicos do concelho: sexta-feira, 22, a partir das 21.00, no Pavilhão Municipal de Exposições. Concerto e baile com actuação de "Crespo e a sua Banda" e "Banda do Cidadão".

ÉVORA

Visita de Carlos Carvalhas a Borba e Vila Viçosa: às 18.30, inauguração da sede da CDU em Borba; às 21.00, sessão de apresentação dos candidatos CDU de Vila Viçosa, no salão dos Bombeiros Voluntários locais (destaque nesta página).

Arraiolos - Apresentação pública dos candidatos CDU aos órgãos concelhios, com a participação de Bernardina Sebastião: às 21.00, no cinema local.

LISBOA

Plenário de candidatos da CDU e militantes do PCP da Freguesia de Linda-a-Velha: no Centro de Trabalho de Algés, hoje, quinta-feira, às 21.00.

Plenário de candidatos da CDU e militantes do PCP da Freguesia de Carnaxide: sexta-feira, 22, às 21.00, no Centro de Trabalho de Carnaxide.

Convívio da Juventude CDU de Lisboa no "Pintado de Fresco" para apresentação dos seus candidatos, com a participação de Sara Canavezes e outros Candidatos Jovens e de Rego Mendes, vereador do Pelouro da Cultura da CM de Lisboa e António Abreu, candidato do PCP na Coligação Com Lisboa.

Plenário da lista da CDU da Freguesia de Cruz Quebrada/Dafundo: sexta-feira, 22, às 21.00, no Centro de Trabalho de Algés.

Convívio no CT dos Olivais, na inauguração da Sala da Juventude e da Oficina Eleitoral: domingo, 24, a partir das 16.00.

Reunião da célula da Mútua dos Pescadores: segunda-feira, 25, no Centro de Trabalho Vitória.

Plenário da célula do BESCL: quarta-feira, 27, às 17.00, no Centro de Trabalho Vitória.

Plenário da célula da Gulbenkian: quinta-feira, dia 28, às 18.00, no Centro de

Agenda

Trabalho da Av. António Serpa

LOURES

Jantar-convívio com os candidatos CDU à freguesia de Loures: sexta-feira, 22, às 22.00, no Refeitório Municipal. Com a presença de Manuel Glória, actual presidente da JF e de Francisco Pereira, vereador da CM.

OEIRAS

Porto Salvo - Apresentação dos candidatos CDU da Freguesia, com a participação de José António Tavares da Cruz, candidato à presidência da CM de Oeiras e de Carlos Chaparro: na SIMPS, sábado, 23, às 21.00.

Carcaveiros - Reunião de Reformados: quarta-feira, dia 27, às 15.30, no Centro de Trabalho de Carcaveiros.

PALMELA

Carlos Sousa, Vítor Borrego e outros candidatos vistam a freguesia de Palmela, no sábado, 23, e a Quinta do Anjo, no domingo.

PARADE

Reunião dos professores comunistas dos concelhos de Oeiras e Cascais: hoje, quinta-feira, às 21.00, no Centro de Trabalho da Parede.

PORTALEGRE

Encontro de candidatos da para debate da estratégia eleitoral da CDU para o distrito de Portalegre: na Casa do Povo de Alter do Chão, sábado, 23, às 15.00, com a participação de Luís Sá, também na sessão pública de encerramento que terá início às 17.00.

PORTIMÃO

Almoço-convívio de candidatos e activistas do concelho, com apresentação pública das candidaturas da CDU aos órgãos do Município: sábado, 23, às 13.00, na Escola C+S na Raminha.

SEIXAL

Almoço-convívio no restaurante «Farol», com a apresentação pública dos candidatos à Assembleia de Freguesia de Ferro: domingo, 24, às 13.00. Participa

Eufrazio Filipe, presidente da CM.

SETÚBAL

Visita de Carlos Carvalhas a Setúbal, Palmela, Pinhal Novo, Barreiro e Moita - sábado, dia 23 (programa em detalhe nesta página).

SINTRA

Queluz - Visita dos candidatos Sérgio Soares (Freguesia de Queluz) e Lino Paulo (CM de Sintra) às instalações da ARPIQ, Associação de Reformados de Queluz: sexta-feira, 22, às 16.00.

Visita dos mesmos candidatos ao Mercado de Queluz (sábado, às 10.00) e Feira de Massamá (sábado às 11).

Juventude CDU de Sintra - Visita dos candidatos Jovens e de Lino Paulo à Feira das Mercês: domingo, 24, a partir das 10.30.

Algueirão-Mem Martins - Visita de candidatos (Jacinto Domingos/Junta de Freguesia e Lino Paulo/CM Sintra) ao Centro de Dia dos Reformados - terça-feira, 26, às 15.00. Contacto dos mesmos candidatos com os trabalhadores da Zona Industrial de S. Carlos - terça-feira, das 12.00 às 14.00. Visita ao Mercado de Fanares: quarta-feira, às 10.00.

VILA FRANCA DE XIRA

S. João dos Montes - Apresentação dos candidatos da CDU aos órgãos da Freguesia: almoço convívio no Grupo Columbófilo de A-dos-Loucos, domingo, dia 24, com a participação de Policarpo dos Santos, José Ernesto Cartaxo, Daniel Branco, Octávio Pato.

Juventude CDU - «Encontro com Jovens Criadores»: debate em torno das propostas da CDU na área do trabalho autárquico para a Juventude. Domingo, 24, na Casa da Juventude e da Cultura de Alverca.

CARLOS CARVALHAS em Cascais e nos distritos de Évora e Setúbal

CASCAIS

Domingo, 24

S. Domingos de Rana

Visita à Estação de Tratamento de Lixo e Lixeira de Trajouce - 10h30
Visita ao Bairro 25 de Abril - 11h00
Visita à Escola Fixa de Trânsito - 11h45
Almoço com candidato, apoiantes da CDU na Colectividade «Os Vinnais» - 12h45

Bairro de Talaíde

Visita e encontro com a população - 15h15

Alcabideche

Encontro com a Comunicação Social no Café Muchacho - 16h45
Convívio com a população na Colectividade de Carrascal de Alvide - 17h45

Estoril

Jantar com candidatos e apoiantes da CDU no Recreativo Clube de Alapraia (Vivenda Renda) - 19h30

ÉVORA

Sexta-feira, 22

Borba

Sessão pública de apresentação de candidatos na Sede concelhia da CDU - 19h00

Vila Viçosa

Sessão pública de apresentação de candidatos no salão dos Bombeiros Voluntários - 20h00

SETÚBAL

Sábado, 23

Setúbal

Contacto com a população do Bº Gen. Humberto Delgado - 10h00

Palmela

Almoço-convívio de candidatos e apoiantes da CDU no restaurante «Retiro Azul» - 13h00

Pinhal Novo

Encontro com mulheres activistas da CDU, na SFUA - 15h30

Barreiro

Intervenção no encerramento do Encontro de Activistas da CDU do Barreiro, na colectividade «Os Franceses» - 17h45

Moita

Jantar com candidatos e apoiantes da CDU, no Pavilhão de Exposições - 19h30
Comício no Cinema do Centro Comercial das Fontainhas, em Vale da Amoreira - 21h30

Juventude CDU da Cidade de Lisboa apresenta os seus candidatos

PINTADO DE FRESCO

(RUA DO CONDE, Nº 23, LISBOA, ÀS JANELAS VERDES)

DIA 22 DE OUTUBRO - 21.30 H

Participa!

COM A PRESENÇA DE:

REGO MENDES

Vereador do Pelouro da Juventude da Câmara Municipal de Lisboa

ANTÓNIO ABREU

Candidato à Câmara Municipal de Lisboa

SARA CANAVEZES

Candidata jovem à Assembleia Municipal de Lisboa

7 de Novembro MAGUSTO NA ATALAIA

promovido pela Com. Concelhia do Seixal

Almoço
Convívio
Baile

Inscreve-te!

Almoço de Apresentação dos CANDIDATOS da CDU de S. João dos Montes

Domingo
dia 24 de Outubro

no Grupo Columbófilo de A-dos-Loucos

Com a presença de:
Policarpo dos Santos
José Ernesto Cartaxo
Daniel dos Reis Branco
Octávio Pato

**LISBOA**

Centro de Trabalho de Benfica

Exposição de Pintura de Rui Viana

Inauguração com a presença do autor, sexta-feira, às 21h



Tempo de Antena do PCP

Dia 28 de Outubro (quinta-feira)

a seguir ao Telejornal na RTP 1

Televisão

Quinta, 21

- 08.00 Bom Dia
09.10 Rua Sésamo
09.35 O Treinador
10.00 Pela Manhã
11.40 Culinária
12.05 Bebê a Bordo
13.00 Jornal da Tarde
13.35 Vizinhos
14.00 Supermercado Americano
14.25 O Viajante no Tempo
15.15 Adeus, Inspector
(ver «Filmes na TV»)
16.45 Agora Escolha!
18.20 Caderno Diário
18.25 Roda da Sorte
19.00 Verão Quente
19.50 RTP - Financial Times
20.00 Telejornal
20.35 O Dono do Mundo
21.35 Isto... Só Vídeo!
22.00 Raios e Coriscos
23.05 Vietnam
00.05 24 Horas

- 11.00 Infantil
12.00 Clínica Veterinária
12.50 Sobreviver
13.40 As Aventuras de Robin Hood
14.10 Cape Rebel
15.05 Ponto por Ponto

Sexta, 22

- 08.00 Bom Dia
09.00 Rua Sésamo
09.30 Crônicas de Narnia
10.00 Pela Manhã
12.00 Culinária
12.10 Bebê a Bordo
13.00 Jornal da Tarde
13.35 Vizinhos
14.00 Desportos Fantásticos
14.25 Viajante no Tempo
15.15 Os Novos Inquilinos
(ver «Filmes na TV»)
16.50 Agora Escolha!
18.20 Caderno Diário
18.25 Roda da Sorte
19.00 Verão Quente
19.50 RTP / Financial Times
20.00 Telejornal
20.35 O Dono do Mundo
21.40 Nico d'Obra
22.10 Meu Pai
(ver «Filmes na TV»)
00.05 24 Horas
00.45 Novas Histórias de Sedução
(ver «Filmes na TV»)
11.00 Infantil
12.00 Clínica Veterinária
12.50 Sobreviver
13.30 As Aventuras de Robin Hood

Sábado, 23

- 08.00 Programa Infantil e Juvenil
11.30 Luta Livre Americana
12.30 Magia
13.00 Notícias
13.15 Parlamento
13.55 Clube Disney
15.35 Aventura à beira-Mar
(ver «Filmes na TV»)
17.25 Beverly Hill's 90210
18.20 Clube Paraiso
18.55 Palavra Puxa Palavra
19.45 Totoloto
20.00 Jornal de Sábado
20.30 Maria Elisa Entrevista...
21.00 Despedida de Solteiro
22.10 Sorteio da Lotaria Europeia
22.20 Parabéns
23.50 Uma Mulher Chamada Jackie
00.45 O Samurá Que Veio do Rio
(ver «Filmes na TV»)
08.00 Caminhos
08.25 Novos Horizontes
09.00 Universidade Aberta
12.00 Bombá, o Filho da Selva
(ver «Filmes na TV»)
13.40 Tauromaquia
14.10 A Família Chisholms
14.30 Pé Grande e os Amigos
15.00 Errie Indiana
16.00 TV 2 Desporto
22.15 Desenhos Animados
22.25 Principal Suspeito
23.20 Teatro: «Comédia de Camas»
01.05 Daddy Nostalgia
(ver «Filmes na TV»)
12.00 Programa Infantil/Juvenil
13.30 Dra. Quinn
14.30 Notícias
14.30 O Colosso de Roma
(ver «Filmes na TV»)
16.30 Raven
17.30 Grandes Planos
18.00 Portugal Radical
18.30 Melrose
19.20 Benny Hill
19.50 Retrato de Mulher
20.45 Jornal da Noite
21.30 Encontros Imediatos
22.10 Repórter da Meia-Noite
23.00 Água na Boca
23.50 Diários Eróticos
00.20 Último Jornal
00.45 Cara Chapada
01.15 Boxe
02.15 MTV

- 12.00 Programa Infantil/Juvenil
13.20 National Geographic
14.20 Notícias
14.40 Fúria de Amar
(ver «Filmes na TV»)
16.30 Tarzan
17.00 O Santo
18.00 Labirinto
18.30 Os Imortais
19.20 Cosby Show
19.50 Retrato de Mulher
20.45 Jornal da Noite
21.30 Vingança Selvagem
(ver «Filmes na TV»)
23.10 Conversas Curtas
24.00 Último Jornal
00.25 Espiões
00.55 MTV

- 10.00 A Casa do Tio Carlos
11.00 Os Bastidores do Espectáculo
11.30 Momentos de Glória
13.00 Desporto - Contra-Ataque
14.30 Lágrimas (compacto)
19.30 Informação Quatro
20.05 Um Tremenda Confusão
(ver «Filmes na TV»)
22.05 Rosa Baiana
23.15 Ponto Final
23.35 Tempo dos Ciganos
(ver «Filmes na TV»)
10.00 A Casa do Tio Carlos
11.00 Animação
11.30 Quatro Ventos
12.00 Vaticano em Directo
12.15 Missa
13.20 Rica Saúde
13.45 O Tio Carlos
15.00 País Real
16.00 Queridos Inimigos
17.20 Forum
18.30 O Novo Caminho das Estrelas
19.30 Informação Quatro
20.05 O Rapaz de Oklahoma
(ver «Filmes na TV»)
21.35 Rosa Baiana
23.05 Ponto Final
23.25 Caixa de Perguntas

Domingo, 24

- 08.00 Programa Infantil / Juvenil
12.00 Sem Limites
12.30 A Família Twist
13.00 Notícias
13.15 Top +
14.05 Marés Vivas
15.10 Os Filhos do Capitão Grant
(ver «Filmes na TV»)
18.45 Dinossauros
19.15 Câmara do Cándido
20.00 Jornal de Domingo
20.30 Casa Cheia
21.10 Despedida de Solteiro
22.15 Os Bonecos da Bola
22.45 O Polvo
00.25 Clips e Spots

- 08.00 À Mão de Semear
08.25 Crime, Disse Ela
09.20 Regiões
10.30 70 x 7
11.00 Missa
11.50 Forum Musical
12.40 Realce
13.10 Gente Remota
14.05 Musical: «Apollo Theatre Hall of Fame»
15.00 TV 2 Desporto
22.45 Desenhos Animados
23.00 Ideias com História
00.05 Vamos a Isto Que É Festa
(ver «Filmes na TV»)
12.00 Programa Infantil/Juvenil
13.20 National Geographic
14.20 Notícias
14.40 Fúria de Amar
(ver «Filmes na TV»)
16.30 Tarzan
17.00 O Santo
18.00 Labirinto
18.30 Os Imortais
19.20 Cosby Show
19.50 Retrato de Mulher
20.45 Jornal da Noite
21.30 Vingança Selvagem
(ver «Filmes na TV»)
23.10 Conversas Curtas
24.00 Último Jornal
00.25 Espiões
00.55 MTV

- 10.00 A Casa do Tio Carlos
11.00 Animação
11.30 Quatro Ventos
12.00 Vaticano em Directo
12.15 Missa
13.20 Rica Saúde
13.45 O Tio Carlos
15.00 País Real
16.00 Queridos Inimigos
17.20 Forum
18.30 O Novo Caminho das Estrelas
19.30 Informação Quatro
20.05 O Rapaz de Oklahoma
(ver «Filmes na TV»)
21.35 Rosa Baiana
23.05 Ponto Final
23.25 Caixa de Perguntas

- 16.30 Notícias
16.40 Santa Bárbara
17.10 Roque Santeiro
18.00 Notícias
18.10 O Resto é Conversa
19.00 Praça Pública
19.30 Notícias
19.40 Renascer
20.45 Jornal da Noite
21.30 Rocky V
(ver «Filmes na TV»)
23.10 Tostões e Milhões
00.30 A Bolsa e a Vida
23.35 Último Jornal
24.00 Os Donos da Bola
00.10 Três é Companhia
00.40 MTV

- 12.00 Animação
12.30 A Casa do Tio Carlos
13.00 A Amiga Olga
13.30 Topázio
14.20 Meteorologia
14.30 Uma Casa na Pradaria
15.15 Rica Saúde
15.45 Fecho da Emissão
16.30 Lassie
16.55 Animação
17.20 A Casa do Tio Carlos
17.50 Quem Sai aos Seus
18.20 Lágrimas
19.00 A Amiga Olga
19.30 Informação Quatro
20.05 Esquadrão Classe A
20.55 Parker Lewis
21.20 Animação
21.40 Ai, Amor!
22.10 Momentos de Glória
23.40 Prolongamento (Desporto)
00.10 Ponto Final
00.30 País Real

- 12.00 Animação
12.25 A Casa do Tio Carlos
13.00 A Amiga Olga
13.30 Topázio
14.25 Meteorologia
14.30 Uma Casa na Pradaria
15.25 Rica Saúde
15.45 Fecho da Emissão
16.30 Lassie
16.55 Animação
17.20 A Casa do Tio Carlos
17.55 Quem Sai aos Seus
18.20 Lágrimas
19.00 A Amiga Olga
19.30 Informação Quatro
20.05 Esquadrão Classe A
20.55 Parker Lewis
21.20 Animação
21.40 Queridos Inimigos
23.05 Sirenes
23.50 Ponto Final
00.10 Quarta a Fundo
00.40 Hunter

Segunda, 25

- 08.00 Bom Dia
09.00 Rua Sésamo
09.35 O Treinador
10.00 Pela Manhã
11.40 Culinária
12.05 Bebê a Bordo
13.00 Jornal da Tarde
13.35 Vizinhos
14.00 No Fundo do Mar
14.25 O Viajante no Tempo
15.25 A Máscara do Outro
(ver «Filmes na TV»)
16.50 Agora Escolha!
18.20 Roda da Sorte
19.00 Verão Quente
19.50 RTP - Financial Times
20.00 Telejornal
20.40 O Dono do Mundo
21.40 Os Inocentes
22.10 Concurso «Entre Famílias»
23.15 Querido John
23.50 24 Horas

- 11.00 Infantil
12.00 Clínica Veterinária
12.45 Sobreviver
13.35 As Aventuras de Robin Hood
14.05 Cape Rebel
15.00 Ponto por Ponto
16.00 Colombo e a Idade das Descobertas
16.55 Liceu Degrassi
17.25 Jogo de Damas
18.05 Vamp
19.00 Um, Dó, Li, Tá
20.00 Magazine: «Cinema»
20.20 Futebol: Paços de Ferreira-Benfica
22.25 Desenhos Animados
22.40 Deus nos Acuda
23.30 TV2 Jornal
00.20 Remate
00.30 Ouvir e Falar

- 16.30 Notícias
16.40 Santa Bárbara
17.10 Roque Santeiro
18.00 Notícias
18.05 O Resto é Conversa
19.00 Praça Pública
19.30 Notícias
19.40 Renascer
20.45 Jornal da Noite
21.30 Ora Bolas, Marina
22.00 A Brincar, A Brincar
22.30 Terça à Noite
23.30 Amor e Guerra
00.00 A Bolsa e a Vida
00.05 Último Jornal
00.30 Os Donos da Bola
00.40 Internacional Sic
01.10 MTV

- 12.00 Animação
12.25 A Casa do Tio Carlos
13.00 A Amiga Olga
13.30 Topázio
14.20 Meteorologia
14.30 Uma Casa na Pradaria
15.25 Rica Saúde
15.45 Fecho da Emissão
16.30 Lassie
16.55 Animação
17.20 A Casa do Tio Carlos
17.55 Quem Sai aos Seus
18.20 Lágrimas
19.00 A Amiga Olga
19.30 Informação Quatro
20.05 Esquadrão Classe A
20.55 Parker Lewis
21.20 Animação
21.40 Platoon - Os Bravos do Pelotão
(ver «Filmes na TV»)
23.35 Ponto Final
23.55 Prova dos Nove
00.25 Telemotor
00.55 Hunter

- 12.00 Animação
12.30 A Casa do Tio Carlos
13.00 A Amiga Olga
13.30 Topázio
14.25 Meteorologia
14.30 Uma Casa na Pradaria
15.25 Rica Saúde
15.45 Fecho da Emissão
16.30 Lassie
16.55 Animação
17.20 A Casa do Tio Carlos
17.55 Quem Sai aos Seus
18.20 Lágrimas
19.00 A Amiga Olga
19.30 Informação Quatro
20.05 Esquadrão Classe A
20.55 Parker Lewis
21.20 Animação
21.40 Queridos Inimigos
23.05 Sirenes
23.50 Ponto Final
00.10 Quarta a Fundo
00.40 Hunter

Terça, 26

- 08.00 Bom Dia
09.10 Rua Sésamo
09.30 Os Anos Dourados
10.00 Pela Manhã
11.40 Culinária
12.05 Bebê a Bordo
13.00 Jornal da Tarde
13.35 Vizinhos
14.00 Q.E.D.
14.25 O Viajante no Tempo
14.45 Assim Nasce a Aurora
(ver «Filmes na TV»)
16.45 Agora Escolha!
18.30 Roda da Sorte
19.00 Verão Quente
19.50 RTP - Financial Times
20.00 Telejornal
20.35 O Dono do Mundo
21.40 Cuidado com as Imitações
22.15 Você Decide
23.15 De Caras
00.30 24 Horas

- 11.00 Infantil
12.00 Clínica Veterinária
12.50 Sobreviver
13.40 As Aventuras de Robin Hood
14.10 Cape Rebel
15.00 Ponto por Ponto
15.50 Para Além do Ano 2000
16.35 Liceu Degrassi
17.05 Jogo de Damas
18.20 Vamp
19.05 Um, Dó, Li, Tá
20.00 Magazine: «Teatro»
20.35 Os Trintões
21.05 Desenhos Animados
21.20 Deus Nos Acuda
22.30 TV2 Jornal
23.00 RTP/Financial Times
23.10 Remate
23.20 Tramas de Seda
00.20 Rotações

- 16.30 Notícias
16.40 Santa Bárbara
17.10 Roque Santeiro
18.00 Notícias
18.05 O Resto é Conversa
19.00 Praça Pública
19.30 Notícias
19.40 Renascer
20.45 Jornal da Noite
21.30 Ora Bolas, Marina
22.00 A Brincar, A Brincar
22.30 Terça à Noite
23.30 Amor e Guerra
00.00 A Bolsa e a Vida
00.05 Último Jornal
00.30 Os Donos da Bola
00.40 Hoovers vs. Kennedys
01.40 MTV

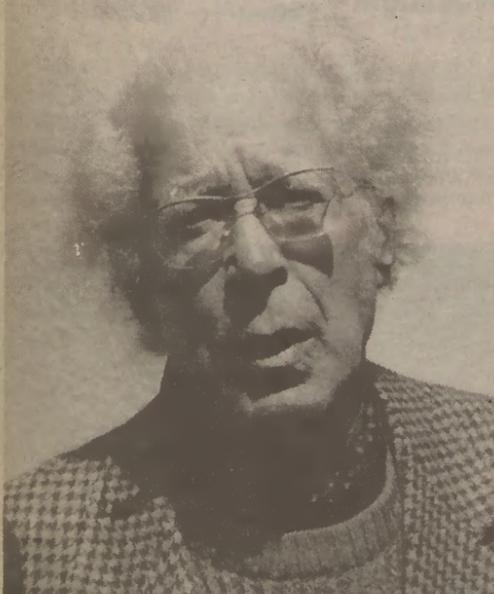
- 12.00 Animação
12.25 A Casa do Tio Carlos
13.00 A Amiga Olga
13.30 Topázio
14.20 Meteorologia
14.30 Uma Casa na Pradaria
15.25 Rica Saúde
15.45 Fecho da Emissão
16.30 Lassie
16.55 Animação
17.20 A Casa do Tio Carlos
17.55 Quem Sai aos Seus
18.20 Lágrimas
19.00 A Amiga Olga
19.30 Informação Quatro
20.05 Esquadrão Classe A
20.55 Parker Lewis
21.20 Animação
21.40 Platoon - Os Bravos do Pelotão
(ver «Filmes na TV»)
23.35 Ponto Final
23.55 Prova dos Nove
00.25 Telemotor
00.55 Hunter

- 12.00 Animação
12.30 A Casa do Tio Carlos
13.00 A Amiga Olga
13.30 Topázio
14.25 Meteorologia
14.30 Uma Casa na Pradaria
15.25 Rica Saúde
15.45 Fecho da Emissão
16.30 Lassie
16.55 Animação
17.20 A Casa do Tio Carlos
17.55 Quem Sai aos Seus
18.20 Lágrimas
19.00 A Amiga Olga
19.30 Informação Quatro
20.05 Esquadrão Classe A
20.55 Parker Lewis
21.20 Animação
21.40 Queridos Inimigos
23.05 Sirenes
23.50 Ponto Final
00.10 Quarta a Fundo
00.40 Hunter

Quarta, 27

- 08.00 Bom Dia
09.10 Rua Sésamo
09.30 Os Anos Dourados
10.00 Pela Manhã
11.40 Culinária
12.05 Bebê a Bordo
13.00 Jornal da Tarde
13.35 Vizinhos
14.05 Terras do Noroeste
14.30 O Viajante no Tempo
15.20 Boudou Querido
(ver «Filmes na TV»)
16.40 Agora Escolha!
18.10 Roda da Sorte
18.55 Verão Quente
19.50 RTP - Financial Times
20.00 Telejornal
20.35 O Dono do Mundo
21.35 Sozinhos em Casa
22.15 Vamos Jogar no Totobola
22.30 Chuva Negra
(ver «Filmes na TV»)
00.50 24 Horas

- 11.00 Infantil
12.00 Clínica Veterinária
12.50 Sobreviver
13.40 As Aventuras de Robin Hood
14.05 Cape Rebel
15.05 Ponto por Ponto
16.00 O Segundo Imperativo
16.50 Liceu Degrassi
17.30 Jogo de Damas
18.10 Vamp
19.00 Um, Dó, Li, Tá
20.05 Magazine: «Ver Artes»
20.30 Gente de Hollywood
21.35 Deus Nos Acuda
22.30 TV2 Jornal
23.10 Remate
23.20 Desaparecidos
23.50 A Ponte de Brooklin



Passado um ano sobre a sua realização, a RTP considera finalmente oportuno dar a conhecer o documentário que produziu sobre Fernando Lopes-Graça. A ver amanhã, sexta-feira, às 10h25, no «Artes e Letras» da TV2

- 16.00 Força Bruta
16.55 Liceu Degrassi
17.25 Temas e Telmas
18.05 Vamp
19.00 Um, Dó, Li, Tá
20.00 Magazine «Viver com Saúde»
20.30 A Dança
21.35 Deus nos Acuda
22.30 TV2 Jornal
23.00 RTP - Financial Times
23.15 Remate
23.25 Serões na Província
00.25 O Vigilante da Estrada

- 16.30 Notícias
16.40 Santa Bárbara
17.10 Roque Santeiro
18.00 Notícias
18.10 O Resto é Conversa
19.00 Praça Pública
19.30 Notícias
19.40 Renascer
20.45 Jornal da Noite
21.30 Minas e Armadilhas
22.00 Casos de Polícia
23.00 Corações em Chamas
23.45 Último Jornal
00.10 Os Donos da Bola
00.20 Atitudes Britânicas
01.20 MTV

- 12.00 Animação
12.25 A Casa do Tio Carlos
12.55 A Amiga Olga
13.30 Topázio
14.30 Uma Casa na Pradaria
15.15 Rica Saúde
15.45 Fecho da Emissão
16.30 Lassie
17.00 Animação
17.20 A Casa do Tio Carlos
18.00 Quem Sai aos Seus
18.25 Lágrimas
19.00 A Amiga Olga
19.30 Informação Quatro
20.05 Esquadrão Classe A
20.55 Parker Lewis
21.25 Animação
21.40 Irmãos de Sangue
22.30 Um Supervendedor em Apuros
(ver «Filmes na TV»)
00.30 Ponto Final
00.50 Hunter

- 14.00 Cape Rebel
15.05 Ponto por Ponto
16.00 O Mundo Animal
16.55 Liceu Degrassi
17.25 Temas e Telmas
18.05 Vamp
19.00 Um, Dó, Li, Tá
19.25 Outras Margens
19.55 A Bruma da Memória
20.25 Artes e Letras: «Fernando Lopes-Graça»
21.20 Desenhos Animados
21.40 Deus Nos Acuda
22.30 TV2 Jornal
23.00 RTP - Financial Times
23.15 Remate
23.40 Sexualidades
00.10 Irmãs
01.05 Cidade Portuária
(ver «Filmes na TV»)
16.30 Notícias
16.40 Santa Bárbara
17.10 Roque Santeiro
18.00 Notícias
18.10 O Resto é Conversa
19.00 Praça Pública
19.30 Notícias
19.40 Renascer
20.45 Jornal da Noite
21.30 Chuva de Estrelas
22.30 Na Cama Com...
23.35 Último Jornal
23.55 Os Donos da Bola
00.10 Playboy
01.00 Tom Jones, Romântico e Aventureiro
(ver «Filmes na TV»)
12.00 Animação
12.25 A Casa do Tio Carlos
12.55 A Amiga Olga
13.25 Topázio
14.15 Meteorologia
14.30 Uma Casa na Pradaria
15.15 Rica Saúde
15.45 Fecho da Emissão
16.30 Lassie
17.00 Animação
17.30 A Casa do Tio Carlos
18.00 Quem Sai aos Seus
18.30 Lágrimas
19.00 A Amiga Olga
19.30 Informação Quatro
20.05 Esquadrão Classe A
20.55 Parker Lewis
21.20 Animação
21.40 Céus de África
22.10 Artur Albarran
23.40 Ponto Final
24.00 Um Casamento
(ver «Filmes na TV»)
12.00 Animação
12.25 A Casa do Tio Carlos
13.00 A Amiga Olga
13.30 Topázio
14.25 Meteorologia
14.30 Uma Casa na Pradaria
15.25 Rica Saúde
15.45 Fecho da Emissão
16.30 Lassie
16.55 Animação
17.20 A Casa do Tio Carlos
17.55 Quem Sai aos Seus
18.20 Lágrimas
19.00 A Amiga Olga
19.30 Informação Quatro
20.05 Esquadrão Classe A
20.55 Parker Lewis
21.20 Animação
21.40 Queridos Inimigos
23.05 Sirenes
23.50 Ponto Final
00.10 Quarta a Fundo
00.40 Hunter

- 16.30 Notícias
16.40 Santa Bárbara
17.10 Roque Santeiro
18.00 Notícias
18.05 O Resto é Conversa
19.00 Praça Pública
19.30 Notícias
19.40 Renascer
20.45 Jornal da Noite
21.30 Ora Bolas, Marina
22.00 A Brincar, A Brincar
22.30 Terça à Noite
23.30 Amor e Guerra
00.00 A Bolsa e a Vida
00.05 Último Jornal
00.30 Os Donos da Bola
00.40 Hoovers vs. Kennedys
01.40 MTV

- 12.00 Animação
12.25 A Casa do Tio Carlos
13.00 A Amiga Olga
13.30 Topázio
14.20 Meteorologia
14.30 Uma Casa na Pradaria
15.15 Rica Saúde
15.45 Fecho da Emissão
16.30 Lassie
16.55 Animação
17.20 A Casa do Tio Carlos
17.55 Quem Sai aos Seus
18.20 Lágrimas
19.00 A Amiga Olga
19.30 Informação Quatro
20.05 Esquadrão Classe A
20.55 Parker Lewis
21.20 Animação
21.40 Céus de África
22.10 Artur Albarran
23.40 Ponto Final
24.00 Um Casamento
(ver «Filmes na TV»)
12.00 Animação
12.25 A Casa do Tio Carlos
13.00 A Amiga Olga
13.30 Topázio
14.25 Meteorologia
14.30 Uma Casa na Pradaria
15.25 Rica Saúde
15.45 Fecho da Emissão
16.30 Lassie
16.55 Animação
17.20 A Casa do Tio Carlos
17.55 Quem Sai aos Seus
18.20 Lágrimas
19.00 A Amiga Olga
19.30 Informação Quatro
20.05 Esquadrão Classe A
20.55 Parker Lewis
21.20 Animação
21.40 Queridos Inimigos
23.05 Sirenes
23.50 Ponto Final
00.10 Quarta a Fundo
00.40 Hunter



«Verão Quente», a nova novela de produção nacional, em exibição no Canal 1



«Simão e a Bruxa», uma série com pinta nos programas juvenis da RTP

Filmes na TV

QUINTA, 21

Adeus Inspector

«Adieu Poulet» (Fr./1975). Real.: Pierre Garnier-Defèrre. Int.: Lino Ventura, Patrick Dewaere, Victor Lanoux, Claude Brosset. Cor, 90 min. Ver Destaque. (15.15, Canal 1)

Um Supervendedor em Apuros

«Traveling Man» (EUA/1989). Real.: Irvin Kershner. Int.: John Lightgow, Jonathan Silverman, John Glover, Margaret Colin. Drama. (22.30, Quatro)

SEXTA, 22

Os Novos Inquilinos

«Life With the Lyons» (Gr.Br./1953). Real.: Val Guest. Int.: Bebe Dabielis, Ben Lyon, Barbara Lyon, Richard Lyon, Horace Percival. P/B, 70 min. Comédia. (15.15, Canal 1)

Meu Pai

«Dad» (EUA/1989). Real.: Gary David Goldberg. Int.: Jack Lemon, Olympia Dukakis, Ted Danson, Kathy Baker, Kevin Spacey. Cor, 112 min. Ver Destaque. (22.10, Canal 1)

Um Casamento

«A Wedding» (EUA/1978). Real.: Robert Altman. Int.: Carol Burnett, Desi Arnaz, Jr., Mia Farrow, Geraldine Chaplin, Vittorio Gassman. Cor, 125 min. Ver Destaque. (00.00, Quatro)

Novas Histórias de Sedução

«Women and Men: Three Short Stories» (nenhuma informação prestada pela RTP). (00.45, Canal 1)

Tom Jones, Romântico Aventureiro

«Tom Jones» (Gr.Br./1963). Real.: Tony Richardson. Int.: Albert Finney, Susannah York, Hugh Griffith, Edith Evans, Joece Redman. Cor, 129 min. Ver Destaque. (01.00, SIC)

Cidade Portuária

«Hamnstad» (Suécia/1948). Real.: Ingmar Bergman. Int.: Nine-Christine Jonsson, Bengt Eklund, Berta Hall, Eric Hell. P/B, 93 min. Ver Destaque. (01.05, TV 2)

SÁBADO, 23

Bomba, o Filho da Selva

«Bomba and the Jungle Girl» (EUA/1953). Real.: Ford Beebe. Int.: Johnny Sheffield, Karen Sharpe, Walter Sande, Suzette Harbin. Aventuras. (12.00, TV 2)

O Colosso de Roma

«Il Colosso di Roma» (It./1964). Real.: Giorgio Ferroni. Int.: Steve Reeves, Sylvia Koscina. Cor, 115 min. Aventura Histórica. (14.40, SIC)

Aventura à Beira Mar

«Salty» (EUA/1973). Real.: Ricou Browning. Int.: Mark Slade, Nina Foch, Julius W. Harris, Linda Scruggs, Clint Howard. Cor, 95 min. Filme para jovens. (15.35, Canal 1)

Uma Tremenda Confusão

«A Fine Mess» (EUA/1986). Real.: Blake Edwards. Int.: Ted Danson, Howie Mandel, Maria Conchita Alonso. Cor, 94 min. Comédia. (20.05, Quatro)

Tempo dos Ciganos

«Dom Za Vesanje» (Jugoslávia/1990). Real.: Emir Kusturica. Int.: Davor Dujmovic, Bora Todorovic, Ljuba Aszovic. Cor, 142 min. Ver Destaque. (23.35, Quatro)

O Samurai Que Velo do Frio

«Swordkill» / «Ghost Warrior» (EUA/1984). Real.: Larry Carroll. Int.: Hiroshi Fujika,

Janet Julian, John Calvin, Charles Lampkin. Cor, 82 min. «Thriller». (00.45, Canal 1)

Daddy Nostalgia

«Daddy Nostalgie» (Fr./1990). Real.: Bertrand Tavernier. Int.: Dirk Bogarde, Jane Birkin, Odette Laure, Emmanuelle Bataille. Cor, 104 min. Ver Destaque. (01.05, TV 2)

DOMINGO, 24

Fúria de Amar

«Marjorie Morningstar» (EUA/1958). Real.: Irving Rapper. Int.: Gene Kelly, Natalie Wood, Claire Trevor, Ed Wynn, Everett Sloane. Cor, 123 min. Melodrama. (14.40, SIC)

Os Filhos do Capitão Grant

«In Search of the Castaways» (Gr.Br./1961). Real.: Robert Stevenson. Int.: Maurice Chevalier, Hayley Mills, George Sanders, Anthony Caruso. Cor, 91 min. Ver Destaque. (15.10, Canal 1)

O Rapaz de Oklahoma

«The Boy From Oklahoma» (EUA/1954). Real.: Michael Curtiz. Int.: Will Rogers, Jr., Nancy Olson, Lon Chaney, Anthony Caruso. Cor, 88 min. Ver Destaque. (20.05, Quatro)

Vingança Selvagem

«The Evil that Men Do» (EUA/1984). Real.: J. Lee Thompson. Int.: Charles Bronson, Teresa Saldaña, Joseph Maher, Jose Ferrer. Cor, 89 min. Ver Destaque. (21.30, SIC)

Vamos a Isto, Que é Festa

«Que la Fête Commence» (Fr./1975). Real.: Bertrand Tavernier. Int.: Philippe Noiret, Jean Rochefort, Jean-Pierre Marielle. Cor, 116 min. Ver Destaque. (00.05, TV 2)

SEGUNDA, 25

A Máscara do Outro

«The Masquerader» (EUA/1933). Real.: Richard Wallace. Int.: Ronald Colman, Elissa Landi, Juliette Compton, Halliwell Hobbes. P/B, 75 min. Ver Destaque. (15.15, Canal 1)

Rocky V

«Rocky V» (EUA/1990). Real.: John G. Avildsen. Int.: Sylvester Stallone, Talia Shire. Cor, 105 min. Ver Destaque. (21.30, SIC)

TERÇA, 26

Assim Nasce a Aurora

«Cela s' Appelle l' Aurore» (Fr./1955). Real.: Luis Buñuel. Int.: Georges Marchal, Lucia Bosé, Gianni Esposito, Julian Bertheau. P/B, 95 min. Ver Destaque. (15.20, Canal 1)

Platoon

Os Bravos do Pelotão

«Platoon» (EUA/1986). Real.: Oliver Stone. Int.: Tom Berenger, Willem Dafoe, Charlie Sheen, Kevin Dillon, Francesco Quinn. Cor, 115 min. Ver Destaque. (21.40, Quatro)

QUARTA, 27

Boudu Querido

«Boudu Sauvé des Eaux» (Fr./1932). Real.: Jean Renoir. Int.: Michel Simon, Charles Grandval, Jean Dasté, Marcelle Hainia. P/B, 86 min. Ver Destaque. (15.20, Canal 1)

Chuva Negra

«Black Rain» (EUA/1989). Real.: Ridley Scott. Int.: Michael Douglas, Andy Garcia, Ken Takakura, Kate Capshaw, Iusaku Matsuda. Cor, 121 min. Ver Destaque. (22.30, Canal 1)

Nota: a Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.

— Por isto e por aquilo... —

Adeus Inspector

(Quinta, 15.15, Canal 1)

Entre as várias e excelentes tradições do cinema francês contam-se não só a do *filme policial* como também a do *filme político* - ambos mais ou menos inspirados nos modelos congéneres do cinema americano - mas criando, sem qualquer dúvida, uma imagem de marca e factura muito própria. É o que se passa, por exemplo, com este filme de **Pierre-Garnier Defèrre** que nos conta a história da investigação de um crime praticado durante uma campanha eleitoral, investigação essa que é perturbada por pressões políticas incomodadas com a evolução do processo. Nos principais papéis, duas figuras e dois rostos (**Lino Ventura** e **Patrick Dewaere**) que, também à semelhança da tradição francesa, dão inteira verosimilhança às personagens que interpretam - mais um domínio em que os franceses competem de igual para igual com os americanos.

Meu Pai

(Sexta, 22.10, Canal 1)

A história é das mais convencionais no género e, como é inevitável, resulta sempre: à beira da morte, motivada por doença incurável, um pai vê chegar, para acompanhar os seus últimos dias, o filho que, afinal, nunca compreendera em vida; e ambos se confessam mutuamente, lamentando o tempo perdido e os afastamentos evitáveis. Segundo elemento típico: também o filho tem uma vida familiar em crise, que talvez agora vá salvar à luz da lição que a sua relação complexa com o pai representa. No meio de todos estes convencionalismos e do sentimentalismo latente à superfície do filme (produzido, está bem de ver, pelos estúdios de Spielberg...), o espectáculo mais apetecível está a cargo dos actores: nada menos do que **Jack Lemmon**, **Olympia Dukakis** e **Ted Danson**.

Um Casamento

(Sexta, 00.00, Quatro)

Não pode dizer-se que os filmes de que a *Quatro* conseguiu dispor para este ciclo de **Robert Altman** sejam, todos eles, absolutamente indiscutíveis na sua carreira. E, como não se pode sempre ter do melhor, também este *Um Casamento* levanta algumas reservas, não tanto porque o talento e o rasgo cinematográfico do realizador não esteja como quase sempre presente, mas, sobretudo, porque a galeria de personagens que o espectador vai descobrindo durante a cerimónia de um casamento lhes são por ele mostradas com uma forte dose de desprezo, que aconselha forte distanciamento.

Tom Jones, Romântico Aventureiro

(Sexta, 01.00, SIC)

Na *Cama com...* **Tom Jones**, seria porventura a legenda publicitária mais adequada aos nossos tempos e ao espírito do canal que teve a (aliás, excelente) ideia de recordar este filme que, nos anos 60, constituiu um êxito de bilheteira. Êxito justíssimo, já que se trata de uma obra dos bons tempos de **Tony Richardson**, um realizador que, com **Lindsay Anderson** e **Karel Reisz** (e fazendo equipa com os autores teatrais **John Osborne** e **Harold Pinter**) revolucionou o teatro britânico e foi um dos mais importantes representantes de uma das fases mais criativas e impressionantes do cinema britânico - a corrente chamada *Free Cinema*. O filme foi galardoado com quatro Oscars e conta, com estonteante dinamismo e invenção, as incríveis aventuras de um videirinho que, em pleno século XVIII, sobe na escala social à base dos truques baixos e das proezas sexuais. E, se a memória não falha, atenção para a irresistível cena da degustação da galinha - que constitui, só, um dos momentos mais fortemente eróticos de todo o cinema. (E, a propósito das fragilidades da memória, o facto é que, confiar apenas nela - e abandonar a confortável segurança que constitui a consulta das referências -, prega por vezes inusitadas partidas, como aconteceu no número anterior, em que aqui atribuímos o filme *Zazie no Metro* a François Truffaut, quando se estava mesmo a ver que ele era de Louis Malle! Um daqueles lapsos involuntários, para o quais não costumamos usar o alibi da velha e estafada «arrelhiadora gralha».)

Cidade Portuária

(Sexta, 01.05, TV 2)

É mais uma obra - comercialmente inédita entre nós - pertencente ao ciclo dedicado a **Ingmar Bergman**. Aqui, ainda subjugado aos rodriguiños do melodrama, o realizador tentava, influenciado por uma inspiração algo miserabilista, dar-nos o retrato de um estivador e de uma prostituta à volta com os seus amores infelizes. Estávamos ainda bem longe das obras-primas da maturidade. Uma curiosidade.



Albert Finney e Susannah York, em «Tom Jones», de Tony Richardson

Tempo dos Ciganos

(Sábado, 23.35, Quatro)

Não pode dizer-se que este filme do realizador jugoslavo **Emir Kusturica** tenha colhido a unanimidade da crítica - o que, por vezes, é excelente - mesmo que o cineasta tenha alcançado o Prémio de Melhor Realizador no Festival de Cannes - o que, por vezes, é péssimo. O facto é que as opiniões são extremadas e contraditórias acerca da alegada e, para alguns, chocante identificação do realizador com as personagens que filma e, para outros, sobre o que isso significa de dignificante e sensível compreensão e conhecimento da realidade de um povo. Acompanhando o crescimento de um jovem cigano e a sua aprendizagem nos meandros do crime, no seio de uma comunidade em que as figuras que o realizador predominantemente nos mostra são as dos assassinos, dos traficantes e dos marginais, o filme parece encontrar a única justificação para a sua existência na edificação de um fresco, inegavelmente exuberante, pitoresco e colorido, mas fortemente contestável quanto ao seu polémico significado profundo.

Daddy Nostalgia

(Sábado, 01.05, TV 2)

Trata-se do primeiro de dois filmes que a *TV 2* este fim-de-semana nos mostra de um cineasta francês - **Bertrand Tavernier** - que, vindo da crítica cinematográfica em que sempre se situou em plano de relevo, se tem caracterizado por alguma irregularidade na sua já razoável carreira de trinta anos preenchida com momentos altos e baixos correspondentes a filmes



Um fotograma de «Platoon», uma denúncia da guerra por Oliver Stone

que, curiosamente, abrangem vários e diferenciados géneros.

Continuando à espera de alguns dos seus filmes maiores, como *Um Domingo no Campo* ou *À Volta da Meia-Noite*, comecemos, hoje, por *Daddy Nostalgia*, um filme intimista, ao que parece extremamente pessoal, que constitui uma reflexão sobre as relações entre um pai e uma filha.

Os Filhos do Capitão Grant

(Domingo, 15.10, Canal 1)

Com esforçado e louvável desempenho dos seus principais intérpretes, esta é uma história que **Robert Stevenson** vai adaptar de uma obra de **Jules Verne** e que conta as aventuras e perigos que uma expedição enfrenta durante uma missão que vai tentar encontrar um capitão de mar desaparecido. Produzido pelos **Estúdios Disney**, a sua factura está, entretanto, bem longe dos melhores exemplares desta «fábrica de entretenimentos».

O Rapaz de Oklahoma

(Domingo, 20.05, Quatro)

Trata-se de um *western* calmo e simpático, sem grandes voos, em que um jovem *cowboy* estudante de direito - escolhido pelo prefeito local em face da sua aparente ingenuidade - se vê alçado à posição de *sheriff* de uma cidade, para logo se envolver na investigação de um crime recente, a qual vai levá-lo a inculpar o próprio prefeito.

Vingança Selvagem

(Domingo, 21.30, SIC)

O destaque serve apenas para realçar que, por uma vez, o título português deste filme é bem mais suportável... do que o próprio título original (*The Evil That Men Do*), obviamente uma baixa «piscadela de olho» e um «chamariz» para um filme menor, de objecta e desmedida violência, em que um *matador profissional* vai no encalce de um *médico sádico*, especialista em torturas numa ditadura da América do Sul...

Vamos a Isto, Que é Festa

(Domingo, 00.05, TV 2)

Ao contrário de *Daddy Nostalgia*, este segundo filme de **Bertrand Tavernier** é bem representativo do que de melhor é capaz o realizador. Com acção situada no início do século XVIII,

trata-se de um filme que foca a época particularmente rica em acontecimentos e sinais que antecederam a Revolução Francesa - um período decisivo e violentamente contraditório nos seus choques sociais, excelentemente recriado por Tavernier. Num filme em que as intrigas cruzadas ao nível superior da sociedade são escalpelizadas em paralelo com o crescimento da miséria e o fervilhar da revolta popular, o realizador retrata, com grande sentido de cinema e realismo, o percurso de Philippe d'Orléans, regente em França, um liberal e reformista que não dispensava a vida sumptuosa e a galanteria aristocrata.



Michael Douglas, intérprete principal de «Chuva Negra», de Ridley Scott

A Máscara do Outro

(Segunda, 15.15, Canal 1)

Um filme calmo e ligeiro - certamente algo datado - mas bem programado para uma «sessão da tarde», com um argumento interessante que nos conta a história de um pacato jornalista que, na melhor das intenções, entra no jogo das aparências ao tentar substituir, no parlamento inglês, um seu primo cada vez mais subjugado pelo vício do álcool e da droga.

Rocky V

(Segunda, 21.30, SIC)

O destaque serve, desta vez, para realçar que tanto o título português como o título original se equivalem... Será que ainda há um Rocky VI para desempacotar?

Assim Nasce a Aurora

(Terça, 15.20, Canal 1)

Um filme de Luis Buñuel a descobrir com alguma curiosidade, já que, por um lado, parece tratar-se de um objecto fílmico que foge bastante ao fio condutor e ao impiedoso radicalismo que costumam marcar a obra do grande cineasta espanhol, já que, por outro lado, parece ter sido recebido com assinalável controvérsia pela crítica.

Platoon - Os Bravos do Pelotão

(Terça, 21.40, Quatro)

Filme claramente posicionado contra o reaganismo imperante na década de 80 nos Estados Unidos, Platoon, para além do tremendo êxito de público que alcançou, fica com exemplo dos mais impressionantes de um cinema que remava contra as ciclicas marés do militarismo, também ele omnipresente na mesma década no cinema americano. Logo no seu início, quando em imagens e sons de grande e penetrante cinema os jovens soldados chegam ao teatro de guerra no Vietname para substituírem os seus camaradas mortos - cujos restos mortais são transportados de volta para a pátria e com os quais eles se cruzam em pleno espanto - logo nesse momento, o tom está dado: estamos perante um filme fortemente antibelicista, em profundo contraste com os vários Rambos que profusamente tentavam manipular, na época, a consciência dos espectadores americanos. Contando na primeira pessoa do singular, através da dramática e traumatizante experiência de um jovem soldado (personagem excelentemente interpretada por Charlie Sheen), algo da sua própria vivência de um conflito terrível, inútil e absurdo - o realizador Oliver Stone consegue dar-nos uma visão fortemente crítica da guerra. E fá-lo quer através das imagens cruas e extremamente violentas da destruição e do morticínio, quer sobretudo através de uma atmosfera pesada e sufocante que, com raro domínio dos mecanismos do cinema, ele soube criar a partir de um outro tipo de sequências (talvez ainda mais terríveis e eficazes) onde o pavor da guerra está presente apenas de forma implícita, na estranha agressão da floresta e nas movimentações do imprevisível «inimigo», sempre pressentidas mas insuportavelmente «ausentes» dos planos da «câmara subjectiva» em que todos nós nos transformamos. Platoon é, assim, um filme que impressiona fortemente pela sua desmontagem do significado da guerra e do qual apenas se desejará que Oliver Stone tivesse expurgado, porque pleonásticas e demasiado explicativas (face à clareza do que nos é dado ver), as considerações que o personagem principal faz em off - como é patente na leitura das cartas que envia para o lar. Um filme a não perder.

Boudu Querido

(Quarta, 15.20, Canal 1)

A não perder, é igualmente este filme que, desta vez com foros de verdadeiro escândalo, os programadores relegaram para o inconcebível horário da «sessão da tarde». Adaptado de uma peça teatral de René Fauchois, este filme delicioso do grande cineasta francês Jean Renoir conta a história absurda de um vagabundo que, desgostoso pelo abandono a que é votado pelo seu cão, resolve por termo à vida atirando-se ao Sena. Mas eis que é salvo no último momento por um caridoso livreiro que, aspirando à sua recuperação e inserção na sociedade, o traz para casa e dele cuida estremosamente - sem impedir, entretanto, que o incorrigível vagabundo continue a fazer das suas e estabeleça a confusão (e não só) no pacato lar... Uma delícia.

Chuva Negra

(Quarta, 22.30, Canal 1)

Depois de Thelma & Louise que, na semana passada, mereceu também as honras da «Lotação Esgotada» segue-se hoje um outro filme de Ridley Scott, desta vez um filme policial que tem a particularidade de mostrar a luta de dois polícias contra uma máfia mais exótica do que a habitual - a máfia japonesa. Rodado num misterioso e ultramoderno Japão, com a mesma destreza com que o realizador encenara o futurista Blade Runner, Chuva Negra acaba por longamente padecer da estrutura óbvia que, por vezes, aflige o género, embora cumpra eficazmente o seu último propósito - entreter.

Cinema

	M. M. Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
A Aqui na Terra	★★★	-	★★
B O Puto	★★	-	★★
C O Último Grande Herói	★★★	-	★★★
D Parque Jurássico	-	★★★★	-
E Sonho da Luz	-	★★★★	-

Classificação de ★ a ★★★★★

- A - Real. João Botelho - Nimas (14.00, 16.30, 19.15, 22.00) - Lisboa.
- B - Real. Stephen Frears - King Triplex/1 (13.45, 15.45, 17.45, 19.45, 22.15); Monumental/2 (13.45, 15.45, 17.45, 19.45, 21.45, 23.45) - Lisboa.
- C - Real. John McTiernan - Amoreiras/8 (14.15, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15); Cine 222 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00) - Lisboa.
- D - Real. Steven Spielberg - Alfa/1 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00); Amoreiras/1 (12.00, 14.15, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15); Condes (14.00, 16.30, 19.00, 21.30); Fonte Nova/2 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30); Monumental/Cine Teatro (11.30, 14.15, 16.45, 19.15, 22.00, 00.30); Mundial/1 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00); Quarteto/3 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00); S. Jorge/1 (13.45, 16.30, 19.15, 22.00) - Lisboa.
- E - Real. Victor Erice - King Triplex/2 (14.00, 16.30, 19.15, 21.45) - Lisboa.

Teatro

CASA DA COMÉDIA

Lisboa, Rua de S. Francisco Borja, 24 (às Janelas Verdes). Tel. 607299. De 3ª a sáb. às 21.45, dom. às 16.00. A DAMA PÊ-DE-CABRA, adaptação de uma narrativa de Alexandre Herculano, encenação de José Ramalho, pelo grupo Marionetas de Lisboa.

COMUNA

Lisboa, Pç. de Espanha. Tel. 7271818. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 17.00. PERDIÇÃO, de Hélia Correia, encenação de João Mota.

ESTAÇÃO FERROVIÁRIA DE ENTRECAMPOS

Lisboa. De 4ª a sáb., às 21.24. GENTE SINGULAR, de Manuel Teixeira Gomes, encenação de João Brites (reservas pelo tel. 3953290 - Teatro O Bando)

TEATRO MARIA MATOS

Lisboa, Av. Frei Miguel Contreiras. Tel. 8497017. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 17.00.

SABINA FREIRE, de Manuel Teixeira Gomes, encenação de Silvina Pereira, pelo Teatro Maizum.

TEATRO MIRITA CASIMIRO

Estoril, Av. Fausto de Figueiredo. Tel. 4670320. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. OS BIOMBOS, de Genet, encenação de Carlos Avilez, pelo Teatro Experimental de Cascais.

TEATRO MUNICIPAL DE ALMADA

Almada. Tel. 2752175. De 3ª a sáb. às 21.45, dom. às 16.00. OTHELO, de Shakespeare, encenação de Joaquim Benite, pelo Teatro Municipal de Almada.

TEATRO MUNICIPAL S. LUIZ

Lisboa, R. António Maria Cardoso (Sala Estúdio). Tel. 3471279. 6ª, sáb. e 2ª às 21.45, dom. às 16.45. À ESPERA DE GODOT, de Samuel Beckett, encenação de Mário Viegas, pela Companhia Teatral do Chiado.

TIL

Lisboa, R. Leão de Oliveira, nº 1 (ao Calvário). Sáb., dom. e fer. às 16.00. O SOLDADINHO DE CHUMBO, de H. C. Anderson, encenação de Fernando Gomes, pelo TIL - Teatro Infantil de Lisboa.

PALAVRAS CRUZADAS

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
1														
2														
3														
4														
5														
6														
7														
8														
9														
10														
11														
12														
13														

HORIZONTAIS: 1 - Nestes dois dias não se trabalha. 2 - Lavrem; passam para outro dia; espaços de tempo. 3 - Em roda; eternidade; completos. 4 - Lá longe; cidade italiana célebre pela sua Torre. 5 - Art. espanhol; aro; afluente do Lis; anno Domini (abrev.). 6 - Está sepultado; instrumento musical de sopro; gri. 7 - Ave de rapina diurna; iluminada; preceitos escritos. 8 - Líquido gorduroso; camareira; condução de presos. 9 - Destro; juízo. 10 - Ilha junto a Marselha; parencas; canhão; Bismuto (símb.). 11 - Pedras de amolar; natural de Ovar; debaixo de. 12 - Segundo Califa que conquistou a Síria, Pérsia e Egipto; madeira negra e pesada; limite. 13 - O que se remete; filho de Agamimno que matou sua mãe, amigo de Píades.

VERTICAIS: 1 - Emite; possessão portuguesa na Indonésia. 2 - Reze; laçada; ânsia de comer. 3 - Montão de feixes de trigo; romancista francês, autor de «Mana», do séc. XIX; tio da América. 4 - Sacrifica matando; humedece; popa. 3 - Grande rio da Europa norte-occidental; metal precioso. 6 - Gálio (símb.); cidade santa dos Muçulmanos; de pouco peso. 7 - Composição poética; verniz da China; rainha célebre pelo fausto, de nome Belquisse, que visitou Salomão. 8 - Santo patrono dos homens de leis; soberanos; Rádio (símb.). 9 - Organização para Alimentação e Agricultura (sigla); macia; auge. 10 - Prep.; punição; cantor de ópera. 11 - Banheira; terreno onde se efectuavam os torneios. 12 - Com muita idade; forma reductiva de Madalena; manuscrito (abrev.). 13 - Ópera de Verdi; engordo; terceiro filho de Adão. 14 - Entregam; elefante fêmea; escaler. 15 - Esqueletos; arribas.

SOLUÇÕES DO NÚMERO ANTERIOR

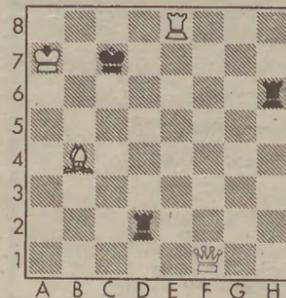
HORIZONTAIS: 1 - AC; costurara; mē. 2 - Mar; sai; ora; cor. 3 - Lar; orada; ser. 4 - Rosas; are; coras. 5 - Uras; lê; rama. 6 - Emarna. 7 - AL; amó; ror; ro. 8 - Alumias. 9 - Ária; ás; CS; sola. 10 - Mesas; aro; calas. 11 - Mor; arena; Sam. 12 - Cós; aia; eis; más. 13 - AS; promessas; sé.

VERTICAIS: 1 - AM; rumaram; cã. 2 - Calor; remos. 3 - Rasas; risos. 4 - Rás; Aar. 5 - OS; ema; ar. 6 - São; imola; aio. 7 - Tirara; usaram. 8 - Ar; ré. 9 - Rodela; ícones. 10 - Ara; erras; ais. 11 - Rã; aos; Sá. 12 - Sor; sãs. 13 - Ceras; rolam. 14 - Moram; lamas. 15 - ER; sacolas; SE.

XADREZ

CDXXXIII - 21 de Outubro de 1993
PROPOSIÇÃO N.º 1993X083
Por: PIERRE BISCAÏY
Journal de Genève, 26-VIII-1933

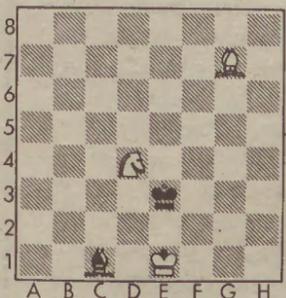
Pr.: [3]: Ts.d2, h6-Rç7
Br.: [4]: Bb4-Té8-Df1-Ra7



Mate em 3 lances

PROPOSIÇÃO N.º 1993X084
Por: W. J. NEUSTADT
1234 Modern Chess Endings, 1968

Pr.: [2]: Bç1-Ré3
Br.: [3]: Cd4-Bgt-Ré1



Jogam brancas e ganham

SOLUÇÕES DO N.º CDXXXIII

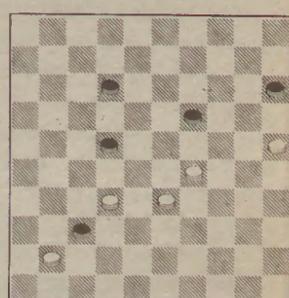
N.º 1993X083 [P.B.]: 1. Df4+, Thd6; 2. Df7+, Td7; 3. Dç4+; 1. Td6; 2. Dç4+, Tç6; 3. Df7+; 1. Rç6; 2. Dç4+, Rd7; 3. Dç8+; 1. Rd7; 2. Df7 ou 2. Té7 e g. N.º 1993X084 [W.J.N.]: 1. Rd1, Bd2; 2. Cç6, Rd3; 3. Cç5, Ré3; 4. Cç4+ e g.

A. de M.M.

DAMAS

CDXXXIII - 21 de Outubro de 1993
PROPOSIÇÃO N.º 1993D083
Por: W. B. MONSMA
Holanda, 1935

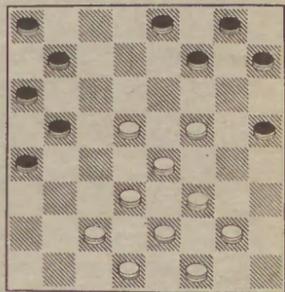
Pr.: [5]: 12-15-19-22-37
Br.: [5]: 25-29-32-33-41



Branças jogam e ganham

PROPOSIÇÃO N.º 1993D084
GOLPE N.º 41/93
Por: HERMÍNIO MEDALHA
DÁ SILVA
Almada, 1983

1. 10-14, 21-17; 2. 14-18, 22-13; 3. 9-18, 23-19; 4. 12-15, 19-12; 5. 8-15, 28-23; 6. 11-14, 23-20; 7. 7-11, 20-16; 8. 47, 27-23; 9. 5-10, 23-20; 10. 1-5, 31-28; 11. 15-19; DIAGRAMA.



Pretas jogam e ganham

SOLUÇÕES DO N.º CDXXXIII

N.º 1993D083 [W.B.M.]: 1. 33-28, (22x24); 2. 32-38, (37x46=D); 3. 25-20, (46x23); 4. 4x7+.

A. de M.M.

Tempo

Céu geralmente pouco nublado. Aumento de nebulosidade, na sexta-feira, nas regiões do Sul. Vento fraco. Nevoeiro e neblinas matinais.



a talhe de FOICE

Casca de ovo

A televisão, devo confessar, não é propriamente o meu passatempo preferido. Sempre que penso nas horas perdidas a ver e ouvir imbecilidades, infelizmente pão-nosso-de-cada-dia nas televisões que nos couberam em sorte, fico verdadeiramente angustiada. Já alguma vez imaginaram quantos livros e discos ficaram por ler e por ouvir à pala do tempo dedicado à tal caixinha que mudou o mundo e cada vez se parece mais com o caixote do lixo desse mesmo mundo? Eu já. É nessas alturas que o botão para desligar cumpre triunfalmente a sua função.

Posto isto, importa esclarecer que, ao contrário do que possa parecer, não sou por princípio contra a televisão. É que apesar de tudo há coisas boas, umas que vale a pena ver, outras até que importa não perder e algumas, verdade seja dita, que se vêem porque se gosta e se gosta porque sim. O problema está em saber encontrá-las no verdadeiro totoloto do horário e programação televisivos, tão versáteis que ninguém se pode espantar se lhe sair uma telenovela em vez de um noticiário, ou um encontro desportivo em vez de um programa de dança.

À parte estes pormenores, qualquer um é capaz de encontrar na memória boas lembranças. Eu, por exemplo, lembro-me sempre daqueles desenhos animados do patinho feio, de casca de ovo na cabeça, eterno incompreendido, passando no ecrã a clamar "é uma injustiça, é uma injustiça".

Ultimamente, então, não há vez que veja o nosso Primeiro que não me lembre do pato. Não sei se já repararam, mas o coitado - do Primeiro, não do pato - anda mais acossado que coelho em tempo de caça. É uma injustiça.

Esteve o homem a esmifrar-se na televisão para mostrar aos portugueses como o emprego é a maior das suas maiores preocupações e a primeira das primeiras das suas prioridades, e nem uma semana depois, zás, aí estão os números das estatísticas a dizer que o emprego está nas lonas ou, como agora é moda dizer-se, em crescimento negativo. Para ajudar à festa, anunciam-se mais 16 mil desempregados na calha, o que vem tudo menos a calhar quer para os directamente interessados quer, evidentemente, para o nosso Primeiro. Como se isto não bastasse, às forças de bloqueio já identificadas veio agora juntar-se o Conselho Empresarial do Norte (CEN), dizendo, para quem o quer ouvir, que a economia portuguesa se encontra "num dos pontos mais baixos da curva descendente em que há demasiado tempo permanece", e espetando o dedo acusador ao Governo que não quis ouvir os avisos premonitórios da crise.

Cúmulo dos cúmulos, um ex-dirigente da UGT anda por aí a dar com a língua nos dentes a propósito de corrupções, conluios, compadrios, arranjinhos, chantagens e sabe-se lá que mais entre Torres Couto, Cavaco e adjacências, desta forma envenenando anseados brindes e desejados apertos de concertação.

Para compor o ramalhete, só mesmo os resultados da sondagem DNITSF, a mostrar que a maioria dos portugueses rejeita a tese do Primeiro de substituir aumentos salariais por menos impostos e, pior ainda, acha que a preocupação predominante dos sindicatos deve ser a de defender melhores salários e mais emprego.

Definitivamente, ninguém entende Cavaco Silva. O que é uma injustiça, pois é. Ao menos podiam oferecer-lhe uma casca de ovo.

■ AF

Ivima e Minas da Panasqueira Mais de 800 trabalhadores com o desemprego à vista

Com uma dívida superior a dois milhões de contos a Ivima, empresa vidreira da Marinha Grande deve aos trabalhadores mais de meio milhão de contos em salários em atraso. O seu encerramento está eminente e com ele o despedimento de cerca de 530 trabalhadores.

A empresa suspendeu a laboração desde a semana passada por falta de combustível e sabe-se que mesmo a laborar não seria possível cobrir as despesas de manutenção até ao final da semana, caso não seja injectado dinheiro na unidade fabril.

Contudo até agora todas as iniciativas empreendidas para tentar salvar a empresa têm fracassado, com realce para a reunião da passada segunda-feira que juntou, em Leiria, o governador civil e representantes da Associação de Industriais de Cristalária (AIC), faltando os representantes da administração da Ivima e os responsáveis

regionais do Instituto do Emprego e Formação Profissional.

Na terça-feira, realizou-se mais uma reunião na Câmara Municipal de Marinha Grande que se revelou inconclusiva, para desespero das centenas de trabalhadores que bloqueavam as entradas dos Paços do Concelho.

Panasqueira

A situação é igualmente caótica nas minas de volfrâmio da Panasqueira, cujos últimos 273 mineiros rejeitaram na passada segunda-feira, por unanimidade, a proposta de autogestão feita pela empresa proprietária.

O encerramento está deste modo a um passo da concretização, apesar dos trabalhadores considerarem que as minas são viáveis se a administração e o Governo se dispuserem a salvá-las.

A proposta de autogestão não agradou aos trabalhadores uma vez que, segundo afirmam, o objectivo da empresa é não pagar as os cerca de 700 mil contos de indemnizações, cerca de 2700 contos a cada mineiro. De

qualquer forma, se mesmo que o plano fosse aceite não se excluía a hipótese de encerramento, visto que as Minas passariam para a posse de um grupo português, do qual os trabalhadores apenas deteriam 10 por cento do capital.

Saúde em Tribunal de Opinião Pública

A Associação Nacional das Comissões de Base de Saúde e a União Coordenadora Nacional das organizações de Deficientes vão promover no próximo dia 20 de Novembro, em Lisboa, um Tribunal de Opinião Pública sobre a Situação da Saúde em Portugal.

Como indicam estas organizações «vive-se uma situação em Portugal caracterizada por uma progressiva incapacidade de resposta dos serviços oficiais de saúde, que apesar dos esforços de muitos dos seus profissionais, exercem a sua actividade em condições de tal desorganização e degradação que conduzem a situações tão indignas e inaceitáveis como as que ainda recentemente ocorreram

no Hospital Distrital de Évora».

As Comissões de Base de Saúde e as Organizações de Deficientes, consideram que a «política de saúde praticada pelo Governo - com o crónico subfinanciamento do sistema e a tentativa de transferência da prestação dos cuidados de saúde para a esfera das actividades lucrativas - está a comprometer gravemente a concretização do direito à saúde da generalidade da população portuguesa».

Os promotores do Tribunal de Opinião Pública, que terá lugar no Hotel Penta pelas 10 horas, apelam à participação de de todas as organizações sociais e profissionais e individualidades que comungam das mesmas preocupações.

Linha de Sintra Utentes contra supressão dos horários nocturnos

A Comissão de Utentes da Linha de Sintra manifesta em comunicado a sua discordância quanto aos cortes nos horários nocturnos, que classifica como uma «atitude discriminatória e injusta para um número apreciável de utentes, que por razões de ordem profissional, escolar e cultural têm de utilizar estes horários». Lembrando que estas supressões «põem em risco postos de trabalho e a laboração de algumas empresas da região», a Comissão de Utentes condena a CP por em vez de melhorar a qualidade de serviço e aumentar o nível da oferta ter suprimido «12 composições provocando um intervalo inaceitável de uma hora entre duas composições, o que é contraditório com os volumosos investimentos que estão a ser feitos na Linha». O comunicado divulga ainda as propostas da Comissão no sentido de resolver ou atenuar os pro-

blemas de segurança das pessoas e bens que viajam na linha, recordando o recente parecer do Parlamento Europeu que responsabiliza a CP e o Estado português pela situação da Linha de Sintra.

Como salienta o texto, é necessário «o reforço do pessoal da CP e das Forças

de Segurança nas estações», devendo ser tomadas iguais medidas relativamente a todo o conjunto das composições em circulação. Para a Comissão é insuficiente «o actual esquema de segurança, assente na presença de elementos das Forças de Segurança sómente para um conjunto de carruagens».

Bloco Nacional Galego obtém grande avanço eleitoral

O Bloco Nacional Galego registou uma forte subida nas eleições para o Parlamento da Galiza, realizadas no passado domingo, ao obter uma votação de 18,7 por cento e 13 deputados. Estes resultados representam uma grande vitória, já que na anterior legislatura o BNG apenas detinha cinco lugares no Parlamento.

Por seu turno, o Partido Popular de Fraga Iribarne, de direita, foi o mais votado, conseguindo mesmo reforçar a maioria absoluta que já possuía desde as eleições anteriores, elegendo 43 dos 75 deputados do Parlamento.

O Partido Socialista da Galiza/PSOE perderia mais de 100 mil votos e nove deputados, ficando com 19 eleitos e 23,5 por cento. De referir, por fim, que Coligação Unidade Galega/Esquerda Unida não elegeu nenhum deputado o mesmo se passando com a Coligação Galega (centrista).

O PCP, através da sua Secção Internacional, endereçou um telegrama ao Conselho Nacionalista Galego, em que transmite felicitações calorosas pelo «grande avanço eleitoral do BNG» e expressa votos de melhores sucessos.



Um jantar promovido pelos comunistas da cidade de Lisboa juntou, na passada sexta-feira, os candidatos propostos pelo PCP na coligação «Com Lisboa», com numerosos apolantes que encheram o salão da Casa do Alentejo. Na ocasião, para além do secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, entrevistaram João Amaral, recandidato à presidência da Assembleia Municipal de Lisboa, e José Casanova, membro da Comissão Política do PCP



O Presidente do Conselho Nacional do PCP, Álvaro Cunhal, esteve no final da tarde de terça-feira num participado debate subordinado ao tema «as eleições autárquicas e a alternativa democrática», ocorrido num hotel de Lisboa e dirigido aos trabalhadores do distrito, no qual se realçou a necessidade do voto na CDU nas autárquicas, como única via para uma mudança de política que fortaleça e facilite a luta por uma alternativa democrática